

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

**JORGE PAGLIARINI JUNIOR**

**MEMÓRIAS DE LUTA, LUTAS PELA MEMÓRIA:  
O Reassentamento São Francisco de Assis (1995- 2008)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

**JORGE PAGLIARINI JUNIOR**

**MEMÓRIAS DE LUTA, LUTAS PELA MEMÓRIA:**  
**O Reassentamento São Francisco de Assis**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em História como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientação da Prof. Doutora Meri Frotscher Kramer.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2009**



Ata de aprovação

Parecer

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi construída com colaborações e incentivos. Ciente da difícil seleção que exige a escrita desta página, agradeço:

Ao Jorge e a Terezinha. O carinho e incentivo presente neste momento de minha vida, apenas somam-se a toda uma caminhada guiada por vocês.

A meu amigo, colega de mestrado e irmão Raphael, de fato ele conhece melhor minha pesquisa do que eu; Aninha, cunhadinha, amiga e mãe do Vinícius; minha irmã Juliana, carinhosa e incentivadora aos meus projetos de vida; minha sobrinha Amandinha; meu irmão Marcos, o melhor filho que um pai e uma mãe podem ter.

A lista de familiares aqui seria imensa, por isso agradeço em específico aos que se envolveram de alguma forma com minha pesquisa: meu tio Zacarias, que sempre me fez acreditar; meu tio Gilmar, o Bima, que de certa forma influenciou com nossas boas conversas a escrita de algumas páginas deste trabalho, e pela ajuda com toda a correria; ao meu primo João e a minha tia Marilu, a Lula, pela colaboração nos contatos com os entrevistados; Ao meu tio Luiz, por contribuir com seu depoimento de vida para a construção deste trabalho; ao Cesar pela ajuda e teimosia;

Aos amigos dos apartamentos 11 e 12, Carlos, Maico (Corbélia), Tiago (Pasque), pelo convívio diário; e aos demais colegas, Cleiton, Carlinha, Vivian, e Thiago, seja conversando sobre minha pesquisa, seja nas horas de descontração vocês foram importantes. Ainda aos amigos Cristiano, Negão e Mackinley, vocês já estavam presentes nos agradecimentos de minha monografia e reencontrá-los me deu ânimo para mais reflexões.

A todos amigos paraenses, afinal, decidimos juntos que seria necessário retornar ao Paraná.

Agradeço ao programa da Caps pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa com bolsa de estudo;

Em relação aos colegas do mestrado, não poderia esquecer a paciência e ajuda da Iraci (secretaria do Colegiado do Mestrado em História); Ao Gilson, pela amizade e conversa sobre teorias; Ao Cristiano Viteck, pela amizade e contribuições com o texto final; A Emília pelas contribuições sobre o Colégio São Francisco de Assis; ao Marquinhos, Alessandro, Reginaldo, a Fabi, Fram e Rudy, e aos colegas que me viram marcar muitos gols nos jogos de bola;

Da mesma forma, agradeço aos professores que, de fato, contribuíram com meu crescimento enquanto professor e pesquisador. Em particular: ao Professor Davi e a Professora Dilma pelas indicações e comentários em minha banca de qualificação e defesa; ao Professor Emílio pelas ajudas; a professora Geni e Robson, vocês também foram meus orientadores. A minha orientadora Meri, por ter me ajudado a construir este trabalho e por ter permitido que eu falasse tanto durante as nossas reuniões; e a sua família pela receptividade.

Finalmente, agradeço a equipe pedagógica do Colégio São Francisco de Assis e aos moradores de Corbélia e do reassentamento pelas informações e atenção, e em específico àqueles permitiram que produzíssemos as entrevistas: seu Genivaldo, que desde nosso trabalho monográfico se dispôs a colaborar; seu Pedro, uma das pessoas que mais me ajudaram no contato com outros moradores; e ainda a Vilmar, Adilson, dona Ivani, Agenor, Djair, Osíris, seu Alcideo e dona Ana, seu Ari, dona Ilme, seu Nico, Larissa; Luiz e ao meu amigo Maico. A todos, obrigado pela atenção e confiança.

## RESUMO

Esta pesquisa de mestrado pretende problematizar a construção de território pelos moradores do reassentamento São Francisco de Assis- Cascavel-Pr, reassentamento rural surgido após movimento de luta de moradores do Sudoeste do Estado do Paraná com o Estado, quando da construção da Hidrelétrica de Salto Caxias. Assim, a partir do estudo das memórias dos moradores envolvidos com este processo de luta e de outros que adquirem propriedades no reassentamento nos 10 anos passados de sua construção, destacamos disputas presentes nos viveres dentro do reassentamento e também nas cidades vizinhas a ele, lugares que também fazem parte do território a ser reconstruído. Nos quatro capítulos que constituem este trabalho, destacamos como os conflitos no e pelos territórios são constituídas de disputas políticas, econômicas e identitárias; estão permeadas pela disputa pelo passado, ou seja, das diferentes maneiras como o passado serve para a construção identitária e justificativa de um direito de uso da terra e da cidade.

Palavras-Chave: Reassentamento, cidades, memórias.

## **ABSTRACT**

### **Memories of Struggle, Struggles for the Memory: The São Francisco de Assis Resettlement (1995 - 2008)**

This research intends to discuss about the territory construction for the inhabitants of the São Francisco de Assis Resettlement (Cascavel-PR), an agricultural resettlement created after a strike between a Paraná southwestern movements with the Paraná State, when it had been constructing the Salto Caxias Hydroelectric. Therefore, taking as base the memories study of the involved inhabitants in the strike and from those who purchase properties in the resettlement 10 years after its construction, it is noticed current disputes in the life inside the resettlement as well as in the cities nearby. Those are places that also are part of the territory to be reconstructed. The four chapters that constitute this work, it is highlighted how the conflicts in and through the territories are constituted from politics, economic and identity disputes; they are permeated by the dispute for the past, that is, from the different ways how the past is used for the identity construction and a kind of justification for the right of use of the land and the city.

Keywords: Resettlement, cities, memories.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Esquema de localização da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu ..... 27
- Figura 2: Representação da área da Fazenda Piquiri, atual Reassentamento São Francisco de Assis. .... 52
- Figura 3: Comunidades que compõem o Reassentamento São Francisco de Assis ..... 53
- Figura 4: Vista aérea da sede do reassentamento. Destaque, também, ao trevo de acesso e estrada que liga a sede à Rodovia 369..... 53
- Figura 5: Acampamento do MLST na Rodovia 369. Fotografia retratada por Jorge Pagliarini Junior em frente ao trevo de acesso ao Reassentamento São Francisco de Assis, ao lado da placa que identifica a localidade (Colônia São Francisco de Assis). À frente, a cerca de 500 metros, está o acampamento do MLST. .... 54
- Figura 6: Imagem Google Mapas Brasil. Localização dos municípios do Sudoeste do Paraná atingidos pelas águas da barragem de Salto Caxias. .... 87
- Figura 7: Imagem Google Mapas Brasil. Localização das cidades Corbélia e Cascavel..... 88
- Figura 8: Monumento inaugurado em 2007 em homenagem às famílias “pioneiras” da cidade de Corbélia. Localiza-se na região central da cidade de Corbélia. As vestimentas do casal e do menino representam trajes típicos do gaúcho. O pai segura uma cuia de chimarrão, a mãe uma cesta e o filho brinca com um pássaro. Temos na escultura a harmonia nas atividades cotidianas. Fotografia retratada por Jorge Pagliarini Junior. Corbélia, fev. de 2008. .... 107
- Figura 9: Imagem Google Earth, da sede do Reassentamento São Francisco de Assis. Hípica e Prainha..... 123
- Figura 10: Placa presente no trevo de acesso ao reassentamento, nas margens da rodovia 369, entre Cascavel e Corbélia. Fotografia retratada por Jorge Pagliarini Junior..... 127

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - NÃO INVADIMOS, OCUPEMO: MEMÓRIAS DA LUTA</b> .....	<b>26</b>
1.1 UM MOMENTO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	28
1.2 MEMÓRIAS EM DISPUTA: O SIGNIFICADO DA CRABI NO NOVO TERRITÓRIO .....	35
<b>CAPÍTULO II - NÃO SOU ASSENTADO, SOU REASSENTADO. VOCÊ SABE A DIFERENÇA?</b> .....	<b>50</b>
2.1 A LUTA POR TERRA E POR AUTO-AFIRMAÇÃO .....	51
2.2 O IDEAL COMUNITÁRIO.....	56
2.3 PPP DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS: É NECESSÁRIO ENSINAR AS RAÍZES.....	72
2.4 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: A COBRANÇA EM TORNO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL .....	78
<b>CAPÍTULO III - UM POUCO EM CORBÉLIA, UM POUCO EM CASCAVEL: DO SÃO FRANCISCO ATÉ AS CIDADES</b> .....	<b>86</b>
3.1 A LUTA PELA INSERÇÃO NAS CIDADES .....	86
3.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE CORBÉLIA E CASCAVEL: A CIDADE GRANDE ASSUSTA?.....	94
3.3 O TRABALHO COMO DIFERENCIADOR ENTRE O ASSENTADO E O REASSENTADO .....	104
<b>CAPÍTULO IV - NÓS ESTAMOS AQUI, NO SÃO FRANCISCO, NÃO NA COLÔNIA OU NO REASSENTAMENTO: DISPUTAS EM TORNO DA DENOMINAÇÃO</b>	<b>122</b>
4.1 EXISTE UMA “COLÔNIA” SÃO FRANCISCO DE ASSIS? .....	125
4.2 A PRAINHA E A HÍPICA: LUGARES DE ENCONTROS E DESENCONTROS .....	131
4.3 O COLETIVO HOJE: SÓ NO FUTEBOL E NA IGREJA?.....	137
4.4 REASSENTADOS: COLONOS OU EMPREENDEDORES? .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>148</b>
DOCUMENTOS CONSULTADOS .....	151
ENTREVISTAS PRODUZIDAS:.....	152

## INTRODUÇÃO

Nas histórias de moradores deslocados de seu território quando da construção de uma usina hidrelétrica, encontramos caminhos para dialogarmos com a história regional contemporânea. Com o estudo das memórias dos habitantes do Reassentamento São Francisco de Assis (localizado no município de Cascavel, no Oeste paranaense), formado por cerca de 235 famílias reassentadas, às quais somaram-se outras que chegaram no decorrer de uma década, totalizando algo em torno de 300 famílias, lidamos com um universo social construído a partir da vida de *antes* das disputas e dos viveres de *agora*, organizados em um novo território.

Essas pessoas discutem a atuação do Governo do Paraná e do movimento formado pelos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias. Elas se colocam nesse processo ao narrarem suas experiências nos embates e ao apresentarem a nova vida de reassentados<sup>1</sup>. Partindo das memórias desses moradores, pretendemos problematizar a construção de territórios por parte dessas pessoas.

Os embates diante do Estado, representado pela Copel, significaram reunir em torno de uma causa e com diferentes graus de adesão, políticos, grandes proprietários, médios e pequenos agricultores, meeiros, posseiros e agregados. Os resultados destes embates, apresentados no decorrer deste trabalho, significaram, a partir de 1995, mudanças nas vidas de 1.322 famílias destituídas em nove municípios da região Sudoeste do Paraná, sendo eles: Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste<sup>2</sup>. Destas famílias, 612 foram reassentadas em 10 reassentamentos.

---

<sup>1</sup> Adotaremos no decorrer de toda a escrita a denominação “reassentado” e/ou “atingido”. O uso destes termos metodologicamente ajuda-nos a apresentar os sujeitos sociais que interagem no decorrer de nossa pesquisa. Assim, reassentado e atingido referem-se a pessoas que têm uma trajetória comum: o deslocamento forçado de suas terras devido ao processo de submersão de suas terras quando da construção da hidrelétrica de Salto Caxias; participam de um movimento social em torno de luta na e pela terra e têm seus relacionamentos tanto com moradores das cidades de Cascavel e Corbélia, por exemplo, como recebem outros agricultores que compraram terras no reassentamento e não participam deste processo vivido pelos reassentados. Um dos fatores que nos levaram a adotar este termo, reassentado, foi o fato dos próprios moradores se designarem desta forma. Muito embora haja algumas situações em que eles utilizam outras denominações. Estas outras denominações e a razão do uso de outros termos serão citadas e analisadas no decorrer do trabalho, visto que considerados o realce nos processos de auto-identificação, importante para analisar as narrativas.

Fala de um dos entrevistados, neste momento não estava gravando a conversa.

<sup>2</sup> SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

As famílias atingidas pela água da barragem, possuidoras de propriedades compostas por mais de 5 alqueires, foram indenizadas com dinheiro. Foram incluídas no projeto de reassentamento as famílias que possuíam área de até 5 alqueires, juntamente com meeiros, posseiros e agregados. Assim, das 612 famílias reassentadas, 483 optaram pela indenização de terra por terra e 159 optaram pela indenização em dinheiro para comprarem terras em outras localidades. Das famílias indenizadas por terra, 76% eram de pequenos proprietários<sup>3</sup>. Esta estatística reduz-se para 50% em relação aos que optaram pela indenização em dinheiro. Portanto, 34% no primeiro grupo e 50% no segundo não eram proprietários de terras<sup>4</sup>.

Mas, para se chegar a esse número, muitas negociações e mobilizações se sucederam em um período de sete anos. Se o resultado foi ou não satisfatório para a maioria, essa afirmativa foge de nossos resultados de pesquisa.

Movimentos sociais<sup>5</sup> envolvidos há décadas com a questão agrária no Brasil e algumas voltadas especificamente às problemáticas das construções de hidrelétricas surgidas no decorrer da década de 1980, envolveram-se nas discussões juntamente com outros movimentos que representavam setores das sociedades, como políticos, comerciantes e trabalhadores.

Diante das incertezas e a partir do momento em que se depararam com as obras da hidrelétrica e percebiam a relevância dos alertas passados por certos moradores já organizados em torno das reivindicações para paralisação da obra, um movimento social ganhou corpo. Aos seus tempos, moradores se movem frente à desconfiança de se engajar neste movimento contra o Estado.

Dedicar confiança às pessoas que os representariam também implicou desafio. Afinal, acima de toda movimentação, tratava-se do direito à terra. Diferentes propostas e muitas incertezas marcaram esse intervalo de negociações. A Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu (CRABI) teve o papel central em torno da organização destes que, a partir das negociações de indenização com novas propriedades, seriam, então, designados

---

<sup>3</sup> Aqui, pequenas propriedades seguem uma classificação proposta pelo Estatuto da Terra- Lei nº 4.504/64, na qual, a pequena propriedade está associada ao módulo rural, ou, unidade de medida de terras de um imóvel rural: uma propriedade capaz de absorver direta e pessoalmente a mão-de-obra familiar, garantindo-lhes subsistência, além de progresso social e econômico. Desta maneira, a pequena propriedade distoia da estrutura dos latifúndios por exemplo, em relação a sua extensão geográfica, e em relação a sua produtividade e função social.

<sup>4</sup> De acordo com: Relatório da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Departamento do Reservatório Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. **Programa de reassentamento:** Determinação do público. Curitiba, maio de 1995.

<sup>5</sup> Referimos-nos aqui a entidades como CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), CRAB (Comissão Regional Dos Atingidos por Barragem da Bacia do Rio Uruguai).

reassentados. O contato com sindicatos e políticos, o diálogo próximo com o Movimento de Atingidos por Barragem do Rio Uruguai (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) determinaram novas práticas aos moradores, que passariam a discutir constantemente sobre as políticas sociais<sup>6</sup>.

Na região de Cascavel, foram constituídos, a partir de 1995, três reassentamentos. O maior é aquele que é objeto da nossa pesquisa, o reassentamento São Francisco de Assis. Este foi formado por terras indenizadas da fazenda Piquiri, pertencente então à Agropecuária Flamapec, conhecida pelos moradores da região por Flamapec.

Escrever sobre o processo de construção do reassentamento e sobre as disputas presentes na reconstrução de territórios exige uma pesquisa de campo e diálogo bibliográfico, e, no meu caso, a continuidade de um trabalho.

A proximidade com nosso objeto já fora motivo de reflexão e interpretação ainda em outra pesquisa acadêmica. Em meados de 2003, quando passava em frente à sede do reassentamento, um comentário se ouviu dentro do ônibus que se dirigia a Corbélia, após ter saído de Cascavel: *“Esse povo merece terras, mas já me falaram que não se acostumaram, pois até as galinhas andam dentro da casa”*. O autor do comentário, morador de Corbélia, se deparava com a constatação da instalação de várias famílias nas terras vizinhas à sua cidade. Meses depois, dar-me-ia conta de um objeto de pesquisa<sup>7</sup>. A história oral foi entendida naquele trabalho dentro das premissas hermenêuticas, num diálogo com as tradições que me permitiam escrever sobre meu objeto de pesquisa.

Para dar seqüência a aproximações com este cotidiano, agora no mestrado, havia a necessidade de mais leituras. Outras direções se apresentavam e às discussões hermenêuticas<sup>8</sup>, que me ajudaram naquele momento a dialogar com discursos passados na e pela linguagem na construção do reassentamento, somar-se-iam outras problemáticas e possibilidades de abordagens.

---

<sup>6</sup> Sobre impactos ambientais, políticos, econômicos e sociais ocasionados com a construção de barragens para fins de geração energética, nas diferentes regiões brasileiras e mesmo fora do território nacional, em diferentes períodos da história do desenvolvimento do setor energético, ver: Fórum de Ciências e Cultura - Rio de Janeiro: *I Encontro Ciências Sociais e Barragens*. UFRJ/IPPUR, Rio De Janeiro. Junho 2005. Os artigos apresentados neste encontro apresentam diferentes abordagens sobre o tema. Assim, tem-se o diálogo com abordagens preocupadas com questões econômicas, ambientais e médicas, e diálogos com redes sociais e/ou culturais afetadas com as obras e movimentos migratórios decorridos destas. Importante ainda para nossa pesquisa os artigos preocupados com discursos do progresso emanados do Estado e da setores da sociedade, além dos trabalhos embasados no estudo da relações entre história oral e memória.

<sup>7</sup> PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Reassentamento São Francisco de Assis: tradições da terra**. Marechal Cândido Rondon, 2003. Trabalho Acadêmico (TCC) – História - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

<sup>8</sup> GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. v. 1 e 2.

Então, partimos do ponto de que conhecia parte da história de um grupo e que, passados quatro anos, voltaria para perceber como eles continuaram seus viveres, agora voltando a pesquisa às relações sociais no reassentamento e entre os moradores e as cidades vizinhas, na constituição de seus territórios.

No estudo deste processo, as entrevistas são cruzadas com outras fontes<sup>9</sup>, quais sejam, as atas das associações locais e, principalmente, as da CRABI e documentos oficiais da estatal que organizou o projeto – a Copel. No estudo destas fontes lidamos com disputas tanto internas ao reassentamento quanto entre reassentados com os já estabelecidos em Corbélia.

As atas e documentos produzidos, tanto pela Copel quanto pela CRABI e por outros órgãos, como a CPT, são documentos importantes para tratarmos das problemáticas sobre a proposta de comunidade e das relações políticas internas e externas ao reassentamento. O Plano Político Pedagógico (PPP) do colégio local, Colégio Estadual São Francisco de Assis, traz mais questionamentos e respostas neste direcionamento. O cruzamento destas fontes nos ajuda na localização dos diferentes tempos e discursos presentes numa entrevista, e assim, a reler, problematizar a construção do reassentamento através das memórias dos moradores.

Outros trabalhos nos levaram a acompanhar as problemáticas que envolveram o movimento social da CRABI e os discursos do Estado e sociedade civil sobre todo o processo de reassentamento e a implementação de políticas públicas energéticas. Estabelecemos um diálogo com três obras em específico. O trabalho do professor Davi Felix Schreiner<sup>10</sup>, o de César Karpinski<sup>11</sup> e, ainda, o de Eder Meneses<sup>12</sup>, entre outros que tratam do reassentamento São Francisco de Assis.

Estas leituras contribuíram para que entendêssemos que os moradores desse reassentamento se organizaram de diferentes maneiras diante da ameaça de perda de suas terras e que esta organização já não conta com a CRABI. Fundamental para a constituição do

---

<sup>9</sup> Esta proposta foi possível também devido à discussão bibliográfica a qual nos propomos. Os trabalhos já citados que discutem a Crabi foram importantes para nossa pesquisa. Com a pesquisa de Eder Meneses tivemos acesso a discursos presentes na imprensa local e regional, pois o autor utiliza-se tanto de jornais de grande circulação estadual como de periódicos produzidos pelos integrantes de entidades representantes dos reassentados.

<sup>10</sup> SCHREINER, op. cit. Atentamos nesta obra a maneira com o autor destaca a importância da organização social dos atingidos diante de um fazer histórico destes agricultores enquanto o membros do movimento.

<sup>11</sup> KARPINSKI, César. **Sobre as águas a memória**: relações de poder e subjetividade durante a implantação da hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). Florianópolis, 2007. 145p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. AS problemáticas deste trabalho respeito do surgimento e postura da CRABI no desenvolver do processo de reassentamentos ajuda-nos a compreender melhora relações de forças e disputas que permearam o próprio movimento dos atingidos pela barragem.

<sup>12</sup> MENESES, Eder. **A Luta pela terra contra as forças das águas**: a ação dos atingidos (as) pela barragem de Salto Caxias. Niterói, 2003. 145p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

reassentamento, a CRABI, formada por agricultores atingidos pelo processo de alagamento, agregou parcela significativa dos envolvidos nas negociações com a Copel e, como apresentaremos, perdeu força perante os reassentados, sendo a sua atuação substituída pelas decisões das associações locais (estas já existiam desde a construção do reassentamento e seus membros faziam parte da CRABI).

Durante a realização de nossa pesquisa, a CRABI foi definitivamente encerrada. Conhecer seu encerramento nos propiciou dialogar com as novas possibilidades de administração do reassentamento com os posicionamentos políticos e as expectativas de vida. Ao discurso de união, muito presente nas primeiras entrevistas realizadas há anos, já se agregam outras falas, mais críticas em relação à atuação das lideranças. As memórias atuais dão visibilidade a diferentes perspectivas políticas e os diferentes projetos para o reassentamento.

Os conflitos<sup>13</sup> no interior de um movimento social e as relações com o Estado e com os “estabelecidos”<sup>14</sup> da região indicam um caminho para analisarmos o processo de deslocamento, reassentamento e constituição de lugares e novos modos de vida. O desafio é captar este processo em seus embates.

Optamos por trabalhar o estudo do social a partir das representações que os moradores fazem da realidade. Então, desafia-nos o ato de lidarmos com arranjos sócio-culturais refletidos na história recente das trajetórias desses moradores. Esta “ordem cultural”, por sua vez, não foge ao movimento ou à transformação histórica. Aqui trazemos à questão Marshal Sahlins, com a introdução de sua obra *Ilhas da História*:

A meu ver, a questão maior deste ensaio reside na existência e na interação dual entre ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas: a estrutura na convenção e na ação, enquanto virtualidade e enquanto realidade. Os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o

---

<sup>13</sup> Nas tantas vezes que utilizaremos as palavras *disputa* e *conflito*, atentamos a uma característica típica do sujeito social na sua construção e/ou reconstrução identitária, diante de atribuições políticas e econômicas. Ou seja, o destaque aos conflitos não serviu para julgar comportamentos, antes sim, determinar resistências e posicionamentos.

<sup>14</sup> Neste trabalho tomaremos emprestado as noções de “estabelecidos” e “outsiders” trabalhadas por Norbert Elias e Scotson. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Para esta reflexão, não recorremos a uma perspectiva que entenda a presença de anomia social entre os que chegam à região, como trabalharam os autores em sua apresentação da fictícia cidade de Wiston Parva. Estes termos, enquanto tipos ideais, não constroem parte de nosso referencial teórico, antes nos ajudam a compreender que, em certos momentos de interpretação das entrevistas, os entrevistados se distinguem dos que ali já estavam, no caso moradores de Corbélia e Cascavel, e vice-versa. Estes termos não aparecem nas memórias dos moradores, trazidos à discussão, pois, permitem problematizar as relações sociais vividas pelos reassentados.

simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação.<sup>15</sup>

Os arranjos sociais presentes no São Francisco de Assis, e em Corbélia e Cascavel, tecem-se nas práticas dos sujeitos diante da CRABI, nas reuniões de moradores reassentados e nos seus posicionamentos diante dos visitantes ao reassentamento.

Os grupos, as relações dos indivíduos com os iguais ou com os outros e as narrativas que serviram de fonte para realização desta dissertação envolvem posições, lugares diversos. O contato ou trânsito nestes lugares aponta, também, para um capital simbólico necessário para que haja um diálogo entre os envolvidos. Chartier, na sua obra *O mundo como representação*, contribui:

[...] Ao trabalhar sobre as luta de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém, opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.<sup>16</sup>

Os lugares ocupados simbolicamente demarcam as práticas e relações entre os próprios reassentados, como no caso de lideranças e não lideranças; entre reassentados e moradores das cidades; ou mesmo entre reassentados e agricultores, proprietários rurais na região.

Enfim, são três os eixos que norteiam nossas reflexões sobre a trajetória dos reassentados: o estudo das memórias; a problematização dos espaços diante da afirmação e a constituição de novos territórios pelos reassentados e compradores de terras no São Francisco de Assis; e o entendimento das construções identitárias envolvidas no processo de luta e reassentamento.

No estudo deste processo histórico, construir um território significou mais que adquirir um espaço físico/geográfico. Implicou a afirmação de identidades, a inserção nas cidades, a organização do espaço produtivo, a apropriação de modos de vida, trabalho e pensamento, aproximações e resistências aos discursos do movimento em torno da CRABI e das reivindicações contra as exigências do mercado e do agronegócio. Daí interpretarmos a noção

---

<sup>15</sup> SAHLINS, M. **Ilhas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 9.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 184, jan./abr. 1991

de territórios numa perspectiva plural, que indique para algo fluído e que de conta do movimento dessas disputas por terra e por inserção social e cultural.

O estudo das memórias nos ajuda a refletir, a partir do lugar social ocupado pelos moradores, como e porquê os diferentes discursos ganham maior ou menor ênfase nas entrevistas. Seja a referência à união dos moradores, ao suposto individualismo de hoje, às divergências políticas, às vendas de terras.

Como nos demonstra Ulpiano Meneses, a história oral apresenta possibilidades importantes ao estudo de processos históricos:

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a memória não dá conta do passado, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. E não só, é claro, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado poderiam saber, mas sobre tudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente: História, com efeito, é a ciência da diferença. Não basta calibrar a oposição de um ‘agora’ contra um ‘antigamente’; é preciso identificar a substância passada do passado (aquilo que em inglês se diz ‘*pastness*’), sem prejuízo dos interesses e direitos do presente [...]<sup>17</sup>

As possibilidades teórico e metodológicas da história oral nortearam este trabalho. São as reflexões acerca das memórias dos moradores que nos permitiram destacar as transformações sociais pelas quais passaram os reassentados em um período de pouco mais de uma década.

Sobre nosso posicionamento na produção e interpretação das entrevistas, seguimos uma abordagem próxima à de Alessandro Portelli, que nos atenta para os diferentes lugares assumidos numa entrevista:

Na busca pela diferença não podemos nos esquecer que também acalentamos um sonho de partilhar, de participar, de comunicarmo-nos e de dialogar [...]. É isso que implica o caráter dialógico da história oral, bem como seu trabalho de campo: a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes [...] é preciso que sempre exista uma ‘linha’ de diferenças que, depois de transposta, torne-se plena de significado, mas é necessário que exista também uma ‘linha’, segundo a qual possamos comunicar o desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comuns, que possibilitem a troca, aquilo que, como nos lembra Tzvetan Todorov, é nossa natureza humana profundamente arraigada<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> MENESES, Ulpiano T. B. A História, cativa da memória?. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 34, p. 12, 1992.

<sup>18</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 19, 1997.

As entrevistas que formam nossas fontes tiveram duração média de, aproximadamente, uma hora por entrevistado. Optamos por conversas individuais, mas em certas ocasiões os entrevistados convidaram familiares ou amigos para participarem das conversas. Totalizamos dez entrevistas no reassentamento e nelas participaram 12 moradores. Em Corbélia foram realizadas outras sete entrevistas, com oito entrevistados. O total das gravações aproxima-se das 18 horas de gravação. Também utilizamos outras entrevistas com moradores do reassentamento, produzidas em 2004 no trabalho monográfico já citado. A utilização dessas entrevistas foi importante, pois ajudou a compreender melhor as relações sociais neste intervalo de quatro anos.

Foi no decorrer desta pesquisa que “descobrimos” algo que nos levou a repensar a nossa apresentação enquanto historiador, algo próximo à discussão que Portelli apresenta. Ao abordar os possíveis entrevistados da pesquisa, constatamos um problema inicial que só ao longo do trabalho foi elucidado: o fato de que boa parte das trajetórias das famílias que estavam ali tinha sido “determinada”, até certo ponto, pelo aval do Estado, que os classificou como merecedor ou não de terras, com base em informações dadas por elas próprias em pesquisas realizadas pela Copel.

Lideranças, ex-lideranças, proprietários ou meeiros, todos os moradores tiveram suas trajetórias mapeadas nas entrevistas feitas pela Copel. O que foi dito nestes levantamentos aos recenseadores determinou, entre outras consultas, quem participaria ou não da distribuição de terras nos reassentamentos a serem construídos. Por mais que outros trabalhos acadêmicos já tenham sido feito sobre o reassentamento e esses trabalhos tenham contado com a gravação de entrevistas, o ato de ligar o gravador representava aos entrevistados uma experiência próxima ao do mapeamento da estatal e, portanto inibidor. Isso era algo a se considerar em nossa apresentação aos moradores.

Pedir aos moradores que falassem de suas trajetórias significava um diálogo com suas histórias de vida, um “vai e vem” nos tempos de antes e de agora, nas previsões futuras e, mesmo quando estas histórias de vidas não nos permitiam sair de uma história temática<sup>19</sup>, muito líamos nelas.

Os entrevistados nos fizeram refletir, por exemplo, sobre as disputas em torno da construção de identidades. A apropriação do termo *re-assentar*, termo este apresentado aos moradores pelo Estado é refletido a partir de diferentes momentos e situações e possui pelo

---

<sup>19</sup> Aqui me reporto a uma entrevista que, devido a certas circunstâncias de sua produção, por exemplo, um tempo de duração reduzido, ou questionamentos mais diretos, limita-se a certas temáticas, no nosso caso, ao envolvimento de moradores do reassentamento com e na cidade de Corbélia ou com a CRABI.

menos 3 significados. No 1º, o reassentado é aquele que participou de diferentes maneiras e intensidades da formação de um movimento social. O reassentado afirma “ser da terra” e o pertencimento ao grupo assume muitos significados nas memórias de um passado de luta<sup>20</sup>.

Num segundo sentido, mais à frente, quando os embates ganharam outras perspectivas que não apenas o de lutar por terras, dizer reassentado assume nova importância; diante da necessidade de se diferenciar de outros, por exemplo, dos integrantes do movimento sem terra, nas idas e disputas das cidades vizinhas. Neste sentido o reassentado é definido menos pelo que é e mais pelo que não é.

Ainda percebemos uma terceira referência ao uso do termo reassentado. De certa forma, esta preocupação complementa as outras destacadas: dizer-se reassentado implica buscar no passado, recente ou não, elementos para afirmar uma identidade para se posicionar diante das pessoas que perguntam: quem vocês são? De onde vieram? O que buscam nesta região? Os moradores reassentados lutaram por terras, pelo reconhecimento de um direito de prosseguir com uma vida ligada ao trabalho no campo e, também, por infra-estrutura nestes locais. Todavia, os desafios não terminaram com o recebimento das terras.

Optamos por trabalhar com identidades a partir de políticas de organização atual do espaço. Nestas discussões, atentamos para as hierarquias que determinam as relações intra e entre espaços e para as fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais entre o reassentamento e as cidades.

Consideramos o espaço, ou sua organização, um elemento organizador dos jogos de identidades. Dialogando com Gupta e Ferguson, em *Espaço, Identidade e Diferença*<sup>21</sup>, questionamos a naturalização das discontinuidades espaciais. De acordo com os autores, a compreensão das relações entre *nós/eles* necessita da problematização das políticas e hierarquias de espaços interligados, como a relação campo e cidade, e com a construção de comunidades<sup>22</sup>. Ainda de acordo com os autores, as representações do espaço necessitam ser tratadas diante das imagens que fazem os ocupantes destes lugares. Estas imagens são interligadas a relações sociais e seu estudo deve atentar às hierarquias encontradas entre estes espaços (hierarquias políticas, econômicas e sociais).

---

<sup>20</sup> Há de se considerar que, mesmo que isto não tenha aparecido diretamente nas entrevistas, muitos moradores reassentados não aderiram à CRABI.

<sup>21</sup> GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES. A. A. (org.). **Espaço da diferença**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.

<sup>22</sup> A obra ainda trabalha com nacionalismos, perspectiva que diretamente não importa à nossa escrita.

Outra obra, *Paisagens Paulistanas*<sup>23</sup>, também nos ajudou a discutir a construção de territórios dos reassentados pelos usos que fazem dos lugares. Trata-se da perspectiva da construção de diferentes territorialidades em um mesmo lugar. De acordo com Arantes, que toma como exemplo a Praça da Sé, na cidade de São Paulo, os lugares são formados com marcos de pertencimento, constituídos pelos diferentes autores que disputam um mesmo espaço. Assim, também apresentaremos os lugares disputados e presentes na construção de territórios. Longe de encerrar numa ordem única de seu uso e administração, estes locais estão marcados pelas contradições em torno de sua administração. Também ali as coisas parecem estar “fora dos lugares”.

Refletir a ocupação e disputas pelos lugares significou, ao mesmo tempo, entender disputas de identidade no interior de processos migratórios. A migração é pano de fundo das disputas cotidianas em que se dão as “reconstruções” de vidas. De acordo com Maura Penna<sup>24</sup>, o estudo sobre migração deve recorrer menos a uma postura essencialista do que a um estudo existencialista. Esta problemática leva em conta as críticas à proposta de se entender a migração como causadora da perda de identidade ou desenraizamento.

Na reflexão de movimentos migratórios, as questões de identidade são relevantes quando considerados o lugar físico e social ocupado pelo migrante, postura esta diferente daquilo que prega uma visão escolástica e essencialista. Essas diferenças de lugares “adotados” implicam maior ou menor dificuldade para os migrantes quando reconstróem suas vidas. Nestas relações sociais a exclusão se dá em diferente intensidade. O Reassentamento São Francisco de Assis não deixa de ser resultado de uma resistência que se dá no ato de migrar, daí a idéia de que estavam sendo desenraizados.

A crítica aos essencialismos nos levou a acompanhar também as indicações de Stuart Hall a respeito das identidades. Diante das crescentes discussões a respeito da crise de identidade vivida pelo “homem pós-moderno”, Stuart Hall aponta para as mudanças na maneira como passa a ser repensado o papel dos sujeitos nas ciências sociais. Os estudos de identidades culturais propostos por Hall nos interessam, na medida que propõem uma reflexão daquilo que o autor designa por identidades “descentradas”, a partir dos pertencimentos que os próprios sujeitos assumem diante das novas configurações culturais e sociais. Na obra

---

<sup>23</sup> ARANTES NETO, Antonio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

<sup>24</sup> PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as questões de perda de identidades e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e Identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 89-111. A respeito, não devemos deixar de atentar ao fato de que a migração de que tratamos, diferente da estudada na obra destacada, classifica-se enquanto uma migração forçada.

*Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, por exemplo, seus estudos de sociedades híbridas indicam às reflexões culturais e sociais uma espécie de “jogo de identidades”<sup>25</sup>.

Os entrevistados, reassentados e corbelienses, “jogam” com suas identidades e com a identidade do outro. Isto será entendido de acordo com os lugares sociais ocupados e em relação àqueles a quem se remetem<sup>26</sup>.

Por meio da interpretação de memórias dos entrevistados e do estudo de seus lugares sociais e historicidade do próprio reassentamento e da região, percebemos como as diferentes identidades são construídas e (re)significadas. O colono trabalhador, o agricultor empreendedor e o reassentado são noções que afirmam lugares de pertencimento num diálogo com as lutas de inserção destes migrantes.

Como nos lembra Hobsbawm, a relação passado, presente e futuro pode autorizar ou desautorizar o presente, cabendo ao historiador perceber como este passado é retomado e utilizado na sociedade<sup>27</sup>. Para ambos os casos, situação dos reassentados e dos corbelienses, a construção do outro acaba afirmando as origens comuns. Negá-la, de certa forma, seria ir contra a própria construção que fizeram de si, afinal, ambos, reassentado e agricultor corbelienses, se dizem colonos, trabalhadores do campo.

Cabe aqui uma ressalva antes de nos prendermos ao nosso envolvimento com a pesquisa no decorrer dos quatro capítulos seguintes. Percebemos, em meio às tentativas de se “puxar” esse ou aquele fio do emaranhado, que separar os fios de forma a demarcar dois grupos, os “estabelecidos” (moradores de Corbélia) e os “outsiders” (*reassentados*), ajuda a visualizar algumas questões, mas desde que tomados certos cuidados. Poderíamos apresentar os reassentados de um lado e corbelienses e/ou cascavelenses de outro. Ou, sobre outro aspecto, os reassentados que se relacionam de maneira harmônica com os visitantes e os contrários às visitas ao reassentamento. Mas há riscos nessa polarização. Essas diferenças demarcam fronteiras e não é nosso objetivo destacar como os sujeitos se dividem de acordo com grupos.

---

<sup>25</sup> HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

<sup>26</sup> Nesse sentido, é significativa a contribuição da obra *Identidades móveis: práticas e discursos da elite de Blumenau (1929-1950)*, de Méri Frotscher. Assim como destacado já na apresentação desta obra, as identidades móveis estão permeadas em processo no qual as memórias e esquecimentos de uma elite alemã, residente no Vale do Itajaí, SC, apropria-se dos discursos em torno do “perigo alemão” potencializado durante a busca pela aculturação brasílica dos alemães do Vale. Diante de tal política nacionalista foi preciso por parte da elite alemã “repensar contornos territoriais e étnicos de tal momento” e, renegociar e/ou jogar com as identidades. VER: FROTSCHER, Meri. **Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)**. Blumenau: Edifurb, 2007.

<sup>27</sup> HOBBSAWN, Eric. O sentido do passado; O que os historiadores devem a Karl Marx?; A História de baixo para cima. In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35; 155-170; 216-231.

Formado para além de suas fronteiras físicas nas cidades de Corbélia e Cascavel<sup>28</sup>, município ao qual pertence, o São Francisco de Assis é entendido aqui enquanto um lugar composto de diferentes temporalidades, formado pelos diversos lugares que fazem parte do itinerário das trajetórias dos reassentados migrantes, sejam os municípios de onde saíram ou as cidades<sup>29</sup> nas quais buscam reafirmar suas vidas.

Diante dessa perspectiva de entendimento de um território, nosso olhar busca uma abordagem dialógica ao lidar com histórias de vida. Para tanto, produzimos entrevistas com moradores reassentados e moradores de Corbélia.

A construção do reassentamento reorganiza relações sociais e nos leva a questionamentos. Por que as pessoas davam tamanha importância, em dado momento, às suas raízes na terra? E, passados anos da sua instalação, os moradores do Reassentamento São Francisco de Assis já frequentam as ruas das cidades vizinhas com maior frequência, consideram Corbélia parte de seu território? E o olhar dos moradores que já estavam estabelecidos na região, como se relaciona? Até que ponto a influência do contato com a CRABI ainda reorganiza os viveres e/ou envolve conflitos políticos?

São estas as preocupações que formam o *tripé* no qual se fundamenta nossa escrita: estudo da memória, do espaço e de identidades. Estas reflexões se complementam e foram organizadas de maneira que pudéssemos descrever, em quatro capítulos, parte do movimento presente no processo de reassentamento. Cruzando fronteiras sociais e culturais temos a possibilidade do diálogo com as mudanças de uma sociedade em seu processo histórico. Passados ao leitor parte das angústias e “descobertas” teóricas e metodológicas de nossa pesquisa apresentaremos um breve aporte de como nos situamos em relação aos capítulos da obra.

No primeiro capítulo analisamos as memórias de luta pela terra e pela coesão grupal. A partir do estudo das memórias, traremos um histórico do processo de mobilização e deslocamento dos moradores reassentados, bem como os significados atribuídos à CRABI diante de todo o processo. Nas memórias que se reportam às primeiras organizações em torno de um movimento social, aos enfrentamentos com o Estado até à construção da vida no reassentamento – marcado, por um lado, pela incerteza e desconfianças e, por outro, por certo

---

<sup>28</sup> O território formado pelos moradores reassentados foge de uma delimitação geopolítica e foi construído no cotidiano vivido nas cidades vizinhas.

<sup>29</sup> Não tratamos das cidades apenas no sentido de uma unidade político-administrativa, mas também como uma categoria que se constrói em contraponto ao universo do campo, como o lugar do comércio, da indústria, etc. Essa diferença campo/cidade está presente nas narrativas sobre os viveres no reassentamento e em Corbélia e/ou Cascavel, mesmo que em nossos esforços teóricos metodológicos buscássemos demonstrar a inter-relação entre campo e cidade.

sentimento de conquista, o hoje está presente. Estas memórias de luta são refletidas levando-se em conta os lugares sociais ocupados por aqueles com quem conversamos. As identidades são “forjadas” politicamente no social, e neste processo é reivindicado uma tradição camponesa ou, os direitos dos que já possuíam terra. Quem se dizia portador de uma cultura voltada ao cultivo da terra e por isso se diz hoje detentor do direito de viver no e pelo campo. Territórios em constituição e disputas.

No capítulo II, a construção de territórios é refletida a partir das memórias diante das propostas de construção da comunidade. O estudo do PPP do colégio local, bem como as falas de moradores, evidencia disputas em torno da construção de uma identidade de reassentado, destacando a inserção destes nas transformações econômicas regionais, com as práticas que envolvem a organização das associações e com a própria cultura do camponês<sup>30</sup>. Os alunos advindos do acampamento do MLST que freqüentam o colégio do reassentamento e a crítica aos moradores que não participam das reuniões das associações locais, ambas problemáticas destacadas no PPP do colégio, dão indícios da dificuldade da construção deste ideal comunitário. Além disso, somam-se às disputas locais o fato de muitos moradores venderem suas terras no reassentamento e de outros, advindos das cidades vizinhas, adquirirem-nas diante de um processo de negociação com os reassentados.

O capítulo III dedica-se à inserção dos moradores reassentados nas cidades<sup>31</sup>. Em suas memórias, percebemos que construir um território implica na inserção econômica e social em

---

<sup>30</sup> No decorrer de nossa escrita trabalharemos com conceitos de camponês, colono e agricultor. Não se optou pelo uso de um só conceito, pois em diferentes situações, momentos e documentos, aparecem diversos conceitos. Importante atentar aos significados atribuídos a esses conceitos pelos entrevistados e pelas demais fontes. A utilização destes termos indica o movimento presente no processo de construção do reassentamento São Francisco de Assis e da própria colonização da região Oeste paranaense. Nas entrevistas produzidas, os entrevistados não se designaram camponeses, mas esse termo nos permite dialogar com bibliografia que nos ajuda a refletir sobre o reassentamento. O termo *camponês* será utilizado para que possamos dialogar com toda uma bibliografia voltada à análise de relações capitalistas de trabalho no campo. Estas análises destacam como o sistema capitalista abrange, também, formas não capitalistas de trabalho na terra. Teremos o cuidado de não dicotomizarmos as práticas de trabalho capitalista e não capitalista. Assim, o cuidado de não seguirmos nem com uma abordagem que encubra práticas e tradições anteriores e as resistentes às formas capitalistas de mercado, nem, por outro lado, que vise uma abordagem das comunidades que venha considerá-las enquanto isoladas de políticas e relações de trabalho das sociedades nas quais estão inseridas.

Em relação ao termo *colono*, este também foi utilizado de maneira que pudéssemos dialogar com a bibliografia que estuda o trabalho no campo dentro de relações capitalistas. Todavia, esta palavra ainda remete a uma forma de auto-identificação dos moradores entrevistados. A maioria dos entrevistados, reassentados e corbelienses se dizia colonos. Dentre as muitas significações deste termo, ele foi utilizado pelos entrevistados para se identificarem com uma vida comum, do homem do campo, trabalhador e ligado a uma cultura que os remete aos colonizadores da região.

Por fim, o termo *agricultor* que, de maneira geral, agrega os outros dois citados e nas entrevistas foi utilizado quando os entrevistados se remetem, principalmente, ao trabalho ligado à agricultura familiar.

<sup>31</sup> É necessário, para o entendimento da organização de nossa pesquisa, destacar que as cidades, enquanto categoria, não são objeto principal de nosso trabalho dissertativo. Antes, orienta e imbrica-se no social recriado pelos sujeitos com quem discutimos.

Cascavel e Corbélia. Neste esforço, a problemática sobre relações entre campo e cidade nos remete a problematizarão da relação do reassentamento com Corbélia e Cascavel. Raymond Williams nos faz atentar para a necessidade de não se tomar as noções de campo e cidade como um a priori, mas observar como eles são historicamente construídos, como mudam de significado:

[...] No entanto, vale a pena também parar em determinados momentos e realizar cortes transversais específicos: perguntar não apenas o que está acontecendo, num dado período, com idéias de campo e da cidade, mas também a que outras idéias do campo e da cidade, dentro de uma estrutura mais geral, elas estão associadas. Por exemplo, temos de observar que a cidade está associada, nos séculos XVI e XVII, ao dinheiro e à lei, e, no século XVIII, à riqueza e ao luxo; que há uma associação persistente, chegando ao auge no século XVIII e XIX, a imagem da turba, das massas; que nos séculos XIX e XX, a cidade é associada à mobilidade e ao isolamento<sup>32</sup>.

A crítica do autor direciona-se aos estudos que retratam a relação entre campo e cidade de maneira dicotômica. Essa observação nos é importante, pois, os limites geográficos do São Francisco de Assis não coincidem com as dinâmicas de seus moradores que circulam pelas cidades diariamente. Assim como no reassentamento encontramos o tempo e o lugar da cidade, em Corbélia encontramos o tempo e o lugar do campo.

Nas entrevistas é constante a importância dada ao tamanho e fluxos das cidades. O município de Corbélia foi apresentado como pequeno e importante desde os primeiros anos de “instalação” do reassentamento, exatamente por possuir estrutura próxima à dos municípios de onde foram deslocados e por se localizar próximo ao reassentamento.

Já para alguns reassentados, o município de Cascavel, onde se localiza o reassentamento, era causador de espanto pelo seu tamanho e pelo movimento das ruas. Atualmente, entretanto, Cascavel é uma cidade com a qual os moradores já se relacionam frequentemente.

Outra preocupação do capítulo está na discussão sobre o peso que o trabalho, ou ato de trabalhar, tem em Corbélia (e em Cascavel) e as relações disso com a reprodução de modos de vida e de pensar no reassentamento. Corbélia<sup>33</sup> é localmente apresentada como lugar do

---

<sup>32</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 387.

<sup>33</sup> A própria denominação Corbélia é positivada e esta relacionada com as frentes de colonização. O nome Corbélia vem da palavra *corbeliè*, cesto de flores, e foi atribuído pela esposa de um dos fundadores do município, seu Armando Zanatto. Podemos relacionar esta palavra com a necessidade de se passar, naquele momento, uma imagem harmônica da região, sem conflitos e/ou dificuldades.

trabalho, permeada pelo discurso do pioneirismo<sup>34</sup>. Nas conversas com moradores da cidade sobre o reassentamento, as interrogações eram mais presentes que afirmações. Mas, normalmente, procuravam saber se os reassentados já eram agricultores antes de se deslocarem para lá, ou seja, percebe-se uma valorização de determinados modos de vida e trabalho, com a qual os reassentados tiveram que lidar e que os levou a se posicionar e criar estratégias para serem aceitos nestes lugares.

Enfim, no capítulo IV, atentamos ao estudo do reassentamento na atualidade e à materialidade de sua configuração. Os aportes dos capítulos anteriores fundamentam sua escrita de maneira que, a partir de memórias, percebemos como o reassentamento é sonhado, desejado e disputado na construção de territórios, ou melhor, na tentativa da construção comunitária. A proposta de construção do local numa colônia, além das diferentes políticas administrativas do local apontam para os conflitos em torno da construção comunitária. Como bem destacou Bauman<sup>35</sup>, a sensação de segurança presente na palavra comunidade não dá conta de absorver as necessidades das sociedades individualistas em que vivemos.

Concordamos com Bauman quando ele destaca que a construção comunitária não está, lamentavelmente, ao nosso alcance. Destacamos a proposta de mudança do nome do local de Reassentamento São Francisco de Assis para Colônia São Francisco de Assis. Viver numa “colônia” passaria a ter influências positivas nas propostas da agricultura familiar e do ecoturismo, presente no reassentamento e defendidas por alguns moradores. Ainda enfatizamos os conflitos entre uma proposta favorável e outra contrária ao acesso de visitantes à Prainha e sobre o fechamento ou não da hípica local. Com isso, destacamos os conflitos e novas propostas de políticas internas.

O estudo da própria linguagem das narrativas indica essa diferença de como moradores falam do lugar. Se no primeiro capítulo foram analisadas as memórias da chegada e mesmo os enfrentamentos com o uso do “nós”, do “a gente”, as narrativas sobre o momento presente fazem uso do “eu” e do “eles”. Todas estas discussões “amarram” nossa tentativa de problematizar o reassentamento no momento atual de seu processo histórico, quando surge a proposta de criação da Colônia São Francisco de Assis.

Finalmente, diálogos com diferentes áreas do conhecimento propiciaram esta escrita, como a sociologia, a geografia, a filosofia e a antropologia. Dentre as obras citadas podemos resumir nossas preocupações com posicionamento próximo ao destacado por Klaus Alex A.

---

<sup>34</sup> No desenrolar do trabalho, teceremos uma crítica a análise em torno do pioneirismo em Corbélia.

<sup>35</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2003.

W. Woortman, na sua obra “*Com Parente Não se Negocia*”. Nas considerações finais ele apresenta sua posição de “erudito” diante das falas dos camponeses que estuda e toma por fonte. As falas são lidas a partir dos escritos eruditos e suas teorias e, ao mesmo tempo, estes textos passam a ser repensados a partir da reflexão das falas<sup>36</sup>. O pensador e o campesino estariam em mundos distintos, mas não em oposição<sup>37</sup>. È esta a aproximação que pretendemos com o objeto de estudo diante das nossas leituras e escolhas teórico-metodológicas.

---

<sup>36</sup> WOORTMANN, Klaas Axel A. W. **Com parente não se negocia**. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Ciências Sociais Humanas; Departamento de Antropologia.

<sup>37</sup> Woortmann traz a moral típica do mundo da “campenesidade”, uma tradição que se percebe desde Aristóteles e sobrevive ao capitalismo e todas as mudanças no mundo contemporâneo.

## CAPÍTULO I

### NÃO INVADIMOS, OCUPEMO: MEMÓRIAS DA LUTA

A citação que intitula este capítulo resume os primeiros momentos da luta entre agricultores e Copel<sup>38</sup>. Em 1993 a Copel realizou o piqueteamento próximo às barrancas do Rio Iguaçu, confirmando boatos que corriam há três anos sobre a construção de uma barragem na região.

Naquele ano foram divulgados os nomes dos nove municípios que seriam atingidos pela construção da barragem e que teriam parte de suas terras submersas: Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste, perfazendo uma área de 124 km<sup>2</sup>. De três destes municípios (Três Barras, Nova Prata do Iguaçu e Três Barras do Paraná), saíram os moradores que “receberam” terras no Reassentamento São Francisco de Assis, local designado após as etapas de escolha e indenização das propriedades pela Copel, uma área de 2.700 alqueires pertencente ao município de Cascavel, indenizada à Fazenda Piquiri, do Grupo Agropecuário Flamapec. Foi pelo nome Flamapec que o Reassentamento São Francisco de Assis passou a ser conhecido nas cidades vizinhas.

Neste momento de poucas certezas a respeito do início das obras e de seus alcances, o Estado era reconhecido pelo poder que detinha. Era pregado pelo governo o desenvolvimento econômico, e para tanto, a necessidade de produção energética. O Estado, representado por políticos engenheiros detentores do saber científico, assentados em seus gabinetes, numa posição que lhes dava o poder de governar, a priori, pouco considerou a realidade das pessoas atingidas pela barragem e as relações que elas tinham com aquele lugar em que constituíram suas vidas.

Diante de tal realidade, muitos moradores se organizaram em torno de um movimento social. Já se conhecia na região as conseqüências negativas sofridas pelos moradores atingidos pela barragem de Itaipu, no Rio Paraná. A falta de justas indenizações, o descaso do Estado, em determinados casos, e o próprio fato da obra ter sido de fato concretizada, ou seja, do

---

<sup>38</sup> Frase retirada da entrevista com um dos moradores reassentados, ex-liderança da CRABI. ROCHA, Pedro. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 01 mar. 2008.

Estado ter demonstrado eficácia na execução dos projetos hidrelétricos, serviu de alerta aos moradores da região do Salto Caxias.

A Copel já possuía vasta experiência na construção de hidrelétricas e, assim, também como lidar com os enfrentamentos e dificuldades diante dos moradores desapropriados por obras de barragens. Os moradores dos nove municípios do Sudoeste envolvidos no processo de construção do Salto Caxias tinham esta noção da demonstração de força do governo e passaram a ter contato com a realidade de outros atingidos por obras hidrelétricas. Um momento fundamental foi a participação de sindicatos locais e associações voltadas à discussão dos impactos sociais e ecológicos de projetos hidrelétricos no Brasil.



Figura 1: Esquema de localização da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu<sup>39</sup>

Desde fins da década de 1970 e no decorrer da de 1980<sup>40</sup>, a região Sudoeste paranaense presenciou mobilizações que envolveram as obras de outra barragem, a do Salto Capanema. Nos anos 1970, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e, em 1985, a Comissão dos Atingidos por Barragem do Rio Uruguai (CRAB), com fundamental apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), passaram a articular a resistência de parte da população

<sup>39</sup> Disponível em: <[http://www.esteio.com.br/servicos/se\\_uhcaxias.htm](http://www.esteio.com.br/servicos/se_uhcaxias.htm)>. Acesso em: 05.ago. 2008.

<sup>40</sup> O trabalho dissertativo de Sheila Priscila M. Lombardi apresenta relatórios da segunda metade da década de 1980 que demonstram sondagem e estudos da Copel a região onde foi construída a Hidrelétrica de Salto Caxias. Neste trabalho, a pesquisa realizada no reassentamento São Francisco de Assis preocupa-se com o papel da mulher na construção e direção da CRABI. Neste sentido, temos a apresentação de relações de gênero tanto na organização do movimento da CRABI, quanto nas atividades de trabalho no campo. A respeito, ver: MAKOSKI-LOMBARDI, Scheila Priscila. **Desenvolvimento rural e gênero**: o papel da mulher na organização de um movimento social: o caso da CRABI. Toledo, 2006. 140p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - UNIOESTE.

diante dos impactos causados por obras com interesse na geração de energia elétrica. Esse é o quadro no qual se dariam as discussões sobre a Hidrelétrica de Salto Caxias.

### 1.1 UM MOMENTO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

De acordo com um dos entrevistados, seu Pedro, há muito tempo ouvia-se falar da construção da Usina de Salto Caxias, mas a população local não tinha, até antes do início das obras da Copel na região, uma noção exata da sua amplitude:

Tô com 52 anos hoje. Eu, com 12 anos de idade, eu já ouvia falar na tal Usina do Salto Caxias. Com 12 anos eles já comentavam.

[...] Naquele tempo [*refere-se aos governos militares*] tinha, não me lembro mais que governador que tinha, entrava um governador e dizia: *já tá demarcada a Usina do Salto Caxias. Tem tempo isso...*

[...] Eu era piasão e falavam do... E eu sempre, por incrível que pareça, sempre morei, primeiro eu morei no município de Dois Vizinhos, no município de Nova Prata, depois vim pro município de Três Barras, todo o lugar que eu morei tá embaixo da água.

[...] A gente achava assim, que ia aumentar um pouco, algum mais antigo, mais entendido, dizia: não, vai aumentar bastante, eu conheci lá em tal lugar, não é assim... O que que vocês pensam, só na margem do rio, ela vai pegar aqui nesse riozinho, ela vai crescer... Só que algum mais...<sup>41</sup>

Um informativo da Copel sobre a usina Hidrelétrica Senador José Richa (Salto Caxias) demonstra que as sondagens já ocorriam, de fato desde a década de 1970:

A Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias) é uma das mais importantes da Copel e possui capacidade de **1.240 MW** de potência. Está situada no **rio Iguaçu**, no Município de **Capitão Leônidas Marques**, a 600 km de Curitiba.

Estudos iniciais previram a construção de **duas usinas**: Salto Caxias Baixo e Cruzeiro. Contudo, em 1978, a Copel realizou uma reavaliação, concluindo ser economicamente mais vantajoso o aproveitamento do trecho Salto Osório/Salto Caxias em uma única usina/Salto Caxias Alto, englobando o projeto Cruzeiro e eliminando a Usina Julio de Mesquita Filho, na foz do Rio Chopim. Depois de muitos estudos, as obras de construção da usina se iniciaram em 1995 e ela começou a operar em **1999**.<sup>42</sup>

Foi a partir do início das obras da Copel que moradores, como seu Pedro, uma das lideranças que foi contra as obras de Salto Caxias, organizaram-se. A falta de explicações

<sup>41</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>42</sup> De acordo com o Boletim informativo da COPEL - Companhia Paranaense de Energia. **Boletim informativo**. Disponível em: <<http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docsap/BE9D34467AAF883403256B760042E91F?OpenDocument>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

sobre as obras que ocorriam nas proximidades dos municípios lindeiros ao Rio Iguaçu preocupava, inicialmente, alguns. A organização era necessária, no dizer dos entrevistados. Seu Agenor Dantas narra este período e lembra a participação de um morador que já fora “atingido” por outra barragem, a de Itaipu, nas primeiras mobilizações. Mais à frente da narrativa, seu Agenor também se inclui entre os precursores do movimento:

Não, então tinha assim, o motivo da gente chegar aonde chegamos, no confronto com a estatal, foi porque a gente já tinha notícia, e já tinha pessoas que morou vizinho da gente, que tinha sido atingido pela Itaipu na época, e essas pessoas, da maneira como eles falaram, eles tinham as terras planas, terras boas de se trabalhar, e com a indenização da Itaipu eles tiveram prejuízo, porque eles taxaram o valor né, naquela época.

[...] Então o começo foi o seguinte: esse homem, o Ferrazo, tinha propriedade próxima ao canteiro de obra, tinha estudo e tal, mas isso ninguém nem sabia se ia ser executado ou não aquilo, tinha aquele estudo né, aí começou a vir gente, engenheiro e tal, vinham com o carro timbrado, da empresa né, e nós morava mais pra cima, bem mais pra cima, não tinha noção e não via. Aí esse homem, o Ferrazo e o vizinho dele lá, eles começaram a especular né, aí esse pessoal iam lá, aí começou, aí ele como já tinha sido atingido por uma hidrelétrica, o falecido Ferrazo, ele começou a conversar com o pessoal que morava pra cima [...]

[...] Aí, é... Eu só vou te relatar isso aqui, o caso aí foi nós... Invadimos, não, não invadimos, ocupemo o canteiro de obra e seqüestremos os funcionários da Copel....<sup>43</sup>

Diante desse jogo de poderes, as exigências do movimento dos moradores atingidos perante a Copel, ora se mantinham, ora se alteravam. Se num momento lutava-se contra a submersão, noutro, dadas as circunstâncias, passava-se à busca de indenizações por outras terras. O fato de *serem da terra* ocupa lugar importante nas falas das lideranças e dos moradores envolvidos nas mobilizações em torno das obras do Salto Caxias. A insegurança e o medo eram sentimentos que geravam, segundo a leitura que esses moradores fazem da expropriação das terras, uma coesão grupal..

Em 1989 ocorreram as primeiras reuniões de moradores, preocupados com futuras obras de Salto Caxias. Em 1990, surgiu da organização dos moradores da região do Salto Caxias a CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu). Para tanto, contou-se, além do apoio da CPT, CRAB e sindicatos, com o apoio da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSOAR). Foi constante nas narrativas dos moradores a importância de se ter mantido o sentido de grupo e as relações de vizinhança para que fossem alcançadas as indenizações.

---

<sup>43</sup> DANTAS, Agenor. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 05 mar. 2008.

Desde sua criação, a CRABI foi permeada por diferentes interesses. O próprio momento de fundação, foi marcado por incertezas diversas. O trabalho de Davi Felix Schreiner retrata esse momento de organização ao apresentar as diferentes formas pelas quais os sujeitos desenvolveram sua percepção dos impactos da barragem, destacando posicionamentos políticos, numa intrincada teia de conflitos em torno de interesses:

[...] Havia uma comissão formada por vereadores, prefeitos, presidentes de sindicatos, que discutia os impactos da construção da barragem com a Copel. Mas pouco se falava a respeito do tratamento que seria dado à população atingida. Assim, entenderam que suas próprias iniciativas deveriam dar direção ao movimento.

[...] Contudo, o reconhecimento da Comissão do atingido dar-se-ia num difícil e tortuoso processo. Ou seja, o processo de construção da resistência organizada não se fez homogêneo. Houve percepções diversificadas e conflitantes. Entre a população impactada estão os expropriados rurais e urbanos que foram forçados à migração - comerciantes, pequenos e grandes proprietários rurais, arrendatários, posseiros. Ainda, incluem-se aí os segmentos sociais indiretamente atingidos como, por exemplo, as populações de municípios onde foram reassentados os “afogados”, bem com as populações de áreas próximas à usina que não foram diretamente atingidas<sup>44</sup>.

Segundo o autor, os diferentes sujeitos envolvidos no processo interpretaram os efeitos da construção da usina de forma pouco homogênea. As obras envolveram as políticas regionais sobre questões ambientais, devido ao impacto no ecossistema e à possível interferência na produtividade agrícola regional; também foram envolvidas no processo pessoas não atingidas diretamente pela construção do reservatório, mas que tiveram suas relações econômicas alteradas, ou seja, mesmo as que não tiveram propriedades submersas, sofreram, por exemplo, com o efeito das transformações no comércio local devido à diminuição populacional da cidade<sup>45</sup>.

As disputas em torno do início das obras da Hidrelétrica de Salto Caxias envolveram o Estado, com seus representantes, engenheiros e funcionários. Muitos políticos se posicionaram em determinado momento, favoráveis à construção da usina, enquanto outros se opuseram a ela, junto com sindicalistas e participantes do movimento social. Além destes, haviam pessoas que não tomaram um posicionamento específico ou, de acordo com o desenvolver das questões, transitavam pelos possíveis posicionamentos a serem tomados.

---

<sup>44</sup> SCHREINER, op. cit., p. 290.

<sup>45</sup> A respeito dos impactos gerados à população das cidades atingidas pela barragem, ver: PIACENTI, Carlos Alberto et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 104, p. 103-123, jan./jun. 2003. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/104/piacenti.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/104/piacenti.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2008.

Em 1992, foram iniciados os embates dos moradores com a Copel. Em 15 de abril de 1993, cerca de 500 moradores organizados pela CRABI arrancaram os marcos colocados pela Copel para demarcar as fases da construção da barragem. Até este momento, a Copel necessitava de relatórios do recém criado Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)<sup>46</sup> para justificar o início das obras. Nos ofícios da estatal, os marcos eram importantes para que pudessem iniciar as pesquisas necessárias à realização do próprio relatório de impacto ambiental. A CRABI, na figura de suas lideranças, entendia este trâmite legal e aproveitou a situação para paralisar as obras. O proprietário da fazenda onde se deram os embates autorizou a entrada dos manifestantes e toda uma disputa judicial teve início.

Em 14 de outubro de 1993, pessoas ligadas à CRABI ocuparam o canteiro de obras de Salto Caxias, localizado no município de Três Barras. Devemos considerar o fato de que, neste momento, a CRABI já representava parte significativa dos moradores atingidos pelo processo de construção da barragem.

A pressão levou a Copel a incorporar a CRABI ao Grupo de Estudos Multidisciplinares de Salto Caxias (GEM-CX), criado em junho daquele mesmo ano pela própria Copel, no intuito de agilizar as negociações com entidades até então oficialmente contrárias às obras.

O estudo de César Karpinski problematiza o processo de constituição da CRABI, ao considerar este momento das negociações. Para o autor, foi um momento em que a CRABI, através de suas lideranças, teria focalizado a infra-estrutura interna dos reassentamentos e pouco deu atenção a reivindicações de demais grupos sociais envolvidos ou mesmo aos que ficaram nas cidades atingidas pelas águas do Rio Iguaçu. Karpinski destacou as outras formas de reivindicações dos sujeitos não envolvidos diretamente com as iniciativas organizadas pela CRABI. Seu trabalho é importante, pois alerta para o fato do GEM (grupo criado, de acordo com a Copel, para discutir a construção da barragem com a sociedade e movimentos sociais) ter, sim, legitimando a construção da hidrelétrica:

[...] Se por um lado, a Crabi tomava para si as ações contrárias ao empreendimento, do outro lado a Copel percebeu que nem todos os atingidos pensavam de acordo com as decisões tomadas pelo movimento. Essa divergência entre os vários segmentos da sociedade possibilitou a Copel estabelecer mecanismos que fizessem dela um ponto de convergência e não de embates. Foi então que surgiu o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Salto Caxias (GEM-CX) que foi instituído como um órgão mediador entre

---

<sup>46</sup> Salto Caxias foi o primeiro empreendimento hidrelétrico que teve sua construção atrelada à aprovação dos laudos do RIMA, já que Salto Osório já estava com suas obras em andamento quando da criação do RIMA. Sobre o uso de forças presentes na legitimação do RIMA, ver KARPINSKI, op. cit.

todas as instituições: CRABI, COSACA [Comissão dos Prefeitos dos Municípios Atingidos por Salto Caxias], COPEL, Sindicatos e quem quer que se achasse no direito de participar das discussões sobre a UHE de Salto Caxias.<sup>47</sup>

De acordo com o autor, a CRABI, a despeito do que perceberemos nas entrevistas que tratam do movimento dos atingidos, foi reconhecida pela Copel a partir da tomada das obras de Salto Caxias:

A Copel agregou as reivindicações contidas na proposta dos atingidos aos ‘Princípios, diretrizes e critérios para o remanejamento da população atingida’ e juntamente com as solicitações dos outros segmentos da sociedade, elaborou um ‘Termo de Compromisso’ [...] A partir do momento que a Copel assinou este documento, o GEM-CX passou a ser o órgão que faria com que os compromissos firmados fossem cumpridos por ambas as partes, já que o termo de compromisso foi firmado entre a Copel e as seguintes entidades: Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida. Neste documento, a Copel se obrigava a efetuar as reivindicações das entidades, que por sua vez, se comprometiam a garantir a não interferência dos seus associados na execução das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias<sup>48</sup>.

Outro importante apontamento do autor nesta obra é sobre a criação do Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias (MABESC). Este movimento reivindicava a revisão de critérios de seleção dos reassentados, reunindo mais de 400 casos de reavaliação e contando, então, com o apoio de moradores que se diziam enganados pelas promessas do Estado em relação a como ficaria a economia local após as obras<sup>49</sup>. De fato, a saída dos funcionários envolvidos nas obras da barragem causou significativa diminuição no movimento de comércio e prestação de serviços, que até então era satisfatório devido ao fluxo trazido pela construção da barragem. Com o exemplo do MABESC, César Karpinski demonstra como a Copel, ao trazer a CRABI para as negociações enquanto entidade representante dos moradores atingidos, acabou deslegitimando as reivindicações apresentadas pelos outros movimentos e entidades, por exemplo, o próprio MABESC:

---

<sup>47</sup> KARPINSKI, op. cit., p. 92. Nesta obra, César Karpinski aponta para a pouca homogeneidade no interior dos grupos, a partir do destaque a estas lutas internas. Destacando processos de singularização diante dos discursos da CRABI e do Estado, tem destaque o GEM, estratégia da Copel “aceita” pela CRABI para se legitimar as ações que envolviam a efetivação das obras da barragem de Salto Caxias.

<sup>48</sup> Idem, p. 97

<sup>49</sup> Ainda nesta perspectiva, vale informar, como nos lembra o autor, que no Termo de Compromisso firmado com a estatal seriam reassentados apenas aqueles que tivessem suas propriedades atingidas num total de até cinco alqueires. Caso contrário, os proprietários seriam indenizados com carta de crédito.

É bom lembrar que em 1997 a maior parte dos atingidos já havia se deslocado para os reassentamentos e a CRABI estava preocupada com uma política a ser tomada no interior destes assentamentos. Sendo assim o espaço não era mais propício para a discussão que o MABESC estava levantando. Além do mais, para os líderes da CRABI, esse movimento não possuía legitimidade para tanto.<sup>50</sup>

As críticas acima são importantes para o estudo da constituição da CRABI, principalmente, por alertar para os conflitos que marcaram este processo de negociações entre moradores da região do Salto Caxias e a Copel. No entanto, antes de questionarmos os resultados alcançados pela CRABI a partir de uma crítica às suas lideranças, acreditamos que estas divergências podem ser novamente refletidas em uma perspectiva próxima à de Davi Schreiner, quando o autor destaca a organização em assentamentos e reassentados:

Se os conflitos, os problemas e as dificuldades, que os sujeitos enfrentam para incorporar, participar da construção do projeto, são visíveis, também é diante da necessidade de enfrentar e superar problemas, de opinar sobre a organização e recriação de todas as dimensões do cotidiano comunitariamente vivido, os hábitos e costumes sociais, o lazer, o trabalho e a religiosidade, a que os assentados se constituem como sujeitos individuais e sujeitos coletivos, criando identidades e cidadania<sup>51</sup>.

A mobilização foi importante ao processo e com o tempo de paralisação de obras, a Copel recorreu à força do Estado para desocupar a área. Um efetivo de mais de 250 policiais foi dirigido ao acampamento no canteiro de obras da Copel. A mobilização dos moradores da região foi inesperada pelas autoridades e cerca de 2.000 pessoas, moradoras das cidades próximas e preocupadas com os possíveis resultados da obra, se dirigiram para o local<sup>52</sup>. Provavelmente, esta mobilização evitou maiores usos de força na desocupação.

O cerco policial chegou a isolar os acampados, visando sua desmobilização em poucos dias. Porém, a ocupação estendeu-se até fins de setembro, com a formação de uma comissão parlamentar, na reunião de políticos da região e, principalmente, na assinatura de um Termo de Compromisso por parte da Copel, resultados que levaram os acampados a deixarem o canteiro de obras. Mas, para tanto, ainda foi exigido por eles a desocupação da força policial, sucedida no dia 22 de setembro.

O Termo de Compromisso foi assinado por membros das entidades envolvidas, pela Copel e representantes de moradores das áreas futuramente submersas. Nele, asseguravam-se

---

<sup>50</sup> KARPINSKI, op. cit., p. 101.

<sup>51</sup> Ver: SCHREINER, op. cit., p. 292.

<sup>52</sup> MENESES, Eder, op. cit., p. 100.

as principais reivindicações do movimento: a garantia do reassentamento para famílias atingidas pelas águas, desde que possuíssem até cinco alqueires; indenização através de carta de crédito aos atingidos que tivessem áreas superiores a cinco alqueires; garantia de participação da Comissão dos Atingidos na construção da infra-estrutura dos reassentamentos e escolha das terras a servirem de indenização; bem como a certeza de se respeitar vizinhanças, de acordo com os presentes nas localidades atingidas. As indenizações respeitaram o que foi acordado não apenas no que diz respeito à extensão de terras, mas também em relação às demais obras e benfeitorias que seriam submersas.

A partir das obras de Davi Schreiner, César Karpinski e Eder Meneses, temos contato com sujeitos envolvidos com a CRABI. Estas leituras indicam para diferentes posicionamentos e interesses das partes envolvidas no processo de reassentamento. Diante das possíveis transformações trazidas pela construção da hidrelétrica, as representações em torno da sua construção serão refletidas de acordo com os lugares ocupados pelos agentes envolvidos no processo. Para compreender esta estrutura social que se formara e os capitais simbólicos nela empregados, recorreremos a Bourdieu, que afirma que:

[...] Bastara um exemplo para mostrar a diferença entre a estrutura e a interação e, simultaneamente, entre a visão estruturalista, que defendo como um momento necessário da pesquisa, e todas as formas da visão dita interacionista (em particular, a etnologia). Estou pensando no que chamo de estratégias de condescendência, através das quais agentes que ocupam uma posição superior em uma das hierarquias do espaço objetivo negam simbolicamente a distância social, que nem por isso deixa de existir, garantindo assim as vantagens do reconhecimento concedida a uma denegação puramente simbólica da distância ('ele é uma pessoa simples', 'ele não é orgulhoso') que implica o reconhecimento da distância (as frases que citei implicam sempre um subtendido: 'ele é uma pessoa simples, para um duque'. Em suma, podem-se usar as distâncias objetivas de maneira a vantagens da proximidade e as vantagens da distância, isto é, a distância e o reconhecimento da distância assegurados pela denegação simbólica da distância<sup>53</sup>.

Acompanhar estas negociações e dialogar com diferentes críticas à postura da CRABI contribui para entendermos a construção de um movimento que se dá de maneira pouco homogênea. Mas, não podemos perder nossa linha de reflexão. Nosso objetivo está na maneira como a CRABI atualmente é trazida nas falas dos moradores quando se referem a um passado recente, da mobilização e construção do São Francisco de Assis. Se as divergências,

---

<sup>53</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 154.

evidentemente, já estavam presentes na constituição da CRABI, passados anos do recebimento das terras, outras divergências se apresentam.

Todavia, mesmo quando nas entrevistas são destacados conflitos no reassentamento e nas cidades vizinhas, a CRABI não deixa de ser lembrada enquanto força fundamental aos resultados alcançados no decorrer de anos de mobilização.

Desse modo, a partir do entendimento de como a CRABI foi institucionalizada e dos embates que representaram diferentes interesses frente à construção da obra do Salto Caxias, poderemos dialogar com a importância que ela ainda apresenta nas memórias dos reassentados quando narram suas histórias de vida.

Narrar estes fatos significa, para os reassentados, refletirem sobre suas vidas e sobre o reassentamento, diante dos desafios de hoje. A seletividade da memória envolve nossa discussão. A estabilidade ou não atual, ou as críticas às administrações locais levam os entrevistados a destacar a organização, principalmente, quando retratam os motivos de reivindicação nas entrevistas. A CRABI, em nenhum momento, deixa de ser relacionada à construção de uma identidade de reassentado e ao pertencimento a um movimento que reivindicou o direito de ter terras. Nas entrevistas, a CRABI foi apresentada enquanto marco de um passado recente, invocada quando se pretendia narrar a trajetória de chegada à região e da conquista do reassentamento.

## 1.2 MEMÓRIAS EM DISPUTA: O SIGNIFICADO DA CRABI NO NOVO TERRITÓRIO

A experiência pela qual passaram os moradores que foram reassentados trouxe a necessidade de lidar com a prática política e/ou com o poder de uma maneira que poucos possivelmente conheciam. Eleger membros, participar de uma assembléia ou, ainda, organizar reuniões eram práticas pouco presente entre os moradores reassentados antes das mobilizações em torno da CRABI. As lideranças foram importantes e representaram interesses locais diante do Estado. Nas memórias, foi destacada a função da CRABI de agregar e dar força ao movimento, e de ser descrita como crucial aos resultados de hoje.

A CRABI era formada por lideranças, que, em sua maioria, eram agricultores. Sua constituição contou com apoio de sindicatos, políticos e de entidades, principalmente da CPT. Todavia, não possuía na sua organização um posicionamento ideológico já construído, como possuía, por exemplo, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). E mesmo nestes movimentos, portadores de todo um discurso elaborado para se referir às políticas sociais,

resultado da militância presente, a existência de uma memória única seria, a nosso entender, algo questionável. Seu Agenor Dantas falou do contato dos moradores atingidos por barragem com outras experiências de movimentos sociais e destacou como esse contato foi importante para a organização do movimento:

Isso. Foi ali. Então a gente começou ali, porque até o falecido Ferrazo disse: *eu acho que nós não vamos chegar em lugar nenhum, só nós aqui*. O Camilo é um cara esperto, ele é esperto, daí nos conseguimos uma fita, com o pessoal da CPT, você conhece, a Comissão Pastoral da Terra....

[...] Conseguimos as fitas, conseguimos a filmadora e daí fomos lá pra cima, com o pessoal que foram atingidos pela obra, o pessoal de Segredo, aí ficamos uns 5 dias, pra conhecer, já tinham fechado a barragem, o pessoal já tinha sido indenizado, e fomos ver se eles tiveram vantagem com a obra, porque se eles tivessem tido vantagem com a obra, daí a gente poderia negociar com o governo, mas se tivesse perca, o que que nós ia fazer? Nós ia parar a obra...

[...] Foi gravada, aí o que que aconteceu? [...] Daí trouxemos as fitas e fizemos reuniões pra mostrar pro pessoal aqui.<sup>54</sup>

A CPT, o MST, a CRAB e o MAB foram entidades presentes na constituição da CRABI. Estes movimentos sociais ganham destaque quando são lembrados os enfrentamentos com a Copel e as dificuldades iniciais para mobilizar a maioria da população futuramente atingida pelas águas da barragem.

As memórias sobre a luta<sup>55</sup> apresentam experiências de mobilização em torno da CRABI. Através do estudo dessas memórias, percebemos as maneiras como eles discutiram sua situação política e as negociações com o Estado no momento de chegada.

O envolvimento político, a união e reivindicação estão presentes quando se fala desse passado recente, os quais foram apresentados com um sentimento de conquista, mesmo quando era lembrado aquilo que ficou debaixo d'água. Este passado não está dissociado dos desafios, conflitos e objetivos dos sujeitos. Afinal, os entrevistados ocupam no reassentamento diferentes posicionamentos políticos. Conversamos com lideranças, ex-lideranças e também com pessoas que não tiveram, até então, um envolvimento político como tiveram outros.

Neste estudo de memórias, consideramos também o fato dos moradores escolherem novas categorias, ou seja, se dizer reassentado, membro ou ex- membro da CRABI, ou das

---

<sup>54</sup> DANTAS, op. cit.

<sup>55</sup> Esta expressão é título desta dissertação e foi comumente utilizada pelos entrevistados ao se reportarem a momentos que se estendem das primeiras iniciativas em relação às obras da Copel e às negociações quanto à infra-estrutura do reassentamento.

associações, por exemplo, e de ter que se classificar de determinada maneira diante do outro, no caso, os moradores das cidades vizinhas.

Quando procurado, Seu Agenor Dantas, morador reassentado e uma das pessoas envolvidas nas negociações com a Copel, se mostrou disposto a colaborar com nosso trabalho e aconselhou-nos a procurar pessoas que acompanharam todo o processo de construção do reassentamento, pois estas poderiam falar mais e, possivelmente, em suas argumentações cometeriam menos enganos ao destacarem a história dali. Não entendemos na sua postura uma intenção em passar apenas uma versão dos acontecimentos, a que representaria as lideranças do momento de chegada à região ou a da própria CRABI. Podemos, sim, ter na fala de Seu Agenor a postura de uma das lideranças no reassentamento, que ao reler e narrar sua trajetória, estaria tanto demonstrando o seu envolvimento social em torno das políticas locais quanto, possivelmente, se referindo criticamente à administração atual. Importante destacar que, naquele momento da entrevista, seu Agenor não estava próximo das lideranças políticas da associação do grupo a que ele pertence, a comunidade do Pinheirinho<sup>56</sup>.

Apesar de dizer que está *desligado da política*, as disputas políticas é que organizam a fala de Agenor. Diante de um historiador, ele, um dos responsáveis diretos pelo reassentamento, provavelmente não deixaria de destacar a importância do coletivismo. E como nos alertou no primeiro contato que tivemos, não poderia deixar de narrar algo importante. Para ele, a luta é mais que importante, é a própria causa de estarem ali:

É, na verdade, o caso nosso, o motivo da gente hoje estar aqui foi uma luta mesmo, isso foi um trabalho aí que o senhor sabe que uma organização não faz sozinha, é como se fosse, digamos, o partido político. Vai fazer um partido político sozinho? Não faz, tem que ter membros e... Na mesma forma foi nosso movimento, né.<sup>57</sup>

Desse modo, ele estabelece uma comparação entre partido político e o movimento em torno da CRABI. Em nossa reflexão, não tratamos o movimento em torno da CRABI como político-partidário. Mesmo que alguns de seus membros fossem filiados a partidos - é o caso do PT (Partido dos Trabalhadores) e mesmo que o PT mantivesse contato com a CRABI no momento de sua fundação - a política realizada pelos membros da CRABI segue outras direções que estão além das organizações partidárias. Mas, para seu Agenor, a política do movimento não se dissocia da política partidária. Ele apresenta dissensos atuais no interior do reassentamento, diferenciando, inclusive, “política sadia” e “politicagem”. Assim, referiu-se à

---

<sup>56</sup> Ver Figura 2. O Pinheirinho é uma das localidades ou grupos, do reassentamento.

<sup>57</sup> DANTAS, op. cit.

sua trajetória de envolvimento com a política partidária durante os anos seguintes à implantação do reassentamento:

[...] Daí esse cara falou ó: *não se meta em política*. Que é verdade, porque quebra mesmo, você divide as coisas, daí o pessoal fala, *tá vendo, tá ali por causa da política*.

**Pergunta:** Essa organização mais tranqüila, isso evitaria a venda e essa possibilidade bem presente que o senhor falou, disso daqui voltar a ser um latifúndio? Ou não?

**Agenor:** Evitaria. Ter um pouco mais de organização, de... Se você começar de politicagem isso, aqui, evitaria até da pessoa tá vendendo evitaria sim, traria mais harmonia, mas é quando começa essas brigas de interesses pessoais vai virando uma bola de neve, eu sô político, eu gosto da política, mas política sadia.

[...] Mas a política de poder, né... Hoje eu tô na CRABI, tô na CRABI não porque eu quis tá na CRABI, porque votaram em mim, não tinha quem se candidatar, votaram, porque a CRABI é formada pelas próprias associações, são 19 associações e são dois de cada uma delas e tem que escolher, então acaba sendo em 38 votantes, né, então escolhe os membros.<sup>58</sup>

Na sua conclusão, com poucas palavras posiciona-se em relação ao que já fez pelo movimento: “*não, acho que pela política, acho que tudo que você defende acho que tem que ter, não é desnecessário, a política né [...]*”<sup>59</sup> Podemos, nesta perspectiva, discutir o posicionamento de seu Agenor enquanto alguém que se diz responsável por parte das vitórias que narra e que aponta, acima de tudo, a conquista, pois, destaca que agora possuem as terras. No entanto, ainda podemos levantar outras leituras do processo e de sua experiência.

Numa narrativa que mistura palavras simples e certas leituras e expressões próprias do discurso político, ele demonstra que o processo não se encerrou com a aquisição de terras. Continua, sim, nas questões políticas atuais, internas, locais e nacionais. E apesar de destacar incertezas quanto ao futuro do reassentamento, diante da especulação imobiliária e das administrações atuais e futuras, comenta que a própria vitória da luta com o governo já demonstra a importância do movimento social e do envolvimento político. Interessante que, mesmo agora, com o encerramento da CRABI, a entidade normalmente é tida como sinônimo das conquistas e da mobilização dos moradores.

A importância da mobilização é destacada para se falar de sua situação hoje, no reassentamento. Na entrevista, numa narrativa até certo ponto linear, ele considera o movimento de paralisação das obras da Copel e o que chamou de *seqüestro* de máquinas e trabalhadores da estatal, um marco. Esse ato simbolizaria a união dos moradores:

---

<sup>58</sup> Idem, ibidem.

<sup>59</sup> Idem, ibidem.

[...] Mas olha, era difícil, que quando você bate com o Estado, a força política, a pessoa teme, mas a gente fez aquilo pra provocar, pra empresa Copel vim conversar conosco, pra gente saber que tava insatisfeito com aquele trabalho deles.<sup>60</sup>

A importância da organização é destacada, por isso o emprego do *conosco*. Mas essa ênfase da organização grupal destoava na narrativa de seu Agenor com outra informação a respeito da organização do reassentamento. Em outro trecho da entrevista Agenor nos informou o fim da CRABI. Assim falou a respeito: “*a CRABI, ela existe, no documento e tudo, ela não tem mais a função que ela tinha, ela tá pra ser extinta, inclusive eu, a gente assumiu a presidência [da CRABI e da comissão que deveria extingui-la], tô como presidente [...]*”. A organização foi e é importante. Todavia, o entrevistado afirma que a CRABI perdeu a razão de ser. Na mesma pergunta, quando questionado sobre a organização do reassentamento após o encerramento da CRABI, ele responde:

Exatamente, eles [*reassentados*] vão ficar mais próximos, porque a CRABI, pra você ter uma idéia, a CRABI ficou distante do reassentado num momento, teve um momento aí, muito crítico, a CRABI se distanciou do reassentamento [...] Já não era mais aquilo que era no início. Então ela, pra ficar mais próximo ao reassentado, tem as associação, então o poder que a CRABI tinha, vai ser repassado para as associações [...] Eu, não é que não precisa, pra gente, quanto mais unido, melhor ainda [...].

A CRABI representava todos os dez reassentamentos de Salto Caxias e, assim, todas as associações que formam estes reassentamentos. Para Agenor, então presidente da CRABI e responsável pelo processo de encerramento da mesma, a CRABI foi fundamental para as negociações com a Copel e para a organização interna nos reassentamentos. De certa forma, foi com o intermédio da CRABI que se estruturaram as associações. Essas, segundo o entrevistado, no momento são mais próximas dos moradores, algo não alcançado com a CRABI. Ao procurar justificar o fim da CRABI, segue seu Agenor:

Era pra cada associação, então a CRABI, ela tinha estrutura financeira, tinha seu veículo próprio e tinha as pessoas que trabalhavam pró a CRABI. Ganhavam, ganharam, tinham dinheiro, então pessoas que eram integrados realmente pra aquela função, então hoje eu não posso deixar o meu serviço, pra ir correr atrás, eu não ganho nada, meu carro tem o consumo [...] Isso, disso que o povo, se o povo que são reassentados, tivesse noção e pensassem um pouco mais, até porque, vem o futuro também, que os filhos, netos, tudo, se eles pensarem mais um pouquinho, era pra ser um organização de Primeiro Mundo, principalmente aqui no reassentamento São Francisco.

---

<sup>60</sup> Idem, ibidem.

Entendeu, aonde tem aí cerca de 300 famílias. Então era pra ser coisa de Primeiro Mundo. Isso era pra quando você precisar dizer lá na prefeitura: *olha, nós precisamos de ensino*, você ir lá numa comissão e dizer: *precisamos disso*, na questão de ensino, faltando alguma coisa e ter que resolver, era pra ser resolvido de imediato, na questão das estradas também, devia ser mil maravilhas, isso aquilo também, continuar ser um exemplo pra todo mundo [...].<sup>61</sup>

Seu Agenor olha para o passado a partir das expectativas do presente. A CRABI poderia ter continuado, faltou participação da maioria dos moradores, faltou consciência da sua importância, mas as associações podem suprir este papel de união dos moradores, necessária, de acordo com o entrevistado, para que se alcancem mais melhorias na educação, na produção, entre outras.

Para falar do fim da CRABI, seu Agenor construiu uma narrativa pautada em duas argumentações. O encerramento é visto enquanto algo, de certa forma, natural. Ela já teria alcançado sua finalidade e, neste momento, as associações comunitárias teriam essa capacidade de desenvolver uma política local mais próxima aos moradores. O encerramento não significa para ele o fim do coletivismo, da força política dos moradores. No entanto, o fim da CRABI é narrado com certa angústia e com certa dose de decepção, como vimos: “[...] *isso, disso que o povo, se o povo que são reassentados, tivesse noção e pensassem um pouco mais, até porque, vem o futuro também, que os filhos, netos, tudo, se eles pensarem mais um pouquinho*”<sup>62</sup>. A política interna ganhou outros rumos e essa desunião teve como um dos seus motivos o fato dos moradores já terem segurança quanto à posse da terra.

Se antes, ao falar das primeiras iniciativas, o entrevistado usa o pronome *nós*, agora, ao falar da falta de iniciativa, utiliza a expressão *o povo*. Já não atribui a ele esta responsabilidade, mesmo sendo presidente da CRABI. Percebemos, aqui, parte dos conflitos internos existentes e que iremos arrolar ao longo do trabalho.

Quando nos fala sobre sua história e a do Movimento dos Atingidos pela Barragem e, mais à frente, da própria CRABI, o entrevistado fala de acordo com determinado lugar social que ocupa, o de liderança e/ou ex-liderança, mas também de reassentado. Seu Agenor é um agente e falar da sua história é falar também da CRABI, do movimento e do que ajudou a construir. Remete-se, indiretamente, às iniciativas que estão ocorrendo hoje no

---

<sup>61</sup> Idem, ibidem.

<sup>62</sup> Idem, ibidem.

reassentamento<sup>63</sup>.

A experiência pela qual passaram os moradores reassentados trouxe a necessidade de se organizarem politicamente. Nesta construção social do coletivo, permeado inclusive pelas disputas que marcam o momento anterior e atual, a CRABI não foi apresentada numa memória única. Nas memórias sobre ela a sua função de agregar e dar força ao movimento não deixa de ser descrita como crucial aos resultados de hoje. Percebemos como o contato com um movimento social não deixa de aparecer nas memórias sobre a chegada ao reassentamento, pois o movimento organizou as estratégias de organização e luta. A CRABI está em processo de encerramento, mas sua presença existe nas memórias dos moradores.

No estudo de processos históricos como este, nos interessa as relações entre o individual e o coletivo. A História possibilita a problematização da relação entre individual e coletivo e o coletivo, neste caso, é representado nas memórias dos moradores pela CRABI. Discutindo memórias, Ulpiano Bezerra afirma:

Às ciências sociais interessa a memória individual somente nos quadros da interação social: é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a rememoração seja produzida de forma socialmente apreensível. É este fenômeno da memória condividida que tem relevância. Aliás, a matéria bruta da memória individual pode permanecer latente anos a fio, até que seja despertada por um interlocutor, cujo papel, então, não é meramente passível. Esta dimensão extra-individual tem propiciado às ciências sociais, farta exploração da memória individual<sup>64</sup>.

É exatamente esta dimensão extra-individual presente em um estudo voltado ao processo de constituição de território, a partir de memórias dos seus integrantes, o foco para nos posicionarmos diante da narrativa de vida de seu Agenor e de outros entrevistados.

Precisamos, então, refletir até que ponto a CRABI de fato representou a coletividade. A resposta a esta pergunta não será definitiva e estender-se-á por outras questões. As conquistas, geralmente, são atribuídas à coletividade e a CRABI é referência nesse sentido. Ela sempre foi citada quando se falou da luta. No entanto, como já abordamos com a reflexão de bibliografias que discutem o movimento dos atingidos pela barragem de Salto Caxias, a CRABI não deu conta de abarcar as diferentes expectativas de todo um movimento. E estas

---

<sup>63</sup> Para dialogarmos com essa categoria de “agente social”, recorremos a Bourdieu. Para ele as representações dos agentes variam de acordo com sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus*, o sistema de esquemas de percepção e apreciação, com estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são obviamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuem o código, os esquemas classificatórios necessários para se compreender o sentido social. Bourdieu, op. cit., p. 158.

<sup>64</sup> MENESES, Ulpiano, op. cit., p. 14.

diferenças apareceram nas narrativas que produzimos. Portanto, nas narrativas, a CRABI era destacada enquanto símbolo do coletivo e da vitória, ou enquanto entidade importante para todo o processo, todavia, muitas vezes administrada de maneira autoritária.

Então, em termos de representatividade, diante da Copel e Estado e de efetiva participação na construção e administração local, ou seja, de resultados, a resposta seria sim, a CRABI representou e representa o coletivo. Mas, por outro lado, o fato dela ter sido extinta, demonstra que este coletivo foi alvo de disputas e/ou contradições.

Nesta perspectiva, podemos notar como a relação entre individual e coletivo permeia as relações de uso da terra ao destacarmos as resistências das famílias à coletivização das terras, pois, como nos lembra Schreiner<sup>65</sup>, os camponeses possuem práticas voltadas à agricultura familiar no cultivo da terra. Isso não significa afirmar de maneira simplista um individualismo nos reassentados.

A obra *Colonos do vinho*<sup>66</sup>, de José Vicente Tavares, contribuiu para nosso posicionamento a respeito o paradoxo da relação do trabalho camponês inserido no sistema capitalista.

Em um estudo de caso, os *colonos do vinho*, descendentes dos primeiros imigrantes italianos instalados nas mesmas terras do Rio Grande do Sul desde fins do século XIX, são exemplos de como modos de vida não capitalista insere-se ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

Para José Vicente, o camponês significa a personalização do trabalho camponês na sociedade capitalista<sup>67</sup>. Os camponeses detêm meios de produção, mas estão inseridos numa sociedade capitalista, de classe. Assim, práticas típicas de uma cultura não capitalista estavam subordinadas à produção vinícola da burguesia industrial local. Por exemplo, a ajuda mútua e troca de trabalho com vizinhos, os costumes e as formas de repartimento das terras pelo sistema minorinato, ou ainda, os festejos ligados a uma interpretação mítica e cíclica do tempo do trabalho, práticas, que segundo o autor, não garantem o acesso dos camponeses ao capital e à preservação de sua autonomia na propriedade das terras.

Ao destacar estas relações de trabalho familiar da década de 1970, José Vicente alerta para o fato da não aceitação de um suposto individualismo camponês. Para tanto, procura apresentar os colonos nem como individualistas, nem como adeptos de uma socialização aos

---

<sup>65</sup> Ver SCHREINER, op. cit., p. 238-245.

<sup>66</sup> SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

<sup>67</sup> O trabalho familiar dos colonos sofre desde os anos 1930 com a estruturação de uma burguesia ligada à indústria vinícola.

moldes de uma teoria marxista-leninista. Afinal, no caso dos colonos do vinho, a posse da terra é individual, mas a administração é familiar, os meios de produção são individuais e/ou familiares, mas práticas coletivas fazem parte da vida comunitária<sup>68</sup>.

A leitura desta obra ajuda-nos a perceber que, também, no reassentamento ocorreram novos posicionamentos e práticas em relação ao uso da terra e às relações de trabalho. O resultado desse processo é visível nas falas dos moradores e reflete, por um lado, as dificuldades da organização dos reassentados após o recebimento das propriedades e, por outro, a ênfase dada ao grupo ou aos viveres comunitários (reproduzidos dentro do possível e diante de resistências) pela Copel e pelas comunidades reassentadas.

No caso de seu Agenor, ele posiciona-se enquanto um dos que compreenderam a suposta importância do coletivo e seu afastamento político atual não remete a uma crítica à política em si, mas às configurações atuais em que ela se dá no reassentamento, mesmo porque, como destacamos, ele atuou e de certa forma ainda atua na política local. Ele não questiona a CRABI, nem a coletividade, mas sim, determinadas atitudes de seus membros. Seu Agenor se apresentou entre lideranças da CRABI e agora procura, no passado do grupo, argumentos para falar criticamente do próprio grupo.

Seja ao falar de política, seja ao preocupar-se com uma escrita histórica que não deixasse passar fatos que considerasse determinantes, o que ele nos diz faz alusão ao futuro do reassentamento. Aqui, nos referimos à continuidade do movimento social e à preocupação de que os moradores dali permaneçam nas terras e não venham a vendê-las a latifundiários da região. Suas inquietações estão ligadas a uma forte discussão existente entre os moradores. Há, entre as preocupações atuais, a necessidade de se manter uma estrutura dentro do reassentamento pautada na mão-de-obra familiar e nas pequenas propriedades.

Essa dificuldade de aplicação de uma postura coletiva para a administração das propriedades contribuiu para a problematização do fato de moradores buscarem na CRABI uma referência para falar do momento anterior ao atualmente vivido, um universo de transformações e disputas não visto antes pela maioria das pessoas envolvidas. Momento importante, mas que provavelmente não corresponda mais, para muitos moradores, às necessidades cotidianas atuais.

---

<sup>68</sup> A utopia comunitária construída na *velha colônia* (Rio Grande do Sul, municípios de Antonio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilhas, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Veranópolis), apresentada pelo autor, demonstra como, a partir da organização comunitária e das práticas que reproduziam há um século, os colonos iniciam um processo de tomada de consciência de classe.

Ser reassentado, para quem buscava ser indenizado por terra, significou ser membro da CRABI, uma identidade construída ao longo do processo de chegada. Muitos foram os esforços para mobilizar o povo e, em determinado momento, a luta dependia da afirmação e pertencimento de determinadas práticas, quando se falava em nome de um grupo e esse grupo representava seus membros. Essas práticas são importantes ao desenvolvimento do movimento dos reassentados e foram cobradas pelas lideranças da CRABI diante das negociações com o Estado. Colaborar com o coletivo, trazer às falas e discursos a coletivização das terras e reivindicar políticas agrárias são exemplos dessas práticas.

Sobre esta conscientização das pessoas envolvidas com o processo de alagamento e as disputas envolvidas, destaca seu Genivaldo Reis, morador do reassentamento com sua família, uma das lideranças do local nos primeiros anos de sua constituição:

Não, não, foi pra aquele momento [*a CRABI*]. Até... A idéia era que tivesse agora, né, mas é, houve muita divergência, você sabe que, com o tempo desgasta, a coisa que na época deu certo, mas, daí até por, vamos dizer assim, por ciúmes pitorescos, sem querer citar nomes, dentro do próprio movimento, acabou se desgastando e praticamente não.

**Pergunta:** Tem alguma... Alguma iniciativa mais geral que hoje a substitua, alguma coisa parecida com a CRABI? Não ficou um vazio?

**Genivaldo:** Não, com certeza ficou a ausência. Não existe. A CRABI, a gente diz a CRABI, o corpo lá, né, o prédio, **mas a CRABI era todos nós..** Era tudo mundo que formava a CRABI e daí tirava as lideranças. E a gente diz, *oh, eu sou contrário à CRABI, sou contra...* Você é contra você mesmo. [...] A gente diz, ninguém dizia 'sou contra a CRABI', senão era contra todo mundo<sup>69</sup>.

A CRABI existe no passado, já que, como ele diz, *ela era todos nós*. Já garantido o uso das terras no reassentamento, inclusive com a garantia dos títulos delas, a CRABI deixa de ser exemplo de organização e mobilização para ser seguido. Foi determinante para a reconstrução do território dos moradores reassentados, evidentemente, em diferentes intensidades e de diferentes modos. Talvez, por isso, o entrevistado procurasse atribuir à dificuldade da construção de uma política de administração coletiva no reassentamento a falta de compreensão dos moradores. E o próprio coletivo está na sua fala, no passado. Também o pronome *esse* dá lugar ao pronome *aquela*, como lemos a seguir:

Então, voltando a falar **daquele** coletivo, trabalhar tudo junto, né, pra diminuir, pra juntar forças, até pra tentar unir as pessoas. Daí foi quando deu aquela que... Veio um técnico nosso do Rio Grande do Sul e ele criou uma expectativa muito grande, criou uma expectativa assim que... E eu, como

---

<sup>69</sup> REIS, Genivaldo dos. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 25 jul. 2007.

presidente da associação na época, chegava e dizia, digo: *gente, vamos mais com os pés no chão, vamo com cuidado, talvez a nossa lavoura não vai dar isso que o técnico tá falando, ele veio lá do Rio Grande do Sul, é uma outra realidade, e a nossa terra aqui é o primeiro ano de plantio, será que vai produzir isso, o que que é isso, vamo devagar.*

[...] Daí eu falei: *cês lembram que eu falava que é isso, que a gente tem que ir com os pés no chão?* Mas resumindo tudo essa história, sobrou, quem tinha lá dez alqueire, sobrou... 1.200 reais, quem tinha dois alqueires sobrou 200 reais, 100 reais por alqueire sobraram limpo, o cara não pôs a mão na enxada, o cara não foi pra roça, não fez nada e sobrou aquilo. No ano seguinte, daí chamando o pessoal: *gente, vamos plantar coletivo? Não, Deus o livre!...* Era brigar de novo, *não pode, cada um vai plantar individual. Tudo bem, então, vamos plantar individual.*

Seu Genivaldo foi um dos líderes da Associação Vargem Bonita e participou junto com as primeiras lideranças das negociações com a Copel. Hoje, não está envolvido diretamente com a política local. E de certa forma, quando fala da CRABI, identifica-se também enquanto um “ex-líder” e por ter ocupado este papel na localidade ele não deixa de atribuir as conquistas de hoje, a do próprio reassentamento, principalmente, também às suas atitudes naquele período. Um “ex-líder” logicamente não está presente nas decisões administrativas atuais e, por estar afastado, Genivaldo não atribui à CRABI a culpa de não ter destacado mais projetos à agricultura familiar ou de não ter viabilizado o “coletivismo”, o que, segundo Seu Genivaldo, foi trabalhado por ele em sua administração.

Ficou o vazio e se houve divergências, de acordo com seu Genivaldo, houve os que foram contra todos. Afinal, como nos lembrou, ir contra a CRABI significava ir contra todos. Nisso podemos ler: seu trabalho fôra fundamental e, mesmo reconhecendo a necessidade de se manter a organização com o *coletivo*, ele não deixa de questionar a administração ao destacar os limites atuais destas políticas.

Quando seu Genivaldo se refere a um vazio, nos leva a perceber que esse seu silêncio sobre o hoje, ou sobre a política atual, parte do pressuposto de que antes, sim, havia progresso e ele seria responsável direto por isso, mesmo que muitos não tenham percebido este progresso.

Genivaldo silencia sobre as políticas de hoje. Não obstante, criticar abertamente as lideranças de agora remeteria nossa entrevista às críticas que pudera ter recebido quando estava na administração da Associação do Alto Alegre. Michael Pollack destaca nos estudos de memórias subterrâneas presentes nos processos históricos:

Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões de metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou ao menos, de se expor a mal entendidos [...].

[...] Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.<sup>70</sup>

A CRABI é lembrada não apenas pelas pessoas envolvidas diretamente como lideranças do momento de sua efetiva construção e atuação. Mas, também de maneira geral, por aqueles com quem conversamos no reassentamento.

A importância da CRABI não foi questionada quando Adilson, 27 anos, morador reassentado, destaca, num breve histórico do reassentamento, críticas a outras lideranças da CRABI. Ele diz não ter se envolvido com a organização do reassentamento, por mais que houvesse participado de várias reuniões nos primeiros anos do São Francisco de Assis.

O entrevistado apresentou-se enquanto crítico das políticas administrativas atuais e das anteriores. No entanto, reconhece a importância das lideranças nas negociações com a Copel. Suas críticas são construídas quando ele se refere ao presente. Para ele, o reassentamento carece de *mais projetos de indústrias familiares*. Assim, construiu sua narrativa enfatizando no ontem e no hoje a causa do fim da CRABI:

Isso foi o quê? Uma consequência de uma má gestão de lideranças, porque a CRABI poderia existir hoje e quanto tempo quisesse, era o ter interesse político das próprias associações aqui internas, de pessoas competentes com habilidades pra trazer algo pra cá, que nem essa idéia de projetos que eu tenho pra aqui dentro, era isso a função da CRABI fazer, não eu fazer, era isso a função da CRABI fazer, trazer projetos de indústrias familiares, projetos de não sei o que lá...

Eu não vou dizer culpado, achar culpado, que todo mundo quer achar culpado, quer pregar alguém na cruz, mas claro que quando você tem uma liderança, então você tem algo que você confiou, você deu seu nome pra aquela, vamos dizer CRABI, você confiou, você espera resultado, né? É igual você eleger um diretor de uma empresa, se você eleger um diretor de uma empresa, você espera resultado do diretor dessa empresa. Se não dá resultado, você não corta fora?

O território em disputa passa pelo papel efetivado pela CRABI e por aquilo que ela passa a representar após seu encerramento. Mesmo ele, defensor de uma nova liderança política no reassentamento, vê na CRABI ou no movimento por ela representado a responsabilidade pela construção do reassentamento: o problema estava na *má gestão* e não na CRABI. O lugar social que ocupa o entrevistado, mais uma vez, interessa à compreensão de sua fala. Ele, que está se formando em agronegócio e pleiteia um cargo político na localidade, enfatiza o passado recente para destacar que, com outras preocupações e decisões de

---

<sup>70</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 6, 1989.

lideranças, pode-se continuar um movimento pautado na união dos moradores. A união viria a partir de projetos que agreguem valor à mão-de-obra familiar. Este lugar de onde fala, o de um representante de uma nova geração, capacitado tecnicamente, faz uma analogia entre a almejada organização e hierarquia do reassentamento e/ou, do movimento social com a organização de uma empresa. Importam supostamente os resultados. Se auto-representa como um dos mais capacitados, devido à sua formação profissional e capacidade em gerenciar o reassentamento.

Diferentes posicionamentos políticos aparecem nas memórias da chegada à região. Moradores ligados diretamente às políticas atuais têm na CRABI um exemplo a ser seguido, mesmo com seu encerramento; outros, afastados ou desligados das atividades administrativas, destacam as conquistas de antes para contrapor às atuais dificuldades. Mesmo quando destacamos moradores pouco envolvidos com a administração, a referência à CRABI ocorre quando falam de um momento passado em grupo. A representatividade em torno da CRABI não desaparece nas novas perspectivas político-administrativas do reassentamento, mas são reconfiguradas. Nas memórias se constrói um passado comum, marcado pela luta em torno da CRABI.

Ao narrarem sua trajetória e destacar a chegada e afirmação na região, muitos se referem a um passado recente e comum. Para explicar o lugar que ocupam hoje, julgam importante trazer o momento de transformação que vivenciaram. Por isso, nas memórias dos reassentados, esse passado é marcado pelas lutas contra a Copel. Eles, camponeses, passaram a lidar com a organização de movimentos sociais e nisso está a explicação para a vitória. O grupo é importante, mesmo quando suas lideranças foram e são questionadas.

Dialogando com a obra de Célia Toledo Lucena<sup>71</sup>, ao tratar da *arte de lembrar e reinventar* de migrantes mineiros estabelecidos em São Paulo, temos contato de exemplos de como as memórias de migrantes destacam a importância de construção de sua identidade associada a um grupo. Mesmo que Célia Lucena trate de migrantes mineiros já estabelecidos em São Paulo há três décadas e reporte suas reflexões a migrantes que, de diferentes maneiras e táticas, buscaram na migração alcançar suas expectativas. Nisso seu trabalho difere-se do nosso, pois os reassentados do São Francisco de Assis tiveram na saída de suas terras uma necessidade - a obra de Célia Toledo nos interessa devido à maneira como discute o grupo nas memórias dos migrantes. Esta obra nos leva a pensar caminhos para a interpretação das memórias de luta, sobretudo quando tratamos as diferentes formas como foi destacada nas

---

<sup>71</sup> LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

entrevistas a importância da CRABI na construção do coletivo e na hora de se assumir a proposta de *comunidade*.

Percebemos como, nas lembranças e reinvenções presentes nas memórias dos migrantes, diferentes temporalidades e subjetividades ganharam destaque. Também percebemos nas memórias individuais, o pertencimento a uma trajetória comum, as dificuldades, desafios e conquistas dos que migraram e, do mesmo modo, dos parentes e amigos que não migraram, mas de certa forma estão ligados a eles:

A rememoração do passado e o trabalho com imagens do lugar de origem são um ato estritamente vivo, pois o grupo possui laços afetivos, laços familiares com o mesmo ambiente material, não só devido às lembranças, mas também com o contato com familiares que ainda vivem lá.

Uma vez superado a angústia, o medo, a resistência e os ressentimentos do medo da mudança, o olhar para trás, o juntar traços vivenciados no passado reforça os sentimentos de pertencimento do grupo<sup>72</sup>.

Estes diferentes lugares estão presentes na construção de narrativas. As memórias trazem subsídios ao estudo histórico, diante da reflexão de temporalidades diversas, rupturas e permanências.

Assim, a organização em torno das associações ainda é vista como sendo fundamental. E é nesse lugar, negociável (que conta com um passado comum do grupo, um passado pouco homogeneizante trazido diante de diferentes situações em que o grupo importa para a narrativa construída e das reivindicações cotidianas) que se colocam os entrevistados quando destacam uma chegada marcada pela organização política, ou quando falam do encerramento da CRABI. Desse lugar se faz críticas a iniciativas políticas e elas demonstram menos a falta de politização dos moradores do que sua participação no processo de construção do reassentamento, desde as primeiras reuniões até as disputas atuais.

A busca pelo convívio em comunidade teve suas bases alteradas já com a constatação da construção da barragem. Naquele momento, o comunitário alterou-se e, diante de muita resistência e divergências de moradores da região, foi preciso a união em torno de uma causa comum, a da própria luta por terras. Daí o fato de não se negar a atuação da CRABI quando se falava do passado de luta.

A bibliografia em torno do histórico de luta dos reassentados já é significativa. Nela temos uma noção de como o movimento representado oficialmente e significativamente pela CRABI não está acabado em si, não foi um a priori, mas um processo. E podem ser buscados

---

<sup>72</sup> Idem, p. 83.

nos desafios de agora de maneira que aparecem caminhos dessa realidade nas memórias sobre a organização e chegada à localidade do São Francisco de Assis.

O passado rememorado serviu, nestes casos, para se explicar os lugares ocupados hoje pelos entrevistados. Estes lugares, de certa forma, estão envolvidos com o simbolismo da CRABI. Como nos afirmam os moradores, se a CRABI hoje não existe, ela “deixou sementes”<sup>73</sup> e foi e continua sendo fundamental nas memórias de luta dos moradores.

As instituições, o uso das cidades e a aceitação do pertencimento à comunidade rural<sup>74</sup> são categorias de referência, mas não determinantes para os viveres cotidianos. Se este universo de memórias não é uniforme, linear, e se nele encontramos diversas temporalidades, um estudo de história oral não poderia deixar de seguir uma proposta dialógica e que leve em conta as divergências e os trabalhos da memória. No São Francisco de Assis, o ato de negociar, não só a produção, mas a própria condição social, é intensificada nos momentos de mudanças e de novos desafios. Percebemos já nestas linhas que o território não fora conquistado com o recebimento de terras. A migração não acabou com a chegada naquele local.

Negociar com a Copel e negociar a própria construção do reassentamento estaria envolvido na construção de identidades que se encontram num espaço representado nas memórias por enfrentamentos e afirmações. Um espaço não exclusivamente geográfico, mas social e cultural. No próximo capítulo aprofundaremos esta construção identitária que ocorre junto com a mudança espacial proporcionada pela migração, construção esta reafirmada de acordo com lugares ocupados pelos entrevistados.

---

<sup>73</sup> Fala de um dos entrevistados, seu Genivaldo, dita em momento em que voltei para consultar alguns documentos do pequeno acervo pessoal do morador. Neste momento não estava gravando a conversa.

<sup>74</sup> De acordo com Giralda Seyferth, a comunidade rural, ou colônia, é de maneira geral entendida pela antropologia de acordo com seu tamanho, tipo de distribuição de terras, e pela sociologia pelas relações de trabalho, produção agrícola e grupos étnicos com passado comum, por exemplo, a relação de seus membros com um passado comum de colonização. Concretamente, de acordo com a autora, é necessário a um estudo sobre essa categoria ir-se além da visão do senso comum que descreve colono enquanto pequeno proprietário rural dedicado ao trabalho com a agricultura e refletir na pesquisa o fato do colono ser um pequeno proprietário rural ligado a valores específicos, entre os quais o trabalho com a agricultura e um passado comum de colonização. Ver: SEYFERTH, Giralda. As contradições sobre identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 7, n. 18, fev. 1992.

## CAPÍTULO II

### NÃO SOU ASSENTADO, SOU REASSENTADO. VOCÊ SABE A DIFERENÇA?

Um lugar desconhecido pode se tornar um território<sup>75</sup>, um espaço tempo vivido, formado por disputas materiais e simbólicas. Resolvida a questão de estabelecimento nas terras que hoje abrangem o Reassentamento São Francisco de Assis, os reassentados precisaram recriar neste lugar um território. À medida que a terra já era uma garantia, novas questões passaram a interessar. As preocupações antes envolvidas nas negociações com o governo - momento de busca pelo direito de ter terra e de receber casas e infra-estrutura no reassentamento - diminuem, enquanto os moradores passam a lidar com a construção da comunidade e com a busca pelas cidades<sup>76</sup>.

Apresentaremos neste capítulo os esforços na construção de territórios e, paralelamente, uma problemática sobre identidade. Para tanto, organizamos este capítulo em quatro discussões: 1ª - a afirmação identitária frente à presença do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) nas imediações do reassentamento e, com essa problemática, a diferenciação entre ser reassentado e ser assentado. 2ª - as disputas em torno da construção de um ideal comunitário, destacando-se as críticas ao suposto individualismo de alguns moradores e a afirmação de um *ethos* camponês, uma categoria idealizada, e importante para a construção daquele território. 3ª - o destaque, a partir do estudo do PPP do colégio local, aos conflitos presentes no reassentamento, os quais demonstram a dificuldade da construção comunitária e destacam o próprio movimento presente no processo de reassentamento. 4ª - finalmente, a cobrança das associações locais aos reassentados e compradores de terras no reassentamento para que se engajem nas associações, assim como as novas exigências que o processo de construção do reassentamento requer da administração local e dos próprios

---

<sup>75</sup> Acreditamos que esta reconstrução de territórios responda a uma busca material e simbólica. Como afirma Haesbaert, território, em qualquer acepção, está associado ao poder, um poder material, político, mas também simbólico, de apropriação. Ver: HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. de 2004. Disponível em: <<http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogério%20HAESBAERT.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008. p. 2. Em decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. Como exemplo, o autor apresenta o território-rede, onde há diferentes formas de se utilizar estes múltiplos territórios, de acordo com as relações de poder presentes nas suas disputa. Enquanto alguns não têm sequer o direito de constituir um território na sua primeira opção, a de abrigo, outros dispõem das efetivas opções alcançadas numa economia global.

<sup>76</sup> No terceiro capítulo trataremos, de maneira aprofundada, a importância das cidades para a construção do território do São Francisco de Assis.

moradores na condução de suas propriedades e na construção de uma certa identidade de reassentado.

Nestes casos, ser um trabalhador, um reassentado, um pequeno agricultor ou um membro e/ou ex-membro do movimento social em torno da CRABI são diferentes formas de representação de si, atualizadas ao longo da luta e processo de constituição de territórios presentes no São Francisco de Assis<sup>77</sup>.

## 2.1 A LUTA POR TERRA E POR AUTO-AFIRMAÇÃO

Luta-se por terra e também por auto-afirmação. A luta não se encerra com o recebimento das terras e infra-estrutura. Ser reassentado, e não assentado, é o que nos dizem aqueles com quem conversamos. E ao se identificarem já dialogam com as propostas da construção de uma comunidade. Diante dessa construção de identidades, podemos nos perguntar: até que ponto os discursos do comunitário, do coletivismo e da união em torno de um movimento social estão presentes nas memórias dos reassentados? Nas entrevistas, uma das maneiras marcantes dessa procura por um grupo está relacionada à busca da auto-afirmação.

A cerca de 500 metros do trevo de acesso ao reassentamento São Francisco de Assis encontra-se um acampamento. Não é difícil associar estes barracos à beira da rodovia 369 a algum movimento social ligado à luta pela terra. Trata-se de um acampamento do MLST<sup>78</sup>. A proximidade física entre o acampamento e o reassentamento interfere na construção do São Francisco de Assis. Muitos entrevistados destacaram o descontentamento diante da comparação que sofriam e sofrem com os “sem terra”. Mesmo que reconheçam a trajetória destes na luta pela reforma agrária, não querem ser confundidos com eles.

Ao retomar a pesquisa a respeito do reassentamento, supunha que as “confusões” entre reassentados e assentados, já destacadas a mim pelos entrevistados em 2004, ganhariam peso

---

<sup>77</sup> Sobre as representações acerca de uma identidade camponesa, ver: SEYFERTH, As contradições ...op. cit. Neste artigo a autora apresenta seus estudos sobre as diversas categorias de identificação relacionadas à reprodução do campesinato na região do Vale do Itajaí, Santa Catarina. Seu objetivo foi problematizar a categoria colono enquanto construção idealizada nas relações sociais étnicas entre pequenos proprietários rurais descendentes de imigrantes europeus e os brasileiros e/ou caboclos. No arrolar do trabalho, voltaremos a esta problematização.

<sup>78</sup> O acampamento do MLST ocupa, desde maio de 2005, terras da Fazenda Bom Sucesso. Ver: <http://www.jhoje.com.br/28112007/local.php>. Acesso em: 01 ago. 2008.

agora nas conversas nas cidades vizinhas, pois, em maio de 2005, o acampamento ali se instalou.

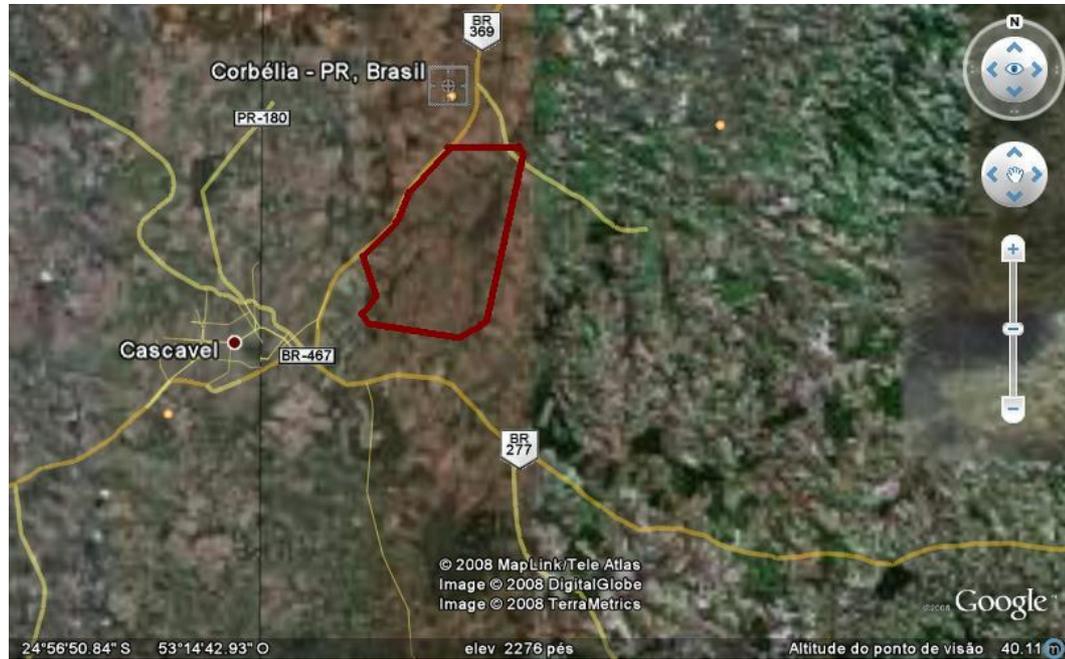
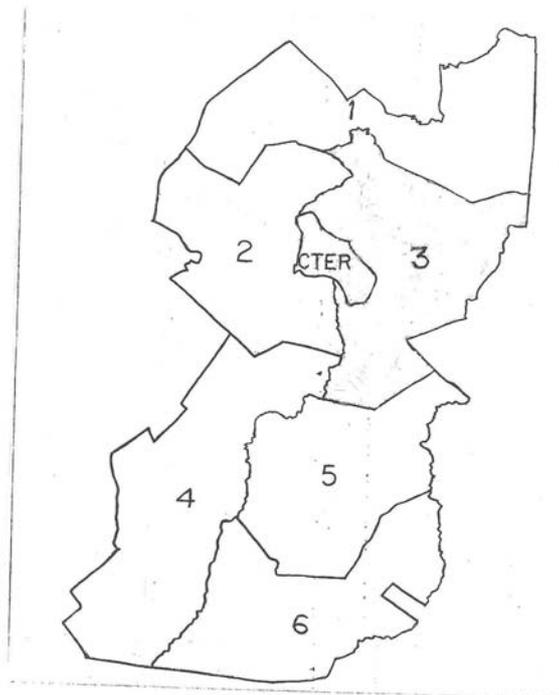


Figura 2: Representação da área da Fazenda Piquiri, atual Reassentamento São Francisco de Assis.

Nas primeiras entrevistas para esta dissertação, a diferenciação entre distintos movimentos sociais que reivindicam terra ganhou destaque: “*Não sou assentado, sou reassentado, você sabe a diferença?*”. Essa afirmação perpassa cerca de 90% das conversas que tivemos com moradores do reassentamento.

MAPA 2 LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS



LEGENDA

- 1 – COMUNIDADE LARANJAL – PINHEIRINHO
- 2 – COMUNIDADE VARGEM BONITA
- 3 – COMUNIDADE SÃO LUCAS
- 4 – COMUNIDADE ALTO ALEGRE
- 5 – COMUNIDADE BARRA BONITA
- 6 – COMUNIDADE FAZENDINHA E VORÁ
- CTER – CENTRO TURÍSTICO E ECOLÓGICO RURAL

Figura 3: Comunidades que compõem o Reassentamento São Francisco de Assis



Figura 4: Vista aérea da sede do reassentamento. Destaque, também, ao trevo de acesso e estrada que liga a sede à Rodovia 369.



Figura 5: Acampamento do MLST na Rodovia 369. Fotografia retratada por Jorge Pagliarini Junior em frente ao trevo de acesso ao Reassentamento São Francisco de Assis, ao lado da placa que identifica a localidade (Colônia São Francisco de Assis). À frente, a cerca de 500 metros, está o acampamento do MLST.

A respeito dessas identificações, de ser confundido com assentado, nos chamou a atenção fala de seu Pedro:

Lá em Cascavel, os grande conversando, e mexia no nosso nome, e diziam, eles não diziam os assentados, eles diziam *os assentado, sem terra*. Foi muitas vezes de eu virar as costas e deixar, porque se fosse, vamos supor chegar neles e dizer, ‘não, sem terra é um e nos é outro’, era capaz de eles não concordar comigo e, dizer ‘sem terra metido e tal’. Então desviar, mas isso eu oh, vi muitas vezes<sup>79</sup>.

O entrevistado demonstra que em várias ocasiões optaram por evitar o confronto e que esse período foi marcado pelo desejo de não ser tratado como assentado. Construir aquele território também significava apresentar-se enquanto um reassentado, uma categoria não conhecida antes dos embates que levaram à nova terra. O diretor do colégio local, seu Dejair Márcio Oliveira, procurou na sua entrevista definir o porquê do nome Reassentamento São Francisco de Assis:

---

<sup>79</sup> ROCHA, op. cit.

[...] Reassentado porque eles já tinham terra lá e não poderiam ser assentado, e São Francisco porque eles já eram da beira do rio, um local que tinha uma vida simples, com os animais, uma questão até de admiração, pela vidas que eles levavam, tanto é que aqui tem a mata, tem animais, tem plantas...<sup>80</sup>

De acordo com a entrevista, vida simples *da beira do rio* explicaria o nome do reassentamento, representando a imagem de São Francisco de Assis<sup>81</sup>. Essa simplicidade é destacada, na fala de seu Dejair, como forma de diferenciar os modos de produção aplicados antes (os *da beira de um rio*) e as de hoje. As atuais estão integradas a políticas do agronegócio e da agricultura familiar que, de maneira individual ou pela participação das associações locais, contam com tecnologia e apoio técnico. Hoje, até têm animais, a mata, mas, a simplicidade não pode mais ser confundida com falta de produtividade.

A produção nos reassentamentos localizados em Cascavel exigiria de muitos produtores maiores aprimoramentos, oferecidos pelos técnicos agrícolas. As propriedades, diferente da realidade da maioria das terras submersas, são totalmente mecanizadas, com uma maior produtividade do solo, principalmente em relação ao cultivo da soja, cultura forte na região Oeste paranaense. Os reassentados já produziam nas terras anteriores, mas não com a mesma produtividade, pois as terras (pedregulho, etc.) não lhes possibilitavam. Antes, se vivia de maneira *simples*, e hoje, após todo o processo de reassentamento, a simplicidade deve existir, mas diante de novas perspectivas de produção.

Todavia, aqui nos interessa a explicação da própria designação reassentamento, “*porque eles já tinham terra e não poderiam ser assentados*”. Mesmo não sendo um reassentado, seu Dejair acompanhou e participou de boa parte do processo de constituição dali, pois chegou ao reassentamento já no segundo ano de sua constituição para ocupar o lugar de professor e, em seguida, de diretor do colégio, pois detém uma posição de autoridade no local, já que o colégio tem uma função importante dentro do reassentamento. O pronome que utilizou, *eles*, não o faz se sentir desautorizado a cobrar dos moradores a importância do coletivismo, da permanência nas propriedades e não saída para as cidades, ou da participação nas reuniões das associações e do colégio. Para ele, são atitudes necessárias a este momento vivido, pois, diante das novas oportunidades e exigências na produção agrícola, a *simplicidade* representaria o próprio coletivismo e necessita ser preservada.

---

<sup>80</sup> OLIVEIRA, Djair Márcio. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 27 jul. 2007.

<sup>81</sup> São Francisco era o padroeiro de uma das comunidades atingidas pelas águas do Rio Iguaçu após a construção do reservatório de Salto Caxias.

Seu Dejair, exatamente por ser o diretor do colégio, se apresenta enquanto uma das pessoas responsáveis pela continuidade da organização local. Para ele, ser reassentado também remete à diferença com os assentados: *já tinham terra lá e não poderiam ser assentado*. Com esta fala ele se apropria das reclamações e argumentações dos moradores reassentados.

Uma das razões de se acentuar a identidade de reassentado e, assim, diferenciar-se dos assentados, é o objetivo da construção comunitária. Ao construir sua narrativa, Dejair estava pautado na sua influência enquanto professor e na obrigação que tem para si de contribuir para a construção de um ideal comunitário no reassentamento.

## 2.2 O IDEAL COMUNITÁRIO

Quando os moradores falavam da constituição do reassentamento, inúmeras vezes recorreram ao termo comunidade, utilizado, por exemplo, para se contrapor àqueles que se portavam de maneira individualista. Todavia, o termo comunidade está imbuído de certa harmonia e seu uso neste trabalho carece de problematização.

Pertencer a uma comunidade, no mundo atual, de acordo com Bauman, significa estar diante de um dilema: a busca por segurança em meio à individualização típica das sociedades capitalistas<sup>82</sup>. Em suma, Bauman destaca como, cada vez mais, o uso desta palavra está sendo alvo de discursos e problematizações<sup>83</sup>. Nesta perspectiva entendemos a construção de um ideal comunitário dentro do Reassentamento São Francisco de Assis.

Entre as preocupações do capítulo anterior, destacamos o fato de alguns entrevistados atribuírem às dificuldades da construção comunitária à venda de terras, que decorriam da falta

---

<sup>82</sup> Ver BAUMAN, op. cit.

<sup>83</sup> O dilema de se viver em sociedade está marcado, neste estudo genealógico do autor, pelo poder de secessão dos “bem sucedidos”, elite que sobreviveu à recessão do capital e que hoje vive fechada em redomas capitalistas. Protegidos do convívio em comunidades por seus condomínios e pelas possibilidades cotidianas do mundo capitalista, construído em viagens a negócios e atividades cotidianas realizadas virtualmente, pela internet, de maneira que não necessite de maior envolvimento comunitário. As contradições do convívio em comunidade ainda foram bem destacadas pelo autor nas discussões sobre diferenças entre comunidades fortes e fracas, com a observação das relações de força e desigualdades entre os sujeitos, discursos e políticas que envolvem estas relações sociais. Neste sentido, um exemplo apresentado por Bauman destaca maneiras como, em muitas relações desiguais do capitalismo, os discursos sobre o multiculturalismo acabam sendo apontados enquanto uma espécie de justificativa das elites para as desigualdades sociais e históricas. Perspectiva na qual a diferença cultural deixa de ser o ponto de partida para o estudo do social e acaba corroborando à naturalização das diferenças. Outra discussão importante desta obra é a problematização da diferença entre as comunidades no seu sentido clássico, compostas por certa fraternidade, e as comunidades “cabide”, marcadas pela estética ao invés da ética.

de experiência de alguns reassentados em administrar uma propriedade agrícola. Contudo, perceberemos que outras explicações somam-se a esta explicação nas narrativas dos moradores quando eles destacam as dificuldades da construção coletiva no reassentamento.

Além da ênfase em se ter sido no passado um proprietário ou um empregado, destacam ainda a importância de ter ou não raízes na terra e também a crítica ao individualismo, que dificultaria a construção da comunidade. Ou seja, mesmos os inexperientes, quando engajados nas políticas internas, lograriam êxito na administração.

Temos nestes dois direcionamentos (ser proprietário ou empregado; dedicar-se ao coletivo ou ser individualista) uma das bases para estudarmos as entrevistas<sup>84</sup>. Sobre a situação anterior dos moradores, cabe destacar que cerca de 62% dos reassentados eram proprietários das terras nas quais tiravam seu sustento; 38% da população restante estavam divididos entre meeiros, arrendatários e agregados. Foi este conjunto de moradores, com diferentes trajetórias, que formou inicialmente o Reassentamento São Francisco de Assis<sup>85</sup>.

As preocupações em formar uma comunidade e trabalhar políticas coletivas foram ressaltadas em uma reunião do Conselho da CRABI, formado por moradores atingidos pelo processo de construção da barragem de Salto Caxias, em 30 de janeiro de 1998. Esta ata, cedida por um de nossos entrevistados, seu Pedro, demonstra as preocupações das lideranças da CRABI num momento em que as famílias já se encontravam no reassentamento e as obras estavam próximas de serem concretizadas. No resumo da ata temos “A reunião do Conselho iniciou com Margarete Maran Nunes dando as boas vindas a todos e todas e a seguir Clarice leu o texto bíblico em Daniel: 3, 51-90. Após uma reflexão foi lido um texto sobre ‘O que é um Grupo’ [...]”<sup>86</sup>.

A celebração de abertura com uma reflexão sobre *o que é um grupo*, antecipada pela leitura de um cântico de louvor, foi a maneira escolhida para introduzir a apresentação de relatórios sobre a situação dos grupos que compunham os reassentamentos de Salto Caxias. Assim, a reunião ocorrida em janeiro de 1998 teve o intuito de apresentar um relatório e, com ele, demonstrar as preocupações de lideranças da CRABI em torno da continuidade da união dos reassentados em torno desta própria entidade. Os encaminhamentos desta reunião indicam mais elementos a respeito desse momento de organização. Foi discutido sobre educação,

---

<sup>84</sup> No *Termo de Compromisso* que orienta as composições dos reassentamentos, fora exigido e garantido terra a todos os moradores, incluindo os que não possuíam posse legal da terra. A preferência foi de se manter as comunidades de origem agregadas às novas comunidades que formaram os reassentamentos. Esta foi a política seguida no Reassentamento São Francisco de Assis.

<sup>85</sup> De acordo com relatório da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Op. Cit.

<sup>86</sup> De acordo com relatório da reunião do Conselho da CRABI, de 30 de janeiro de 1998, p. 01. Acervo pessoal do morador do reassentamento seu Pedro Rocha.

infra-estrutura, saúde e, também, sobre cooperativas de crédito e técnicos responsáveis pelo apoio aos moradores na produção. Também estas cooperativas, COOPER e COOPERIGUAÇU, dependiam do aval dos moradores representados pela CRABI.

Mas, os esforços da reunião centraram-se na cobrança da organização das comunidades em torno da CRABI. É o que percebemos lendo os seguintes fragmentos extraídos da ata em questão:

Boa Esperança: Falta a lideranças da CRABI aparecer com mais freqüência. Procura-se resolver os problemas que surgem nas reuniões. Não está havendo problemas de fofocas e brigas complicadas, que não possam ser resolvidos. COOPER - aceitam, mas cobram acompanhamento<sup>87</sup>.

A COOPER representava o apoio técnico financiado pela Copel e coordenado pelo aval da CRABI aos moradores reassentados nos dois primeiros anos de estabelecimento das famílias. No panorama apresentado resumidamente no fragmento, percebemos que os moradores aceitam seguir as orientações técnicas, mas, exigem maior acompanhamento.

Então, a maneira de produzir responde neste momento as nossas questões sobre a construção comunitária. Como e o que produzir; o aumento da produtividade e a aplicação da mão-de-obra familiar; a busca pelo apoio técnico coletivo e a comparação com o que se produzia antes e agora, no reassentamento, são as questões que norteiam essa discussão.

As atividades agropecuárias no reassentamento concentram-se, principalmente, no cultivo da soja, milho e na produção leiteira. Alguns produtores cultivam feijão, mas, se comparado com o cultivo nas propriedades de onde saíram, o cultivo desta cultura diminuiu significativamente.

Agora, produzem em propriedades totalmente mecanizadas, voltadas na maioria para o cultivo da soja, principal cultura do reassentamento. Da mesma forma, aumentou a necessidade de contar com instituições financeiras para o financiamento de maquinários e insumos. Podemos refletir sobre essa diferença a partir do que nos falou seu Adilson:

De uma ou outra maneira, a falta de experiência diante de novas formas de produzir causou dificuldade [...].  
Não, não é que se iludiu, se empolgou [*sobre a dificuldade de muitos reassentados no primeiro ano de produção no reassentamento*]. Geralmente nós viemos de um local, de uma cultura pra hoje na região Oeste pra outro estilo completamente diferente, outro tipo de trabalho, outro tipo de cultura, então lá nos cultivávamos muito em Três Barras, muito feijão. Lá era forte, até tinha o nome conhecido na região como capital do feijão, então lá se

---

<sup>87</sup> Idem, p. 2. A COOPER era a cooperativa contratada pela Copel, com aval da CRABI, para dar apoio técnico aos reassentados nos primeiros anos de produção.

plantava muito feijão, e nosso estilo era manual, não era com máquina e tal. Chegamos em Cascavel e já mudou completamente o estilo. *Opa! O pessoal planta só soja e milho, soja e milho.* Então, o pessoal caiu nessa, só que como aqui tinha muita área de pastagem...<sup>88</sup>

Seu Adilson destacou a diferença da produção na sua terra natal e no reassentamento ele não usa esta diferença para justificar as dificuldades. Pelo contrário, demonstra diante delas, a importância do empreendedorismo. O passado é reconstruído pelo entrevistado na medida que ressalta as possíveis faltas e erros das administrações locais. Seu olhar está permeado por uma formação profissional e pelo seu posicionamento político em relação ao futuro do reassentamento.

Já na fala de Vilmar, filho de lideranças, envolvido nas mobilizações de construção do reassentamento, atualmente ligado a atividades administrativas do lugar, temos outras explicações sobre como essa mudança foi incorporada pelos moradores:

Feijão e milho. Daí lavrava com boi, e... Plantava, plantava na enxada sabe tudo braçal, ali. Daí desse alqueire e meio, a Copel veio, indenizou ali e deu 14 alqueire e meio aqui. Casa, barracão, aí já mudou.  
[...] A gente vivia assim né, do que plantava, e um leitinho que vendia...<sup>89</sup>

Para Vilmar, a diferença é representada positivamente, pois ele e sua família não vivem mais apenas daquilo que plantavam e de um “leitinho que vendiam”, uma alusão à agricultura de subsistência, modo de produção que não pratica mais.

Ao falar de sua trajetória, em diversas partes da entrevista ele destaca o momento de hoje como positivo. *Olha, eu não sei se você vai achar um que ache pior!*<sup>90</sup> Não apenas a melhora na produção é destacada, mas também o melhor acesso às opções de lazer. O acesso às cidades foi uma conquista importante para Vilmar, assim como são importantes os *bailões*, que ocorrem frequentemente no reassentamento.

Todavia, mesmo com as ditas melhoras, muitos agricultores, aproximadamente 20% das famílias, segundo os entrevistados, deixaram o reassentamento. Na entrevista com seu Pedro, perguntei: *É a minoria que saiu ou não?* Sua resposta: *Aqui pra nós, eu acho que deu*

---

<sup>88</sup> MORAIS, Adilson de. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 08 mar. 2008.

<sup>89</sup> ALVES, Vilmar. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 01 mar. 2008.

<sup>90</sup> Idem, ibidem.

*mais de 20%* <sup>91</sup>. A especulação é de fato presente no reassentamento. As opiniões a respeito de vendas de terras divergem.

Muitos moradores criticam a venda, pois afirmam que a posse das terras remete a uma conquista da coletividade e a venda poderia ameaçar a continuidade da produção familiar, em razão da ameaça que os latifúndios assumem na configuração das propriedades na região. Outros entrevistados destacam que todos teriam o direito de escolha, entre permanecer ou não na nova terra, afinal, nem todos estariam felizes ali.

A diferença entre os viveres de “lá” e de “cá” implicam mais discussões sobre a construção de um ideal comunitário. Muitas vezes a explicação dada pelos entrevistados para a venda de terras está associada às dificuldades de adaptação e/ou produção, fatores que geraram um endividamento com bancos, em consequência a venda de terras se apresentava como a única saída para se sanar a dívida.

As diferentes apropriações da terra estão envolvidas num processo pouco linear e homogêneo. A política, os interesses divergentes em relação à administração local (seja em relação a influência da CRABI nos primeiros anos do reassentamento, seja atualmente nas decisões das Associações de moradores), e a rentabilidade dos negócios presenciada em diferentes níveis, implicam nas decisões dos moradores <sup>92</sup>.

Muitos entrevistados buscaram na diferença entre os que possuíam e os que não possuíam propriedades anteriormente ao reassentamento, a explicação para as dificuldades na administração de algumas propriedades e, principalmente, para a venda de terras, a princípio proibidas pela Copel e pelas associações de moradores reassentados. Segundo essa lógica, faltaria aos que antes não possuíam propriedades experiência e conhecimento para administrá-las.

Essa idéia é compartilhada por seu Genivaldo. Eu tava comentando, ainda, um pouco das pessoas que não foram tão bem, são aquelas pessoas que não sabem que um mais um é dois, vamos dizer assim <sup>93</sup>. Ele também lembrou a falta de engajamento de muitos à proposta do coletivismo na produção. Ele, um ex-presidente da associação de moradores local, compartilha a idéia de que o camponês possui uma moral que o fixa ao campo. Este é um posicionamento próximo ao de Adilson.

---

<sup>91</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>92</sup> Os entrevistados que contribuíram com nossa pesquisa se disseram, e já destacamos alguns exemplos disso, empreendedores. E para apresentarem sua realidade econômica e social tomaram como exemplo aqueles que diziam não possuírem as mesmas competências que tiveram. Sejam os que vendem as propriedades após se endividarem, sejam os que acabam arrendando suas propriedades.

<sup>93</sup> REIS, 25 jul. 2007, op. cit.

Todavia, enquanto para Adilson a crítica esteve na fala de um melhor acompanhamento técnico, para Genivaldo, a dificuldade deveu-se aos próprios *despreparados* para se adaptarem às novas possibilidades de produção, gente que: “*analfabeto, vamos dizer assim, não sabiam cuidar de um chiqueiro*”<sup>94</sup>. Comum a esses dois posicionamentos, de Adilson e Genivaldo, está a idéia de que quem soube produzir, foi “empreendedor”<sup>95</sup>, contribuiu com o coletivismo.

Acompanhamos até aqui como o passado é enfatizado sob diferentes perspectivas. Hobsbawm<sup>96</sup> procurou esboçar as relações entre passado, presente e futuro nas escritas históricas. Devemos, de acordo com ele, atentar para quais aspectos do passado comum são invocados quando se pretende uma restauração - por exemplo, ao se enfatizar o pertencimento a uma comunidade, pertencer a um campesinato, ou quando se pretende implantar mudanças radicais nas sociedades. Nas palavras de Hobsbawm:

[...] O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações<sup>97</sup>.

Ressaltamos que estas diferenças, inclusive em relação à experiência que se tinha na lida com a terra, já existiam anteriormente. Todavia, não nos foram apresentadas com maior ênfase no trabalho anterior (de 2003). Até se falava das diferenças, mas naquele momento era presente nas falas dos moradores o discurso da união do grupo. Naquela ocasião, a união seria suficiente para que todos no reassentamento superassem as diferenças e dificuldades.

Agora, diante destes novos posicionamentos dos moradores, ao destacarem a falta de preparo de outros, podemos nos interrogar: o novo território construído tem o sinônimo de comunidade? Nas entrevistas realizadas há quatro anos, as memórias dos moradores indicavam para um forte sentimento de coesão grupal. Falava-se da comunidade para refletir sobre o novo território, destacando-se sua origem, suas “raízes” no campo. Foi o que nos falou seu Genivaldo, quando em 2003 comparou sua melhora material no reassentamento com as perdas sociais e culturais:

---

<sup>94</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

<sup>95</sup> Tomamos certo cuidado com a utilização deste termo, pois acreditamos que para muitos reassentados o próprio empreendedorismo seria sinônimo de individualismo, e desta maneira, diferente da visão de Genivaldo, prejudicaria a construção coletiva ou comunitária.

<sup>96</sup> HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado... op. cit.

<sup>97</sup> Idem, p. 22.

É claro, aqui, praticamente, são pessoas que moravam há tempo e a gente chegou aí na época de 70, 76, mas com certeza, você se apegava ao lugar de onde você mora. Você é hoje, digamos de uma região, você cria amigos, tem os seus parentes, é... O próprio lugar, onde você viveu, onde você cresceu, você acaba se apegando àquilo, né. Então, por isso, como ele citou ali [*refere-se a outro entrevistado presente na entrevista*], muita gente não fica no lugar, muita gente às vezes não se adaptou aqui, na nossa região. Apesar de a gente viver aqui 100% melhor. Entendeu, a terra não é uma questão de topografia, mas é uma questão cultural. Então as pessoas criam raízes. Se apegam. Não digo que se apegam a bens materiais, mas é o lugar, é uma querência na região dele. Então, ele acaba se pegando a isto, apesar daqui ser bem melhor do que lá, né, mas muito não aceitou. É... As pessoas não... Talvez não se acostumaram, tanto é que, como falei na outra entrevista, já retornaram de onde vieram.<sup>98</sup>

O entrevistado demonstrou que a ligação com o local de origem era marcante. A nostalgia e a saudade foram expressas na palavra *querência*, a qual é própria de sua origem gaúcha e expressa o apego ao local das raízes. Notemos que, naquele momento do processo de constituição do reassentamento, a terra natal era constantemente enfatizada (característica marcante em outras entrevistas não citadas neste trabalho).

Mesmo enfatizando a melhora nas condições de vida após a mudança para o reassentamento, seu Genivaldo alertava em 2003 para os motivos que influenciavam o retorno de alguns moradores. E, nesta narrativa, não deixa de destacar que lá, nas terras submersas, estavam “as raízes”, pois a terra não significa apenas “topografia”, mas cultura é uma querência, ou seja, o lugar onde se tem uma rede de sociabilidade, de relações de vizinhanças constituídas. Agora, entretanto, a explicação é outra: a falta de tino administrativo - *não sabem que um mais um é dois* - e falta de engajamento à proposta coletiva do reassentamento. Isto mostra claramente as relações entre a construção de memórias e seus laços com o passado.

Quando Osiris, morador do reassentamento, funcionário do posto de saúde local e filho de moradores envolvidos diretamente nas disputas com a Copel, fala sobre a construção do reassentamento, questão alcançada nesta conversa exatamente quando lhe foi perguntado sobre o fato de alguns moradores dali terem vendido suas terras, sua resposta inicialmente surpreendeu. *Dá pra falar assim, esse pessoal que vendeu as terras são as ovelhas negras, pode dizer assim*<sup>99</sup>. A referência as *ovelhas negras* indica uma resposta diferente daquela que talvez pudesse se esperar.

<sup>98</sup> REIS apud PAGLIARINI JUNIOR, **Reassentamento São Francisco de Assis**, op. cit., p. 21.

<sup>99</sup> TAVARES, Osiris. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 19 jul. 2007.

De acordo com sua narrativa, deixar o reassentamento e vender a terra é sinônimo de traição e de não comprometimento com o grupo. Possivelmente, este julgamento remete-se a toda trajetória pela qual o grupo passou. Mesmo porque, quando Osíris destaca o momento em que eles estão vivendo, remete-se às vitórias.

Possivelmente, estas vitórias seriam alcançadas com maior facilidade caso não existisse as *ovelhas negras*. Se este processo foi vivido em diferentes intensidades, da mesma forma o engajamento ao movimento ocorreu de diversas maneiras. Mesmo assim, a luta marcou a trajetória dos reassentados e, sendo Osíris filho de lideranças e morador envolvido com a luta, não continuar no movimento ou não participar da construção comunitária significa traição.

Por ele também ocupar cargo na administração atual, esperava também ouvir de Osíris um discurso político pautado nas reivindicações atuais ou que julgasse se aquilo que alcançou no reassentamento compensaria as perdas. Mas ele me respondeu:

Olha, a diferença de lá é que você podia tá na tua terra. Mas acho que tá mais fácil. A questão, que nem eu, eu tinha 20 anos e tinha ido a três bailes na vida... Hoje tá melhor. Pra vender a produção tinha que pegar um barco, posar fora pra chegar no outro dia e ter que voltar. Trabalhar, não tinha opção, eu trabalhei, no milho cinco, seis anos. Valeu a pena [*mudar para o reassentamento*] <sup>100</sup>.

Ele criticou os que voltaram para a terra natal, um lugar que para Osíris é sinônimo de carências. Ao invés de falar de perdas (como muitos fizeram nas entrevistas da monografia de 2003), ele fala do novo território como o lugar que supriu as carências e diminuiu as dificuldades, pois vê uma melhora em sua vida. A nostalgia é substituída pelas críticas aos que abandonam a terra conquistada.

Esperávamos, devido ainda ao envolvimento com a pesquisa monográfica, ouvir dos entrevistados algo que retomasse a saudade da terra natal, do rio e da própria vida que se levava antes para justificar a atitude dos que retornaram. Mas, ao invés de se deter a um “saudosismo”, Osíris fundamentou sua resposta sobre os que deixaram o reassentamento enfatizando a importância da construção coletiva do local. Evidentemente, *as ovelhas negras* não cumpriram com esse papel.

As reticências que marcam o trecho citado acima simplificam sua fala; e esse trecho é revelador. Foi um dos momentos em que o silêncio se demonstrou mais significativo em nossa pesquisa. Não ir a um baile demonstrava aquilo que não se tinha antes e, nesta lógica, o

---

<sup>100</sup> Idem, ibidem

que se tem hoje. Portanto, a referência ao lugar de origem não é apenas mediado por um discurso político – que enfatize as perdas ou a falta de uma consciência política daquela época – mas, por uma narrativa em que destaca as faltas e dificuldades, inclusive na área das sociabilidades.

A “comunidade” é mais do que mobilização política, é reconstrução de modos de vida, remete à construção a partir do que não se tinha. Era necessário construí-la, inclusive no que se refere ao lazer. Talvez possamos entender assim sua crítica às *ovelhas negras*.

O silêncio de Osiris demonstrou como ele se colocava subjetivamente a partir das dificuldades de antes para julgar os que não colaboraram e se foram. Sendo funcionário do posto de saúde e próximo às primeiras lideranças, ele possivelmente sabia que em um trabalho de história precisávamos descrever porque muitos não ficaram.

Então, procurou destacar o processo de luta e construir um argumento que pudesse justificar as saídas e ausências. Sua narrativa não mostrou nem a um saudosismo, nem tão pouco a um discurso “ensaiado”. Daí nos incomodar o fato dele, ao invés de destacar a carência de serviços do Estado, por exemplo, saúde e educação, ou de destacar aquilo que ficou para trás, fazer menção aos bailes os quais pode, finalmente, freqüentar no reassentamento.

Representávamos a universidade e nos dizíamos interessados no conhecimento do dia-a-dia do reassentamento. Talvez por isso as respostas às dificuldades e conquistas questionem o individualismo, afinal, Osiris se dizia um dos responsáveis pela construção do reassentamento.

Maura Penna<sup>101</sup> destacou em seu estudo sobre identidades e migrações a importância de olhar para o lugar ocupado pelo entrevistado. Tal perspectiva contribuiu à nossa discussão de identidades, afinal, como também destaca a autora, as identidades não estão deslocadas das representações do cotidiano.

Osiris evidencia seu contentamento com a vivência no reassentamento ao comparar este momento com a vida que levava antes de ser reassentado. A ideologia, os sonhos, a materialidade encontrada nesses lugares reforçam seu posicionamento. As práticas sociais vividas lá e aqui são trazidas também de acordo com o lugar social que ocupa hoje: faz uma comparação destacando as mudanças pelas quais passou e deixa clara sua satisfação com a vida que leva atualmente, com seu emprego, com sua propriedade.

---

<sup>101</sup> Ver: PENNA, op. cit., p. 88-112. O foco do artigo está na problematização da idéia da perda da identidade e desenraizamento em processos de migração. Seu estudo pauta-se na reflexão de um acervo de relatos de pessoas que migram do Norte de Minas Gerais, de Alagoas e Bahia para o Estado de São Paulo.

A materialidade alcançada<sup>102</sup>, ou melhor, construída coletivamente, de acordo com Osiris, é tomada como elemento importante para fazer uma análise de sua trajetória familiar:

Só subiram a sede, subiram a casa né [em relação aos grandes e médios proprietários, possuidores de uma área superior a cinco<sup>103</sup> alqueires e que ficaram na região atingida]. Mas nós estamos bem, todos empregados, temos nossa terra. Quem ficou, tá lá brigando entre a família pra dividir a terra de herança. Só tinha chances lá os latifundiários. E tinha muita ganância. Nós, toda a família tá junta, temos a terra, pouca, mas vivemos bem dela. Eu tenho, os irmãos tem a sua. Hoje posso dizer que tô melhor do que as grandes famílias que viviam e ficaram lá. Eu tô bem empregado aqui.<sup>104</sup>

Ao descrever sua comunidade, ele compara o que tinha antes e o que tem agora, se diferencia de uma *ovelha negra* e se coloca entre os que sonharam, disputaram e construíram uma comunidade. Então, se o momento era de união, o fato de alguns venderem a propriedade e partirem significa, para Osiris, ser individualista.

Como afirmou Penna, é necessário que os trabalhos sobre migração deixem de lado uma visão essencialista. As raízes, ou melhor, sua apresentação, falaram muito a respeito das trajetórias e ainda falam. Mas, entendemos que seria, no mínimo, complicado buscarmos classificações gerais para explicar a situação dos reassentados ou a interpretação de suas falas.

Ter raízes, ser reassentado, ser colono. lidamos com classificações e construções identitárias e de territórios. No entanto, estas classificações, como vínhamos apresentando, não são imutáveis, acabadas, mas sim históricas e trazidas de diferentes maneiras e intensidades no arrolar deste processo que estamos historicizando a partir de memórias.

Para sonhar um lugar e construí-lo era necessária uma comparação. União significaria vencer a luta e a vitória daria aos que se uniram a possibilidade de construir um território, em parte próximo daquilo que se tinha antes. Interessam reconstruir os aspectos materiais e sociais positivos, como casas, capelas, campo de futebol, comunidades e redes de sociabilidade e vizinhança. Não seria um lugar onde famílias brigam por ganância ou cedem à especulação financeira ao venderem suas terras. E tão importante quanto tudo isto é o fato de ali existirem salões de festa.

Percebemos nas entrevistas a afirmação de um *ethos* camponês e esta ligação com a terra também descreve uma maneira de se apresentar e se colocar em meio às disputas presentes na construção de novo território.

---

<sup>102</sup> Essa problemática será mais discutida no capítulo seguinte.

<sup>103</sup> Foram indenizados com terras propriedades de até cinco alqueires.

<sup>104</sup> TAVARES, op. cit.

As narrativas envolvem silenciamentos e demonstram conquistas pessoais. Se no passado foi necessário para alguns demonstrar o merecimento das terras da indenização, hoje procuram afirmar que ficar na terra trouxe recompensas. As vendas de terras indicam que os que acreditaram na construção comunitária foram os que ficaram, os “vencedores”.

Seu Genivaldo, durante a entrevista, apresentou sua propriedade e trouxe assim possibilidades para melhores interpretações. Ao apresentar sua propriedade, mostrou também sua situação financeira atual, estável. Foi desta maneira que fomos recebidos por ele, quando fez questão de nos mostrar as novas instalações leiteiras que construiu. Estas também formavam uma paisagem que indicava, naquele momento, a fartura, a vitória material. Sonhos conquistados compunham a fisionomia desse lugar que adentrávamos.

O discurso de seu Genivaldo e o fato de nos apresentar as instalações de sua propriedade, além de indicar uma atitude típica do pequeno proprietário que demonstra ter vencido, também podem ser explicados pelo fato de que, dias antes à essa visita, quando combinamos a data para sua realização, lembrara-se da entrevista que produzimos em 2003.

Assim, neste tempo, cerca de uma semana, percebeu e decidiu demonstrar na futura entrevista as transformações sofridas, entre elas, a melhora material da propriedade. Genivaldo já não era mais o líder da associação de moradores, como o fora no momento de nossa conversa, em 2003. Ao demonstrar sua conquista material, afirmava ter vencido também enquanto um líder comunitário.

Ao “sair” da política, o entrevistado deixou o exemplo de que suas propostas lhe trouxeram melhoras. Mas, outros apontamentos nos provocam ainda nesta questão. O progresso que já foi atribuído anteriormente à união, quando seu Genivaldo era líder da associação comunitária, hoje ganha mais respostas.

Seu Genivaldo relacionou a desunião ao empreendedor, que faltaria para alguns. Podemos comparar os dois momentos de nossas conversas para, a seguir, voltarmos a problematizar o termo comunidade. Em 2003, assim se posicionou o entrevistado:

Tinha lá 4,5% do total que era aqui, arrendatário, mas tinha casa pra morar, trabalhava pro patrão, tinha a terra pra tirar o sustento garantido né, então é o reassentamento né, porque lá nós já tínhamos propriedade. Então nós era, por isso reassentamento. Por que aqui, quem é reassentado é assentado, ele quer ser reassentado, não tem pedaço, mora no barraco, aqui, ali né, e nós já tinha propriedade. Talvez simples né, mas nós tínhamos uma propriedade, tinha uma casinha, tirava o sustento da terra. Por isso então o termo reassentamento... Porque nós somos novamente assentados... É reassentado [...] O pessoal confunde bastante! Tem muita gente que chega e diz: Aqui que é o sem terra? Aqui não é sem terra, aqui é reassentamento. Tem gente que fala: aqui o assentamento? Mas não é, um pouca ignorância do povo, um

pouco é a gente não admitir que nós não somos os sem terra, somos os reassentados.<sup>105</sup>

Ou seja, em 2003 ele estava preocupado em delimitar as fronteiras do grupo, em mostrar que era um grupo de reassentados e não de sem terras. Apesar da existência de alguns arrendatários, que ele mesmo cita, ele se esforçava para afirmar a existência de um grupo, o dos reassentados. Contudo, o grupo agora ganha outras interpretações:

Agora né, Junior, né Junior, que nem você disse [*ainda não havíamos tratado desse assunto, sendo essa frase uma introdução de Seu Genivaldo*], na verdade foram três etapas, o começo, o ajuntamento, no começo, a dificuldade, a junção né, né foi onde o povo se uniu, tá aí o documento já todo amarelado, tá aí [*mostra o documento, lista do nome dos participantes*] nessa época tava todo mundo unido, [...] de dez pessoas, quem não se empolgava né. Aí veio a segunda fase, as pessoas, como foi a questão de adaptação né, as pessoas tavam agrupadas, tavam juntas, mas já existia aquele, aquela intenção de: *não, eu vou na luta até que...* E o momento que tá vivendo hoje, hoje praticamente a gente tá no individualismo [...] Aí muitos vieram pra cima das lideranças [...].<sup>106</sup>

Em 2007 o grupo ainda existia, afinal, Genivaldo falava como um membro do reassentamento, mas o individualismo é ressaltado. Como estamos acompanhando também nas outras falas de Genivaldo, notamos que este individualismo pode ser interpretado como falta de “empreendedorismo” e, neste pensamento, mesmo aqueles que não acreditaram e pouco contribuíram com o coletivo, caso fossem empreendedores, alçariam a melhora material. Assim sendo, a crítica ao individualismo não significa uma crítica idêntica à de Osiris, mas uma observação à diferença entre os reassentados empreendedores ou não empreenderes. Em suma, para Genivaldo, ter raízes não se trata apenas de ser ou não agricultor, mas de ser um agricultor “empreendedor”.

A proposta de uma união já está distante e para o depoente isso deve-se ao fato de alguns moradores não possuírem uma visão “empreendedora”. A luta permanecera até o momento em que as coisas começaram a estabilizar. Vimos que, atualmente, seu Genivaldo não está ligado à administração da associação de moradores da qual era presidente. Ao apresentar sua situação econômica estável, de certa forma o entrevistado demonstrou que ele, agricultor “empreendedor”, conseguiu alcançar uma estabilidade. Talvez, diferente da maioria, entendia a necessidade de se continuar com a união na administração das terras, mesmo após a conquista delas.

---

<sup>105</sup> REIS apud PAGLIARINI JUNIOR, **Reassentamento São Francisco de Assis**, op. cit., p. 21.

<sup>106</sup> REIS, 25 jul. 2007, op. cit.

No passado, seu Genivaldo provavelmente conhecia as dificuldades de se trabalhar terras particulares com uma proposta coletiva, mas não comentou sobre aquela entrevista de 2003. O momento era de união.

Provavelmente, ou ele julgou que não deveria falar da desunião a um pesquisador que visava historicizar o processo de construção do reassentamento, ou, de fato, acreditava nessa união e via na própria organização a união, mesmo que naquele momento as dificuldades fossem muitas (como destacam as entrevistas recentes). Era ele, naquele momento, um dos responsáveis pelo futuro do São Francisco de Assis, por isso provavelmente representou todos os moradores dali simplesmente enquanto reassentados, sem enfatizar diferenças ou divergências internas ao grupo.

O *Termo de Compromisso*<sup>107</sup>, documento que garantiu o reconhecimento da CRABI perante as iniciativas da Copel, com a integração da CRABI ao GEM- CX, designou que tanto proprietários quanto meeiros, posseiros e agregados seriam reassentados. Em 1995, um relatório da Copel classificou da seguinte maneira a população a ser incluída ou excluída dos programas de reassentamento:

**A-“Motivo de Inclusão”:**

- “Proprietário de área igual ou inferior a 5 alqueires”
- “Arrendatário em propriedade com área inferior a 5 alqueires”
- “Caso especial - formicação de canteiro”
- “Herdeiro de área igual ou inferior a 5 alqueires”
- “Filhos casados, residentes de área igual ou inferior a 5 alqueires”
- “Filhos arrendatários, agregados e ocupantes em propriedade inviabilizada”
- “Dependência econômica de área atingida”
- “Não proprietário em área < que 10 alqueires”
- “Filhos arrendatários, arrendatários, agregados e ocupantes em propriedade inviabilizada por outro evento”

**B- “Motivo da Exclusão”**

- “Área inferior a 5 alqueires”
- “Área superior a 10 alqueires”
- “Filho solteiro cadastrado na família”
- “Parente cadastrado e não residente na área (citado, mas ausente e sem vínculo)”
- “Desconhecido na comunidade que optou”
- “Não dependente da terra (trabalha no comércio ou outra atividade)”
- “Filho de proprietário com provável remanescente (área acima de 20 alqueires)”
- “Herdeiro com área superior a 50 alqueires”
- “Assalariado (pode plantar ou não)”
- “O remanescente é suficiente”
- “Não impactado”

---

<sup>107</sup> A respeito do termo de compromisso, ver: SCHREINER, op. cit., p. 297.

“Não citado em questionário algum”  
 “Excluído por entrar como FT em quadro de cadastro”<sup>108</sup>.

Esta classificação complementa outros levantamentos também elaborados pela Copel (o qual indicou 62% proprietários e 38% não proprietários reassentados, um exercício necessário aos interesses da Estatal) para que fossem apontadas as pessoas que formariam e integrariam as comunidades reassentadas. Meeiros, posseiros, agregados e proprietários deveriam comprovar o vínculo com a terra. A partir dessa classificação todos passaram a ser vistos, simplesmente, enquanto futuros reassentados.

Notamos que o grupo denominado reassentado continua sendo referência quando os entrevistados se remetem ao passado de luta e às exigências atuais no reassentamento. Mas, cabe a nós entender até que ponto estas classificações da Copel e dos próprios moradores, que procuram definir suas situações sociais e culturais, contribuem com o diálogo sobre o processo de reassentamentos, sem que a aceitação deste termo venha a encobrir disputas cotidianas.

Se estas classificações foram necessárias para os relatórios da Copel, o estudo de todo o processo histórico vivido pelos reassentados, destacado em suas memórias, necessita de outras problematizações, por exemplo, a diferença destacada nas entrevistas entre os possuidores e não possuidores de terra nas novas relações sociais. Seu Pedro foi um dos que destacaram esta diferença, reportando-se aos momentos das primeiras negociações entre moradores e Copel:

*A primeira proposta, nem era ainda negociação. Aí tinha uns bera córgo, [refere-se a moradores da região, que não possuíam maior leitura e/ou entendimento do processo pelo qual estavam envolvidos] uns miserável que era bem igual eu, que não entendia nada, daí: oh, mas não vai comparar aquelas terra, beral lá de baixo, o preço dessas aqui tem que valer muito menos, não sei seriam mandados por eles, eu acho, mas a gente via...*<sup>109</sup>

Em outro trecho de sua narrativa, o entrevistado diferenciou-se dos mesmos *bera-córgo*. Isto ocorreu no momento em que narrava o diálogo que teve com um dos policiais

---

<sup>108</sup> De acordo com relatório da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Departamento do Reservatório Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Programa de Reassentamento: Determinação do Público, maio de 1995. Critérios utilizados p. 1-2. Por FT entende-se Força de Trabalho. Foi estabelecida pela Copel como unidade de referência para distribuição de terras às famílias reassentadas. Uma FT representa 7 alqueires de terra. As crianças de 5-10 anos de idade receberam 0,25 f/t por integrante da família; entre 10-14 anos de idade 0,5 f/t por integrante da família; entre 15-55 anos de idade 1,0 f/t; entre 55-60 anos de idade 0,8 f/t por integrante da família; acima de 66 anos de idade, 0,4 f/t por integrante da família.

<sup>109</sup> ROCHA, op. cit.

presentes no cerco ao acampamento dos atingidos pela barragem, no canteiro de obras da Copel:

[...] O policial disse: onde cê vai? Eu vou buscar comida, não tem comida, tão tudo passando fome. *Oh, tu pode sair, deixa teu nome tudo escritinho ali, só não volta, que se não você vai preso. Tu pode [deixar o cerco policial], e daqui, vai e não [volta]...* Tá, daí eu ainda falei pra ele assim, pro guarda lá do portão: *não escapa de amanhã, nós vamo derrubar tudo isso aqui, nós vamo reunir e vamo derrubar tudo essa cerca, vamo entrar, nós somos colono, não queremos encrenca com policial.* Mas não deu nem nega, daí nós tava saindo, saimo, eu tava saindo, o (Bonete) saiu, e foi enfilando, os cara que tinha documento, a careteira, que na época era raro, algum, né... Podia andar.

Ao refletirmos toda a narrativa de seu Pedro, lemos que para ele os “bera-córgo” não teriam capacidade para refletirem a situação que envolvia a construção de Salto Caxias. Posicionavam-se de modo individualista, considerando o valor de suas terras apenas, diferente dele, um dos envolvidos e responsáveis pelas negociações que resultaram no Reassentamento São Francisco de Assis. Esta diferença perdurou até os momentos mais críticos de enfrentamento direto com o Estado. Podemos ainda entender nesta diferenciação novamente o papel do colono. O colono, além de ser aquele que trabalha com a terra, teria a consciência da necessidade da busca pela organização, exatamente nos momentos críticos à sua reprodução material e cultural, ou seja, diante da ameaça à propriedade e à comunidade.

Parece-nos que, na opinião do entrevistado, nem todos os moradores da região eram colonos num sentido que o termo aqui poderia designar (preocupados com a reprodução cultural, social da comunidade, voltada ao trabalho na terra e desinteressada em possíveis ganhos financeiros em detrimento a tais valores). Alguns não passavam de *bera-córgo*.

Para elaborar a lista das pessoas que receberiam terras, a Copel estabeleceu o critério de se considerar aquelas que possuíam na sua cultura as relações advindas da agricultura familiar. Todavia, acompanhamos como todo um conjunto de possibilidades e necessidades constituíram os viveres dos sujeitos atingidos pelas águas da barragem, agora moradores do São Francisco de Assis. Isso apareceu, por exemplo, quando alguns entrevistados se referiram às diferenças entre moradores proprietários ou não de terras antes da vinda para o reassentamento, justificando, a partir dessas diferenças, atitudes em relação à administração local.

A Copel tenha realizado uma classificação entre proprietários e não proprietários, e percebemos que nas políticas administrativas dos reassentamentos estas diferenças marcam os

conflitos pelo território, seja entre os reassentados e os já estabelecidos na região, ou entre os próprios reassentados.

Podemos perceber que os moradores reassentados se apropriaram dessas classificações e, mais do que isso, se utilizam delas para explicar certos fatos e posicionamentos. A classificação não se resume, então, aos viveres do reassentamento entre apenas os que possuem ou não uma espécie de *ethos* camponês, as raízes na terra, mas também entre aqueles já acostumados a lidar e administrar a terra e *os que estavam acostumados a serem mandados*.

A problematização do ideal comunitário ou de um ideal camponês foi utilizada por Klaas Woortman, no seu estudo sobre sociedades camponesas. Este diálogo nos interessa, principalmente, quando o autor enfatiza a presença do elemento moral no estudo da comunidade. Terra, família e trabalho são, para o autor, categorias indissociáveis das práticas dos processos simbólicos entre camponeses.<sup>110</sup>

Neste sentido, as raízes que podem significar origem no campo ou já ter prática com a administração e não ser “apenas” mandado, designa uma origem camponesa com a qual os entrevistados buscam justificar o êxito ou fracasso da construção comunitária. Ter o nome na lista dos incluídos não representava para os moradores envolvidos apenas fazer parte das comunidades atingidas, mas, mais que isso, remetia ao modo como viviam, às redes sociais que compunham nestes locais e que foram interrompidas pela ação do Estado.

Lutar por um território significou afirmar *ser da terra*, diante dos posicionamentos políticos e administrativos internos e diante dos sonhos e expectativas de vida. Da mesma forma, os que ficaram ora se demonstram críticos ao individualismo, ora procuram reafirmar a vitória diante dos desafios da nova vida se dizendo, então, empreendedores. Temos, com toda essa situação, as disputas pelos lugares. A harmonia que o termo comunidade expressa não explica os viveres do reassentamento. As coisas estão mais desarrumadas do que o termo comunidade possa expressar.

O dilema de se viver em comunidade numa sociedade marcada pelas influências e possibilidades capitalistas, individualizantes, será mais bem problematizado com o estudo do PPP do colégio local. Tratamos de uma importante instituição que representa em seus discursos iniciativas do movimento social que deu origem à organização do reassentamento (foi fundado sobre diretrizes da CRABI). A importância dada na educação das crianças e jovem às raízes e as cobranças perante a comunidade devido à suposta falta de engajamento

---

<sup>110</sup> WOORTMANN, op. cit., p. 11. Nesta perspectiva, o “*ideal comunitário*” desafia determinadas problemáticas de pesquisa, ao trazer temporalidades diversas no estudo de tradições: *a tradição não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que no presente constrói possibilidades para o futuro*.

de alguns moradores contribuem ao conhecimento das possibilidades de construção de uma comunidade.

### 2.3 PPP DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS: É NECESSÁRIO ENSINAR AS RAÍZES

Seu Dejair, diretor do Colégio São Francisco de Assis, buscou na origem comum dos moradores do reassentamento um elemento identificador do grupo. Sobre a organização do reassentamento, nos lembrou: “[...] *Porque mesmo com o nome fantasia, as pessoas se chamam com o nome da comunidade de lá, em torno da igreja*”. Respondendo minha pergunta a respeito das pessoas que não ficaram, afirmou: “*os que não se adaptaram, foi devido à diferença de clima, relevo, convivência, pois lá era menor a distância [entre as propriedades], as pessoas eram mais próximas*”<sup>111</sup>.

Percebemos que o entrevistado não tece críticas aos que deixaram o reassentamento. Apenas informa que muitos não se adaptaram. Antes de tecer críticas, como veremos, o papel do colégio na construção da identidade comunitária. Assim, o passado, ensinado no colégio, precisava fornecer a justificativa para prerrogativas e desafios presentes, entre elas, a função de ensinar aos alunos a importância de se viver em comunidade e de formar novas lideranças. Quando indagado sobre a escola rural disse:

E realmente preocupa né [*o fim da união*]. Mas assim, pelo Estado dificulta as possibilidades, já aqui a gente consegue dar oportunidade pra eles, porque geralmente é assim é, Junior, futuro, o futuro dessa escola, vai depender do jeito que você se move, eu, eu tô aqui hoje, mas daqui em breve estarei saindo, vou pra sala de aula vou... Mais 10, 15 anos, mas essa escola, esse espaço, essa comunidade vai depender futuramente deles. De quem tá aqui, eu que tô aqui, desse povo que também tá aqui, então os moradores dessa comunidade, os filhos dos moradores vão ser o futuro dessa escola [...] Aqui tem hoje, nos quadros, é esse mesmo da agroindústria. Não tem só uma, a agroindústria, de repente cooperativas de leite - quando eu digo, assim, a comunidade do reassentamento, a escola, a comunidade como um todo, quando eu falo a escola, eu me refiro a aqui, quando eu falo comunidade, eu falo do geral, a comunidade como um todo - vai depender desses que estão aqui. Se a escola der essa abertura e conseguisse trabalhar com conjunto, futuramente teremos grandes lideranças aqui dentro, já temos hoje, mas pra ter no futuro, que tenha noção do que que é isso, né, a força, não vai se perder de vista a conquista pela Copel, a questão de pessoas simples com toda a resistência, né, foi bem dramática, mas são essas pessoas aqui que eu acho que tem história pra contar e pra levar essa história do reassentamento.

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, op. cit.

Até para manter a própria escola, a gente trabalha no sentido de difundir as escolas rurais em todos os Estados. E isso seria uma das últimas coisas que eu estaria admitindo, né, fechar as escolas do interior, até porque as escolas do interior que foram fechadas, as experiências foram péssimo, né<sup>112</sup>.

Ao lado da igreja e das capelas, o colégio destaca-se como importante ponto de agregação comunitária. A Escola São Francisco de Assis foi inaugurada no segundo ano de estabelecimento do reassentamento, formada através de uma parceria entre Secretaria de Educação do município de Cascavel e a CRABI. Entre 1999 e 2004 os diretores e professores eram indicados pela CRABI. Atualmente, a escola está integrada ao regimento da Secretaria de Educação de Cascavel e do Estado.

O colégio oferece toda educação básica e recebe alunos do reassentamento e da região próxima pertencente a Cascavel. A postura filosófica do colégio, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), é a Histórica Crítica, que tem por referência Demerval Saviani<sup>113</sup>. Nos primeiros anos de sua concretização, a escola teve forte influência da CRABI. Para Dejair a escola serve à comunidade e ali as famílias contam com a oportunidade de ter acesso a uma educação diferenciada:

Um dia ela [*sua filha*], eu sempre gosto de ficar em casa final de semana fazendo alguma coisa, e eu tava em casa varrendo o lixo, né, com a minha esposa, e ela tava no pré, tava com cinco aninhos, e ela viu que não podia se fazer queimadas, aqui dentro tem bastante queimadas, é de se deixar amontoar pra deixar o próprio capim pra adubar, decompor... Falei de queimada com eles e... Um dia eu fiquei em casa, limpando as folhas das árvores, né, e amontoei, era bastante folha que tinha, e ateei fogo, era assim um monte pequenino, né... E ela pegou um copo de água e quando eu virei as costas e ela jogou ali. Eu falei, *porque você tá fazendo isso? Não, não pode queimar pra destruir o meio ambiente*. Então eu fico imaginando os pais, né, as crianças aprenderam na escola e claro que elas vão falar. E isso de queimadas, na cidade poucas pessoas fazem isso, mas no conteúdo ela existe. Só que na cidade você vai amontoar num saco e....<sup>114</sup>

Ao falar da sua filha, Dejair não fala apenas enquanto professor ou educador, mas enquanto membro da comunidade. Pautado neste importante papel social presente no ato de educar, Dejair prega a transformação da sociedade e, para transformá-la, antes os alunos devem conhecê-la.

No PPP encontramos mais elementos para analisar a relação entre colégio, movimento social e a proposta de comunidade. Mantendo uma postura que leva o aluno a questionar e

---

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>113</sup> Ver: SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

<sup>114</sup> OLIVEIRA, op. cit.

compreender a sociedade capitalista, com uma base teórica materialista pautada na proposta didática progressista, temos sobre o papel do colégio:

As famílias atingidas por barragens de hidrelétricas, na maioria das vezes, não recebem atenção adequada no que diz respeito às alterações provocadas pelo processo de desapropriação de suas terras. Ao saírem de suas propriedades deixam para trás parte de sua história, desfazem vínculos de amizade e perdem parte de sua identidade histórico cultural. Numa tentativa de amenizar este impacto foram criadas associações nos Reassentamentos: São Lucas; Vargem Bonita; Barra Bonita; Aliança D'Oeste; Alto Alegre; Santa Luzia; Pinheirinho; Renascer e Fazendinha no Reassentamento São Francisco de Assis [...] passaram a atuar no sentido de contribuir para a organização dessas famílias, sendo o processo educacional uma das maiores preocupações.

Como resultado das discussões desencadeadas junto à comunidade atingida por barragens surge, então, uma proposta de educação diferenciada que seja capaz de estimular os vínculos de cooperação, solidariedade e união com o objetivo de instrumentalizar o aluno e a aluna com o domínio do conhecimento científico de forma que se possa possibilitar a formação de um(a) cidadão(ã) apto(a) para atuar com autonomia, de forma consciente e coletiva; bem como de garantir-lhes uma preparação universal e específica que lhes dê condições para a continuidade dos estudos na rede pública, ou ainda desenvolvendo projetos educacionais alternativos, cursos profissionalizantes ou cursando o ensino superior<sup>115</sup>.

Na perspectiva do PPP, o reassentamento constitui uma “comunidade” rural, originada de um movimento social constituído de pequenos agricultores. A educação “alternativa” prega a cooperação e o vínculo ao movimento social que deu origem ao reassentamento. A escola tem a função de construir um território diferenciado e instrumentaliza noções como o perigo da perda de “raízes” e de identidades para propor uma linha educacional de engajamento ao próprio movimento.

De acordo com o PPP, há a necessidade de demonstrar aos moradores uma postura crítica diante dos viveres dali. Isso evitaria o êxodo rural e a “ameaça” de formação de outro latifúndio no local. Caso isso não ocorra, chegar-se-ia à *perda da identidade* e ao risco da própria localidade ser alvo da especulação financeira<sup>116</sup>.

A importância do comunitário não poderia faltar na escrita e elaboração de um PPP pautado no materialismo histórico. A ênfase à organização advinda dos movimentos sociais é explicada na participação da CRABI na própria formação do colégio. Como dito, até 2004 era a própria CRABI, na figura de suas lideranças, pautadas em assembleias, quem escolhia os diretores dali. Lemos no PPP:

---

<sup>115</sup> Projeto Político Pedagógico do Colégio São Francisco de Assis. Cascavel, mar. 2007. p. 17.

<sup>116</sup> No terceiro capítulo discutiremos como a “ameaça” do latifúndio é destacado por moradores, inclusive quando se faz alusão à proposta da mudança de nome de reassentamento para colônia.

Perceber como a escola é vista por aqueles que dela se utilizam é parte essencial para construir um projeto político pedagógico alijado às necessidades da comunidade e dos profissionais que nela desenvolvem os seus trabalhos. A história da escola está muito atrelada à própria história de luta e posse do reassentamento.<sup>117</sup>

Não bastaria formar um profissional para o mercado de trabalho regional, mas construir com os alunos uma conscientização em torno do que foi o movimento social dos reassentados e, nisto, demonstrar a importância de se perpetuar o coletivismo. Em resumo, a comunidade, para o PPP, seria algo formado por pessoas com uma identidade em comum, a qual deve ser “resgatada” e “preservada”.

Completemos esta visão sobre comunidade com a crítica construída no próprio PPP ao atual descaso dos moradores às causas sociais:

Afirmam também, não haver propostas de políticas públicas que promovam o atendimento a tal necessidade. Em âmbito municipal isso seria possível, a promessa de instalação de um orelhão comunitário é de longa data, mais ou menos 3 há 4 anos, mas falta também organização e mobilização destas famílias em prol desta que é uma necessidade não apenas individual, mas da escola.<sup>118</sup>

E ainda:

A organização social deveria ser uma marca constante do grupo que compõe a população do Reassentamento. Essa marca parece ter se diluído em comparação ao número de Associações que existem atualmente ou pelo fato dos objetivos de luta e posse terem sido alcançados.<sup>119</sup>

A escola pauta em suas obrigações a cobrança de uma união dos moradores e a importância de se construir e manter os laços de sociabilidade que os prendem ao movimento social, que de certa forma deu origem à localidade. É papel do colégio, conforme seu discurso performático, participar da educação dos alunos com a cobrança de que eles se integrem ao discurso comunitário.

Para que ocorra o sucesso da retórica do enunciado performático, como destacou Bourdieu, é necessário que o discurso: “não seja compreendido, mas que seja reconhecido enquanto tal para exercer seu efeito próprio”<sup>120</sup>. Nesse sentido, é necessário o reconhecimento

---

<sup>117</sup> PPP, op. cit., p. 27.

<sup>118</sup> Idem, p. 26.

<sup>119</sup> Idem, p. 28.

<sup>120</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo, Edusp, 1996.

da autoridade dos agentes que falam em nome de instituições que lhes atribuem este poder. Diante das preocupações do PPP, notamos que o discurso do colégio já não encontra tanta ressonância na comunidade. As cobranças por uma maior participação dos moradores nas reuniões estão relacionadas às atuais transformações nas relações sociais e econômicas do local.

A postura materialista do PPP vem corroborar com uma educação que se volte a questões locais e pressupõe aos alunos o questionamento da sociedade capitalista, “pós-moderna” e “individualista”<sup>121</sup>, numa postura crítica da comunidade em relação ao engajamento no movimento social com o qual está relacionada.

O que se pretende com esta interpretação é demonstrar as políticas e discursos que o colégio, enquanto instituição<sup>122</sup> fundamental na constituição e manutenção de laços de sociabilidade, assume. Esta problemática ganha destaque quando o colégio passa a tratar do outro, ou seja, dos alunos de Cascavel que não fazem parte do reassentamento e dos alunos do acampamento do MLST:

O Reassentamento São Francisco de Assis é formado por famílias que foram retiradas de suas terras em função da construção da Barragem de Salto Caxias. Atualmente, os alunos que freqüentam-na já estão adaptados neste meio como filhos de pequenos agricultores ou vindos de outras localidades e se instalaram aqui. Percebe-se uma necessidade de sempre resgatar a história de suas origens e valorizar a cultura e a identidade campesina.

Também salientamos, que neste início de ano estamos recebendo alunos oriundos de bairros da periferia de Cascavel, de outras cidades e até mesmo país (Paraguai), que fazem parte do MLST (Movimento Libertário dos Sem Terra). E isso desencadeia um processo de remanejamento muito significativo no que diz respeito à apropriação dos conhecimentos formais e informais.

Portanto, em conjunto com os alunos e alunas, deve ser desencadeado um processo de descoberta de si mesmo como sujeitos da história. Essa percepção se efetivará com a apropriação dos conteúdos de cada área do conhecimento e das relações existentes entre estes conteúdos. É importante também compreender de que maneira esse conhecimento ou a sua falta, interfere na sua forma de ver, de ler e de conhecer o mundo e de atuar colaborando para a transformação social.

Apostando nessa possibilidade de compreensão, a comunidade escolar do Colégio Estadual do Reassentamento São Francisco tem buscado estruturar uma proposta político-pedagógica que seja consistente, coletiva e possa provocar modificações significativas na vida daqueles e daquelas que dela participam. Propõe uma educação que considere a diferenciação dos agricultores e das agricultoras familiares que esteja articulada com o saber universal que propicia o crescimento individual, à medida que garante a

---

<sup>121</sup> PPP, op. cit., p. 43.

<sup>122</sup> No terceiro capítulo será problematizado como o colégio e a igreja se apresentam na concepção da comunidade quando comparados à deficiência dos empreendimentos sociais e econômicos, como a Prainha local, nesta função.

apropriação do conhecimento produzido e sistematizado e o crescimento coletivo, que se evidencia na busca de soluções para os problemas da população beneficiária<sup>123</sup>.

Nesta ênfase no resgate da cultura dos moradores, destacando a *descoberta de si mesmo*, o passado serve para construir uma coesão grupal com a idealização do local de origem. A luta pela terra necessitou, em outros momentos, afirmar uma identidade camponesa. Com a interpretação do PPP do colégio percebemos que, agora, no reassentamento, essa afirmação de uma identidade camponesa, com a proeminência de um passado comum, serve para afirmar a fixação do povo no lugar e garantir a própria sobrevivência do reassentamento, evitando-se o êxodo. Com a vinda de outros alunos para o reassentamento, esse passado comum encontra-se ameaçado.

A proposta de *ensinar a sua própria história*, insistir nisso, assume agora outros significados e atende a outro propósito: evitar que se descaracterize a escola e, com isso, manter vivo um passado comum, papel do colégio enquanto instituição importante tanto por seu papel intermediário entre lideranças e comunidade quanto na própria formação de personalidades.

Este termo, comunidade, a priori acabado em si mesmo, fechado, aponta para relações sociais que vão além de um processo que se encerra com a chegada à nova terra. O contato com o MLST e a não aceitação da comparação com os assentados são exemplos disso.

Os vizinhos do MLST também participam do reassentamento nas relações de trabalho. Seu Zequinha, ex-vice-presidente do Conselho Unificado<sup>124</sup>, falou sobre a convivência com os vizinhos do acampamento no momento em que destacava as propostas em torno do agronegócio, presentes em efetivo ou a serem implantadas no reassentamento. Em certo momento de nossa conversa, perguntei até que ponto o acampamento em frente poderia causar confusões aos interessados nos serviços oferecidos na localidade<sup>125</sup>. Na sua resposta, seu Zequinha classifica os “acampados” da seguinte maneira: “*nós temos uma boa relação, tudo mundo trabalhava. Eu aqui já peguei eles pra trabalhar [..]*”<sup>126</sup>. Mais uma vez o

---

<sup>123</sup> PPP, op. cit., p. 38.

<sup>124</sup> Este conselho representaria uma instância principal, contando com representantes das oito comunidades que formam o reassentamento, sendo que duas se uniram e assim formam a entidade seis membros que as representam, além de representantes de outras duas associações de moradores e duas APMs, uma municipal e outra estadual.

<sup>125</sup> Mesmo porque já falávamos das confusões que as pessoas da cidade ainda teriam sobre o reassentamento.

<sup>126</sup> MEURER, José Rossi. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 25 jul. 2007.

trabalho é fator de integração, de construção social e de diferenciação. Se você trabalha, será considerado boa vizinhança.

O trabalho pode ser a categoria que possibilita tanto o contato, proximidade ou distanciamento. Talvez para os reassentados os próprios membros do MLST sejam distinguidos entre os que possuem ou não uma origem camponesa. Portanto, o trabalho deixa de ser apenas o labor humano em si, para ser um elemento importante na atribuição de identidades e mediador das relações sociais.

No PPP temos uma aproximação entre acampados e reassentados, com a ênfase de uma origem comum de pequeno agricultor. Outro fato que contribui à proximidade entre acampados e reassentados, como vimos, é o trabalho. No entanto, o PPP destacado denuncia a falta de engajamento de alguns moradores e enfatiza a necessidade de se ensinar *a descoberta de si próprio* através da valorização do passado ligado ao movimento social e à coletividade.

Para seguirmos com a problematização da construção comunitária no reassentamento precisamos, agora, refletir sobre os outros locais de cobrança por engajamento social e construção coletiva: as associações de moradores.

#### 2.4 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: A COBRANÇA EM TORNO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

As discussões em torno da construção comunitária envolveram tanto os que chegaram no momento inicial do reassentamento como os que adquiriram terras posteriormente. Neste processo, foi de grande importância o papel das associações perante os desafios e conflitos que se apresentavam.

Com a extinção da CRABI, as associações de moradores continuaram agregando poderes e representando os reassentados diante de questões político-administrativas<sup>127</sup>. Entre elas, a autorização de troca, compra e venda de propriedades nos reassentamentos. Acompanharemos brevemente a opinião de alguns dos seus membros sobre as reuniões e poderes das associações e entenderemos, a partir do estudo de algumas atas e estatutos, como os que adquirem terras no reassentamento passam a ser integrados à comunidade. Com esta

---

<sup>127</sup> Mesmo quando a CRABI estava em pleno funcionamento, as associações locais possuíam autonomia para resolver questões pertinentes à sua administração, mesmo porque, A CRABI reunia as comunidades de todos os reassentamentos, portanto, seria inviável que estes se reunissem para discutir questões pertinentes a uma única comunidade.

discussão teremos mais embasamento para saber como se dá a construção de identidades no reassentamento.

O poder das associações, bem como sua importância, foi destacado nas entrevistas. Alguns moradores questionaram atitudes tomadas em nome da maioria. Perceberemos que isto não implica no desmoronamento do movimento. Pelo contrário, indica como os reassentados se inserem nas políticas internas. Conforme a narrativa de Dona Ivani:

Nossa, no começo era bom! Tinha as reuniões grande, todo mundo ali [...] No primeiro ano eu lembro, tava esse aqui [filho] na aula e a minha menina, que já tá formada e essa aí e meu piá, tudo na escola, daí nos ia lá, o professor convidava *venham pra votar pra presidente* e coisa, pro colégio né, sei lá, pra botar gente pra trabalhar, já vinha as folhas votadas de fora, nos só tinha que erguer a mão e só, disse eu nunca vi, lá em Três Barras onde nos morava, ia lá os pais e os alunos e votava, fazia a votação no papel, aqui já vinha toda vida no papel, falei, *eu não vou mais pisar nessas reuniões, se eu vou lá já tá votado, o que que eu vou fazer lá?* Só pra olhar pra dizer quem entrou, quem não entrou (...)

Daí aprova sem a gente votar neles, colocaram os cara na frente e... Que nem eu o na reunião do posto ali quatro anos já, mas tá entrando gente sem eu votar pra aquela pessoa entrar sem nada. A liderança mesmo faz aquelas bolinhas deles e pronto...<sup>128</sup>

Adilson, que conversou conosco junto com sua mãe Ivani, defendeu a construção de uma comunidade ao mesmo tempo em que a problematiza. Para ele, a comunidade deve ser reconstruída política e administrativamente, com a coletividade. Sua fala, neste momento, se referia às lideranças:

Exatamente, que nem você falou [iniciamos nossa conversa enquanto Adilson terminava de ler um trabalho da faculdade na área de produção familiar. Nesse momento da conversa ele afirmara que projetos desse tipo ainda eram poucos. Diante dessa informação, perguntei se ele e outros jovens teriam mais condições técnicas para implantar tais projetos], então tem pessoas se formando, pessoas com capacidade e tudo, que poderia tá nas lideranças, não estão, todos jovens que estão num nível universitário [...]

**Pergunto:** E eles têm este interesse em participar das lideranças, aqui?

**Adilson:** Tem, tem, tem interesse só que não é chamado. Tem interesse porque eu fiz uma pesquisa de campo aí, e um jovem aí tem interesse em fazer essas idéias, esses projetos que eu tenho. Só que é que nem eu falei, pra você fazer alguma coisa, você tem que montar uma diretoria, não adianta você ser um cara bom e tudo, e depois você levar a proposta, e a diretoria não aceitar. Agora, eu sendo membro da diretoria, ou você sendo o líder, você esta lá, você vai colocar a sua proposta aqui, vai viabilizar, e vai colocar em prática, agora se é algo que não se coloca em prática, propostas boas nunca vai sair do papel. Teoricamente, projeto bom é colocado antes no

---

<sup>128</sup> MORAIS, Ivani de. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 08 mar. 2008.

papel, mas depois tem que ser colocado em prática. Tem uns projetos nosso aqui dentro, só ta tudo no papel, em prática não tem nada. Tem que montar uma chapa nova de pessoas estruturadas, de pessoas preparadas tecnicamente, que tenha mais visão política, mais globalizada, não essa visão fechada daqui, ou esta esperteza, por exemplo, é essas lideranças que podem ter conhecimento, mas às vezes não fazem por que não querem ou falta interesse, ou não querem nem fazer, ou falta conhecimento também. A gente não pode só falar: *Ah... Porque as lideranças...* e só criticar. Às vezes, vai saber se não tem conhecimento técnico ou aonde buscar recursos ou não? [...] É outro momento, só que precisa de outras coisas....<sup>129</sup>

Quando perguntado se seriam outras as necessidades de agora e não mais a luta pela terra, responde: “[...] *Exatamente, exatamente, não é mais só a terra, não é mais só a [...] Precisa investimentos na propriedade, precisa investimentos na cooperativa, precisa-se fazer a agroindústria, precisa-se fazer [...]*”<sup>130</sup>

Para Adilson, as lideranças tiveram importância em um momento anterior, de luta e embates, mas chegara a hora de uma nova geração, especialista em assuntos agrários para implantar projetos ligados ao agronegócio, assumir. Já podemos fazer de sua fala uma leitura sobre o que ele pensa por comunidade. Para Adilson, a consolidação é um objetivo, mas não está acabada. Por isso estaria na hora de uma outra direção das associações e do conselho, agora mais técnica, assumir.

Se as políticas das associações geram conflitos entre aqueles que participaram desde a fase inicial do reassentamento, a chegada de novos moradores intensifica as disputas. Vindos do Mato Grosso do Sul, seu Alcideo e dona Ana formam um casal que adquiriu terras no reassentamento. No momento de sua chegada, a compra de terra estava proibida, com a exceção daqueles que contassem com o recebimento do aval da negociação em assembléia, na associação local. Conta-nos Alcideo:

Se eu for te contar o quanto que se incomodemos [...] Mas daí, os que venderam até 31 de dezembro de 2004, foram reconhecidos pela Copel, então no caso, nos compramos em 2001, também hoje somos considerado pela Copel como reassentado, mesmo que compramos. [...] E os documentos também vêm direto da Copel pra mim. Agora só falta vir os documentos. Por enquanto, não veio.<sup>131</sup>

Alcideo e sua família foram reconhecidos em reunião da associação a qual adquiriu a propriedade, o Pinheirinho. Não há uma normalização sobre as vendas de terra no

---

<sup>129</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

<sup>130</sup> Idem, ibidem.

<sup>131</sup> VOESE, Alcideo. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 03 mar. 2008.

reassentamento. O que temos é a informação que as associações passaram a votá-las em assembléia, considerando, para tanto, os motivos das vendas e o perfil dos possíveis compradores.

Somente eram aceitas no reassentamento famílias dispostas a morarem no local e a contribuir com as associações, sendo vetada pelas associações de moradores a venda a grandes proprietários rurais<sup>132</sup>. Quanto às escrituras, em acordo entre representantes da CRABI e Copel, seriam entregues passados 10 anos da entrada das famílias no reassentamento. Os reassentados aguardam ainda para 2009 o recebimento das escrituras.

No caso de seu Alcídeo, ele também dependeu do aval da associação local para adquirir terra no reassentamento. E, para serem considerados pelos vizinhos como reassentados, os entrevistados passaram por momentos difíceis:

[...] As terras dele [*refere-se ao reassentado de quem comprou a sua propriedade*] tinha sido alagadas, isso aqui ele me contou e que ainda não tinha saído a escritura, mas eu tinha pagado a metade e a outra metade eu ia pagar com um ano, até sair a escritura. Daí eu fui na mesma hora lá, com o cara da imobiliária, daí o cara: *não, nossa imobiliária nunca pegou uma coisa fria pra vender. falei Falei: olha, que pelo jeito da coisa, pegou. Já mandaram sair de lá. Não, não.* Ele chamou o dono da propriedade e o cara falou: *não, pode ir lá arrumar as tuas coisas que eu garanto que nunca mais eles vão te incomodar.* E até aí ele falou a verdade porque nunca mais vieram. Só que daí ele começou a incomodar, daí ficou pior ainda, só que daí, como os cara começaram a vir aqui me incomodar, falei: *vou fazer um contrato mais bem feito.* Peguei e chamei ele pra fazer um contrato mais bem feito. Com um advogado, pra acompanhar, pra não dar problema nenhum. [...] Daí ele quis receber, mas pelo que rezava o contrato ele não podia, daí começou a incomodar e eu pensei: *quer saber uma coisa, se fosse eu também ia querer receber isso aqui.* Peguei, paguei ele, nunca mais me incomodei. [...] Bom, pra morar a gente com vizinhos a gente se dá muito bem com vizinho. [...] É, inclusive, também logo naquela mesma semana, em fevereiro veio o presidente da associação, naquela época era o Vanderlei, é que era o Vanderlei presidente da associação, eles também queriam saber qual que era a nossa intenção, porque o cara que saiu daqui já incomodava, daí eles pensaram, será que vem outro que vai incomodar?<sup>133</sup>

Entre as preocupações das lideranças estava o risco da formação de latifúndios e a postura dos moradores, compradores de terras no reassentamento, daí a preocupação em se certificar se estariam dispostos a contribuir com a associação.

---

<sup>132</sup> Muitos moradores reassentados e de Corbélia afirmam que latifundiários de Corbélia estão adquirindo terras no reassentamento, mesmo que até o momento não tenham garantia legal do recebimento futuro das escrituras.

<sup>133</sup> Idem.

Os artigos 5º e 9º do Capítulo III (Dos Direitos e Deveres dos Associados), do *Estatuto da Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais de Caxias - Grupo Vargem Bonita (Fazenda Flamapec)*, destaca quem seriam considerados associados. Este normativo também regula as negociações de terras no reassentamento:

Artigo 5º- Farão parte da ASSOCIAÇÃO, os produtores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e que, como tal, tenham sido ou venham a ser cadastrados, classificados e credenciados pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL como beneficiários do Programa de Reassentamento Rural Caxias - Grupo Vargem Bonita (Fazenda Flamapec).

Parágrafo Único - É condição fundamental aos produtores rurais associados, que estejam devidamente credenciados junto ao Projeto de Reassentamento Rural Caxias - Grupo Vargem Bonita (Fazenda Flamapec) e que, efetivamente, venham a ocupar, dentro dos prazos estabelecidos os lotes que lhes foram compromissados pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Artigo 9º - Somente será aceito sócios que não se enquadrem na situação original, de atingidos pelo Reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, produtores rurais que, comprovadamente, não sejam proprietários rurais ou urbanos e que tenham sido ou venham a ser cadastrados, classificados e credenciados exclusivamente pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL.<sup>134</sup>

Não está especificado nos artigos acima se no reassentamento poderiam ocorrer negociações de propriedades. Mas, por dedução, os futuros compradores deveriam possuir como capital apenas o valor da compra das propriedades, afinal, não poderiam ser proprietários rurais ou urbanos. Possivelmente, comprovaria em assembléia que o capital conseguido para compra de terras viria da venda de outra única propriedade que possuíam. A leitura de uma ata de reunião da associação contribui para esta reflexão:

Ata de reunião do Grupo Vargem Bonita do Reassentamento São Francisco de Assis, do dia 04/11/2002 (dia quatro de novembro de dois mil e dois). Sendo o grupo convocado pelo próprio reassentado Remi Baldim e Esposa<sup>135</sup> para que o grupo apoiasse sua decisão de venderem sua propriedade, lote de número 112 para Hilário e Esposa e pedirem aprovação que foi aprovada por todos presentes, sendo que Hilário se comprometeu em assumir as obrigações e regimentos do grupo mas com os mesmos direitos e deveres, votar e ser votado e opinar quando quiser. Era o que tínhamos para

---

<sup>134</sup> Estatuto da Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais de Caxias - Grupo Vargem Bonita (Fazenda Flamapec).

<sup>135</sup> Percebemos que, nas transações destacadas, são os esposos quem, de acordo com a ata, tomam a iniciativa dos negócios, não sendo sequer citado o nome das suas esposas. Embora nossa pesquisa não adentre às questões de gênero, destacamos a importância de mais trabalhos neste sentido, visto que a questão de gênero interessa, inclusive, a discussões sobre práticas culturais e identitárias no campo.

o presente e esta ata deverá ser assinada por mim, Orlando Tavares, Secretário, e Genivaldo dos Reis, Presidente.<sup>136</sup>

De acordo com os entrevistados, os compradores necessitavam também demonstrar ser um pequeno agricultor. Todavia, isso não estava destacado, ao menos diretamente, na ata apresentada que tratava exatamente da aceitação ou não de negociação da propriedade em questão. Provavelmente, na referência ao fato de a maioria aceitar a compra, já está subentendido que o comprador se tratava de um pequeno agricultor. Na leitura desse documento, a ênfase estava na garantia de que o comprador e vendedor assumissem os *compromissos* com o grupo.

Outra possibilidade de se negociar terras do reassentamento era através da troca por outras propriedades nas cidades e onde foram deslocados:

Ata de reunião do Grupo Vargem Bonita do Reassentamento São Francisco de Assis, do dia 23/07/2001.

[...] Antonio Lecir dos Santos pediu autorização para sair do grupo, que o mesmo estaria trocando a propriedade com José Meurer Rossi, pois o mesmo não está se acostumando no local e gostaria de ir para o município de Três Barras do Paraná. Isto foi aprovado, dos 31 associados presentes 30 votaram a favor e uma abstenção sendo assim Antonio Lecir dos Santos se comprometeu em apresentar um documento que está saindo de livre e espontânea vontade, que ninguém o obriga a fazer este ato bem como sua esposa deverá assinar o documento. E que o mesmo se comprometeu a realizar todos os compromissos assumidos até então com o grupo caso contrário não será aceito a negociação. E que o mesmo deve levar em conta compromissos com a Copel: era o que tínhamos para o momento. Nada havendo em tratar eu Orlando Tavares e o presidente passamos a assinar.<sup>137</sup>

Compradores e vendedores necessitam comprovar os motivos da negociação, de acordo com uma postura de pequeno agricultor. Neste último caso, o reassentado associado disse não se acostumar com o lugar e que preferia viver da terra no município de Três Barras. Aqui, sim, está presente no documento que ambas as partes, comprador e vendedor, assumem diante do grupo um *ethos camponês*. Exemplo disso, a troca por outra propriedade de mesma dimensão.

Mas, a troca foi aceita principalmente porque o morador não se acostumou com o novo lugar. Seu Genivaldo nos falou sobre essa questão numa entrevista realizada em 2004:

---

<sup>136</sup> Ata de reunião do Grupo Vargem Bonita do Reassentamento São Francisco de Assis, do dia 04/11/2002. Reassentamento São Francisco de Assis. Acervo pessoal de seu Genivaldo dos Reis.

<sup>137</sup> Ata de reunião do Grupo Vargem Bonita do Reassentamento São Francisco de Assis, do dia 23/07/2001. Acervo pessoal de seu Genivaldo dos Reis.

É, a gente adota um método de dar preferência à pessoa que tem origem de atingido da barragem. Lá, então, a gente faz [*assembléia*], as pessoas vêm, olha o lote, as pessoas daqui vão olhar os lotes deles, tá, faz a negociação entre si, os grupos não participam de... Não opinam, né, as lideranças; e daí se essa pessoa for aprovada dentro do grupo, for de consenso, sem problema nenhum é aceito dentro, desde que não seja, é, o cara não seja fazendeiro, ou... Grande proprietário dos utensílios deles... [...] Vivem da terra, moram em suas propriedades<sup>138</sup>.

A política não se restringia, como percebemos, a agricultores da região atingida pelas águas do Iguaçu, mas para qualquer suposta negociação de terras. Seu Alcideo e dona Ana passaram a se considerar reassentados e freqüentam a associação. Interessante que, mesmo para eles que não tiveram a mesma trajetória da maioria dos que moram no reassentamento, não gostam de ser chamados de assentados ou de *sem terra*. São reassentados. Dona Ana, em meio a uma fala de seu esposo sobre a cidade de Corbélia, o interrompe e desabafa:

Mas, ainda hoje eles confundem. Fala que é do reassentamento, eles confundem. Eles pensam que é um assentamento dos sem terra, porque vamos dizer, tem ali aqueles lá que são do acampamento, tem o assentamento também, assentamento já tem cortado a área de terra ali, daí é um acampamento, mas aqui é um reassentamento, mas eles confundem com assentamento.<sup>139</sup>

Após destacar as dificuldades para serem considerados reassentados, dona Ana enfatiza esse reconhecimento de trajetória dentro do reassentamento:

Agora tá [*melhor*]. Mas daí, os que venderam até 31 de dezembro de 2004, foram reconhecidos pela Copel. Então, no caso, nós compramos em 2001, também. Hoje, somos considerado pela Copel como reassentado, mesmo que compramos<sup>140</sup>.

Seu Alcideo e dona Ana são migrantes que não chegaram com o processo de reassentamento, mas participam das políticas locais e para tanto necessitam - e dizem fazer questão disto - se afirmar enquanto reassentados. Nesta forma de se identificar, como reassentado, está também o reconhecimento, primeiramente, do direito ao título da terra que adquiriram e, ainda, a possibilidade de participar das decisões internas e de se inserir na região, ou seja, de serem membros do reassentamento.

---

<sup>138</sup> REIS apud PAGLIARINI JUNIOR, **Reassentamento São Francisco de Assis**, op. cit., p. 35.

<sup>139</sup> VOESE, Ana. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 03 mar. 2008.

<sup>140</sup> VOESE, Alcideo, op. cit.

De certa forma, a compra de terras está normatizada pelas associações. A leitura de seus estatutos, bem com das atas de reuniões, complementada pelo dito pelos entrevistados, serve para entendermos como os moradores lidaram com o coletivo diante dos desafios que não estavam presentes nos planos da Copel e da CRABI. Não freqüentar uma reunião, reivindicar novos direitos após ser considerado reassentado ou mesmo pleitear novos cargos nas próprias associações são também exemplos disto.

Tudo isso são fortes indicativos de que a afirmação de uma identidade, a de reassentado, não se encerra com a fixação no lugar, mas é um processo em construção e em contínua negociação. O contato com o MLST, com moradores com outras trajetórias, com moradores da cidade de Corbélia e Cascavel, em geral, com a estatal, tudo isso influenciou nesse processo.

O próprio uso de um termo novo, reassentado, desconhecido há pouco tempo pelos moradores, para se identificar dentro do reassentamento e, principalmente, nas cidades vizinhas, reforça nossa conclusão.

Nas entrevistas, se identificar enquanto um membro e ao mesmo tempo questionar a comunidade é uma maneira de narrar uma trajetória de vida. As disputas, como se percebe, não terminaram com o recebimento ou com a posterior compra de terras. São vários os momentos em que a afirmação da existência de uma identidade coletiva ganha importância nas narrativas. Constatamos isso com as diferentes posições políticas adotadas no reassentamento; com a preocupação em se dizer empreendedor; com as críticas destacadas no PPP à pouca participação em reuniões das associações; com a presença dos “outros” alunos do MLST que freqüentam o colégio; com a constatação da venda de terras e chegada de novos moradores à localidade.

A construção de territórios necessita de novas organizações e nelas despontam conflitos identitários. Através das memórias, percebe-se a existência de diferenças e conflitos já lá, no passado. Isso não demonstra a falência do movimento. Antes demonstra a constituição de um espaço múltiplo, com diferentes temporalidades, desejos, expectativas, rupturas e permanências. Estas disputas se dão, como veremos, também nas cidades.

### CAPÍTULO III

## UM POUCO EM CORBÉLIA, UM POUCO EM CASCAVEL: DO SÃO FRANCISCO ATÉ AS CIDADES

### 3.1 A LUTA PELA INSERÇÃO NAS CIDADES

*“Um pouco em Corbélia, um pouco em Cascavel”*<sup>141</sup>. Foi esta a resposta de seu Alcideo quando perguntado sobre a importância das cidades dentro das necessidades cotidianas do reassentamento.

Após o estabelecimento do reassentamento em Cascavel, nas proximidades do município de Corbélia, os reassentados passaram a se inserir na região. A organização política, econômica e administrativa interna do São Francisco de Assis necessitava das cidades e suas fronteiras foram cotidianamente atravessadas rumo a estas cidades. A importância dos viveres citadinos dentro do reassentamento e a busca de inserção dos reassentados nas cidades norteiam a problemática desse capítulo.

As cidades de Cascavel e Corbélia também fazem parte dos lugares disputados e sonhados pelos moradores do reassentamento. Esta busca pelas cidades ocorreu tanto entre os primeiros a chegarem após o movimento que reivindicou terras, quanto entre os que mudaram para o reassentamento durante estes dez anos passados da sua instalação. A cidade já conhecida e a que está sendo conhecida; a cidade em sua funcionalidade; a cidade em sua “cultura” urbana; as disputas presente nestes espaços; estas são as maneiras como refletiremos a apropriação desses lugares.

A importância deste estudo da *urbs* está na possibilidade de apresentarmos o espaço urbano dos municípios de Corbélia e Cascavel, em um esforço de se refazer algumas das suas ruas, marcos e símbolos diante do movimento dos reassentados nestes lugares. Nesta perspectiva, foi significativo o diálogo com a obra de Célia Rocha Calvo, na qual a autora apresenta os viveres citadinos de Uberlândia (MG), a partir da problematização “dos lugares

---

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*.

da memória” desta cidade<sup>142</sup>. O diálogo com esta obra propiciou uma abordagem preocupada com as imagens do espaço, numa perspectiva que pretendeu abranger a geopolítica e a própria paisagem urbana em suas marcas do processo histórico para, a partir desta construção, atentar aos conflitos e ambigüidades presentes no recente processo de construção deste espaço em território pelos reassentados. Algo próximo daquilo que Célia Rocha destaca enquanto uma cartografia *socialmente construída*<sup>143</sup>, pretendemos trazer diferentes temporalidades diante de um espaço, que, a priori, é homogeneizante, reforçado por poderes de políticas urbanas e ideologias pautadas nos discursos que mitificam o progresso, mas que é vivido, apreendido e construído socialmente de diferentes formas.

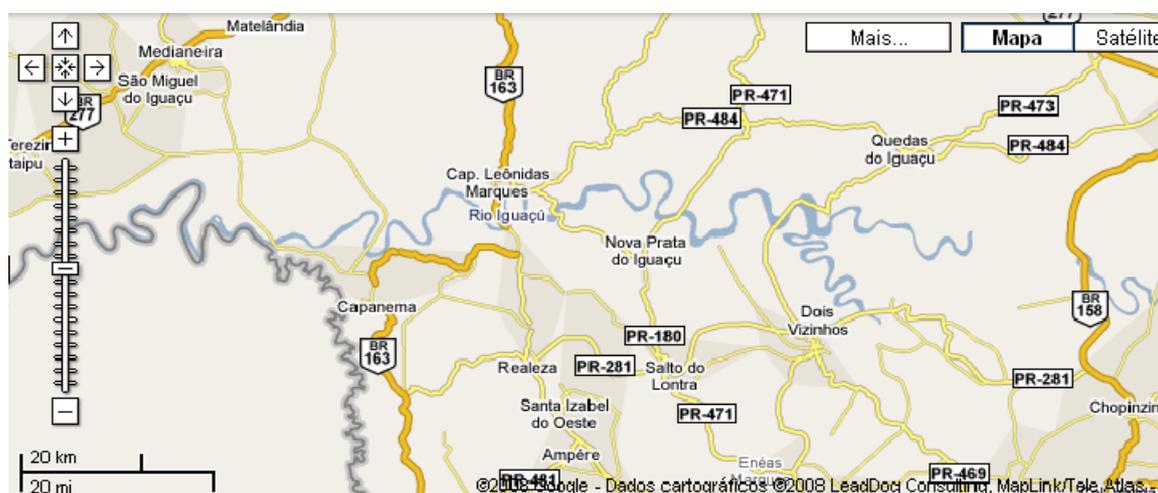


Figura 6: Imagem Google Maps Brasil. Localização dos municípios do Sudoeste do Paraná atingidos pelas águas da barragem de Salto Caxias<sup>144</sup>.

Nas narrativas dos reassentados percebemos as fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais atravessadas por eles cotidianamente quando buscam as cidades. Temos destacado que estas fronteiras não separam os lugares ocupados pelos reassentados dos moradores das cidades, afinal, os territórios reconstruídos estão além desta divisão física e as suas reconstruções se dão tanto no reassentamento quanto nas cidades. Para fundamentarmos

<sup>142</sup> CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade**: Experiências de Viveres Urbanos Uberlândia 1938–1990. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A partir das imagens referendadas nas memórias de moradores com mais de 50 anos e que presenciaram a atuação de políticas de transformação do espaço urbano de Uberlândia, a obra apresenta, por um lado, os poderes do mercado modeladores do espaço, a partir de ideologias de propagandas e políticas. Por outro lado, a autora apresenta outros espaços da cidade e mesmo os lugares da memória produzidos pelos políticos e empresários locais. Estes lugares, como constam nas memórias dos trabalhadores, muitas vezes sofrem o processo de lembranças e esquecimentos, marcados pelas forças envolvidas e mapeadas pela autora diante das diferentes imagens dos lugares sociais.

<sup>143</sup> Idem, p. 26.

<sup>144</sup> De acordo com: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=il>. Acessado em 05 de agosto de 2008.



15.803 habitantes. De acordo com dados do IBGE/Ipardes, aproximadamente 17% da população cascavelense vive em situação de pobreza. Já os corbelienses nesta situação contabilizam, aproximadamente, 24% da população. A produção econômica de Corbélia divide-se entre: 70% do Valor Adicionado à Produção Primária; 22,2% à Indústria; e 7,6% ao Comércio/Serviços. Já a produção econômica de Cascavel divide-se no seguinte percentual: 22% do Valor Adicionado destinam-se à Produção Primária; 29,4% à Indústria; e 53,4% ao Comércio/Serviços. A Produção Primária de ambos os municípios relaciona-se à hierarquia de toneladas colhidas no cultivo da soja, do milho e do feijão, na respectiva ordem<sup>148</sup>.

Ainda a respeito das condições sociais e econômicas destes municípios, importante destacarmos que Cascavel possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,810 e um grau de urbanização em torno de 93,20% da população. Já o IDH de Corbélia é de 0,767, com grau de urbanização de sua população em torno de 79% dos habitantes<sup>149</sup>.

O impacto social e econômico dos reassentamentos nesses dois municípios foi significativo. Além do São Francisco, foram estabelecidos no município de Cascavel os reassentamentos Barater e Refopaz. Os três, juntos, totalizam 450 famílias e representam um aumento de aproximadamente 15% no número de propriedades rurais do município. Este dado reflete as transformações que os reassentamentos trouxeram à região. Baseados nestes números e no impacto material e simbólico que o processo de reassentamento causa à região e aos moradores deslocados, acreditamos que temos uma justificativa para a realização de um estudo voltado aos deslocamentos populacionais, às lutas de movimentos sociais e de indivíduos por terra, da redefinição de novos territórios, relações de trabalho e estudos identitários.

Os dados acima demonstram parte da estrutura urbana sócio-econômica dessas cidades. São importantes ao apresentarem, por um lado, a proximidade econômica e social entre Corbélia e Cascavel e, por outro, a desproporção dessas cidades quando comparados os números de habitantes. Esta diferença foi percebida pelos moradores quando narravam seus usos das cidades. Os desafios da inserção nestes lugares foram destacados nas entrevistas e demonstram como Corbélia e Cascavel foram disputadas na construção de territórios pelos reassentados.

---

<sup>148</sup> Idem.

<sup>149</sup> Idem. A diferença entre o IDH dos municípios de Corbélia e Cascavel deve-se, principalmente, à diferença entre os PIBs destes municípios. A respeito dos critérios utilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) para determinar o número de habitantes que vivem em situação de pobreza, foram levados em conta, de acordo com o próprio Instituto: pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2. Os dados referentes à situação de pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das tabulações especiais feitas pelo Ipardes.

Em certas entrevistas, a inserção nestas cidades foi descrita como uma das necessidades para o desenvolvimento das atividades cotidianas no reassentamento. Ao destacarem o que esperavam encontrar nas cidades, os entrevistados não deixavam de retratar a própria construção do São Francisco de Assis.

Seu Pedro foi um dos presidentes da CRABI no decorrer do processo de reivindicações e posterior escolha do local onde seria instalado o reassentamento. Ele pôde contribuir para a construção de um ideal defendido pela maioria. Sobre o local, ele o representou como ideal: “*Não, mas eu, desde quando eu vim olhar pra ver se era uma fazenda só aqui, eu já vi que tinha [condições], se o cara não sobrevive aqui, não sobrevive em lugar nenhum*”<sup>150</sup>

Um dos motivos da escolha das terras da fazenda Flamapec para a construção do reassentamento foi a sua localização, próxima a Cascavel e Corbélia. Essa escolha foi planejada e dependeu das disponibilidades apresentadas pela Copel, mas os moradores também tiveram a possibilidade de escolher entre as “fazendas” apresentadas:

Quando os cara da Copel fecharam, lá... Com os fazendeiros, que era nossa, que era pro reassentamento, antes eu já vinha aí quase toda a semana dar uma olhada, antes deles nem começar medir, eu já vi, aí, eu já ficava de olho, até pra começar aí, isso era uma coisa pra dar certo, eu e o compadre ali, o [Cornélio Biassini], ele não tinha carteira [de motorista] e eu morava em Catanduva e ele veio ali pra olhar a fazenda que a Copel tinha comprado, eu já conhecia e ele não, ali em baixo daquelas águas tinha um cocho que era dos fazendeiro, é... Grande, ele tinha uns 30 metros por 2 metros, daí nos chegemo lá na cidade, peguemo a marmita, isso era cedo pra vim, chegemo lá na estrada, peguemo um caminho pra vim, por ali, e não era reto ali tinha umas curva ali, e daí tinha aquele cocho d’água, e lavemo, isso era quase meio dia, sentemo ali, almocemo, e eu falei: *olha rapaz, eu não quero mais nada, eu quero dessa estrada pra cima aqui*, mostrei meu sítio aqui! Eu nunca, não, sabe, ninguém sabia onde que era, nada...<sup>151</sup>

Tomando por base o sistema de distribuição de terras adotado pela Copel (sorteio entre os reassentados<sup>152</sup>), sabe-se que a escolha acertada de seu Pedro, de fato, foi uma coincidência. O entrevistado procurou diferenciar-se de muitos moradores por já ter experiência com a lida da terra e na administração dos negócios da família, no caso, a serraria do pai. Teria trabalhado com ele na juventude, na mesma região do Sudoeste de onde teve que

---

<sup>150</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>151</sup> Idem, ibidem.

<sup>152</sup> De acordo com seu Pedro e outros entrevistados, apesar de haver a política de se manter, dentro do possível, as vizinhanças de acordo com as que formavam as comunidades atingidas, a distribuição dos terrenos dentro da comunidade se deu por sorteio.

sair durante o processo de submersão das terras e esta experiência lhe deu autoridade para representar outros moradores na escolha dos lotes.

Conversar com seu Pedro nos ajudou a perceber que, além de sua experiência em saber escolher as terras, a sua propriedade foi também sonhada e conquistada e que a cidade está presente nesta conquista: *imaginava* [em referência à qualidade das terras escolhidas pela comissão da qual fazia parte, onde hoje se localiza o reassentamento], *porque tinha uma noção que era perto de Corbélia, perto de Cascavel, cidade grande*<sup>153</sup>. Mas, esta expectativa não era apenas dos membros da comissão que “escolheria”<sup>154</sup> as terras.

Durante as palestras organizadas pelo GEM-CX, em junho de 1994, boa partes das discussões giravam em torno dos possíveis lugares a serem escolhidos para os reassentamentos. Isto está materializado em uma pergunta destinada ao palestrante da CESP, o senhor Osni Ricardo de Jesus Campos:

**Pergunta:** Dra. Regina, gostaria de saber um pouco dessa história de reassentamento perto do reservatório. A CESP se preocupa mais em áreas para reassentamento.

**Resposta:** Perto do reservatório do que, no mesmo município? Aqui, na área de Salto Caxias, há uma preocupação em não ficar perto do reservatório. A pessoas têm preocupação em mudanças climáticas e por uma série de questões não querem ficar perto do reservatório. Como é na CESP? O pessoal queria ficar perto do reservatório?<sup>155</sup>

Como percebemos, os exemplos de outras hidrelétricas construídas pela CESP, assim como outras da Eletrobrás, serviram de base para as propostas dos futuros reassentados. A pergunta remetia a uma das principais dúvidas dos reassentados: onde ficariam? E ela já estava composta de uma afirmativa, a de que os moradores reassentados representados pela CRABI pressionariam a Copel nesta escolha.

Seu Pedro durante o processo de “escolha” do lugar do reassentamento o fato de ali estar próximo a Cascavel, com uma importante estrutura regional, e de Corbélia, com seu acesso facilitado, devido ao seu porte, relativamente parecido com as cidades de onde saíram os reassentados. Isto tudo contribuiu, de acordo com nossos entrevistados, na construção de um lugar onde qualquer um poderia viver com tranquilidade. A cidade era vista positivamente, necessária para esta “sobrevivência”. São conquistas que, de certa forma,

---

<sup>153</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>154</sup> Seguirmos com a perspectiva de que as terras foram escolhidas, pois não atentamos para uma pesquisa que se detivesse em possíveis jogos de forças - políticas e econômicas - que desta maneira interfeririam na indenização das áreas que compõem hoje o reassentamento.

<sup>155</sup> Seminário de Reassentamento. Grupo de Estudos Disciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - GEM-SX, p. 26. Acervo pessoal de seu Pedro Rocha, morador do Reassentamento São Francisco de Assis.

foram alcançadas com a vinda para o São Francisco de Assis e dificilmente seriam efetivadas durante toda uma vida de trabalho na região onde viviam antes de migrarem para o reassentamento.

Na construção do local, a cidade pode significar facilidade, mas também ameaça. A industrialização, presente nas cidades, não está presente no reassentamento. Exatamente por esta falta, as ofertas de empregos na cidade significam para dona Ivani uma ameaça. O emprego advindo da agroindústria garantiria para ela a fixação de sua família no reassentamento. Numa postura crítica às lideranças locais, a entrevistada defende a instalação de indústria no reassentamento: *é porque se tiver uma indústria aqui no reassentamento, o pessoal do reassentamento inteiro vem trabalhar*.<sup>156</sup> Enquanto a administração local não trouxer estas empresas, ocorrerá o êxodo para à cidade. Mas, se para dona Ivani a cidade também é ameaça, para Adilson, assim como para seu Pedro, ela apresenta possibilidades de transformação.

Mesmo Adilson, tendo opinião semelhante à de sua mãe quanto à carência de emprego no reassentamento, usa de uma linguagem técnica ao afirmar os significados positivos de Corbéia e Cascavel para o futuro do local. Não culpa a cidade ou a especulação imobiliária e nem os fazendeiros. Com um olhar de “especialista”, discorre sobre como seria o reassentamento se a administração aproveitasse melhor as cidades:

[...] Então, tem pessoas aí que tem uma receita grande porque investiu dinheiro sete anos atrás. Só que para comprar um sítio aqui dentro, tem que tirar toda esta receita que ele tirou em sete anos [*para ele, a grande maioria dos reassentados não acumulou capital para adquirir terras de outros moradores reassentados interessados em vender as propriedades*]. [...] Geralmente vai vender pra um de fora, Corbéia, Cascavel, algum de fora aí. Isso foi o que, uma consequência de uma má gestão de lideranças, porque a CRABI poderia existir hoje e quanto tempo quisesse. Era só ter interesse político das próprias associações aqui internas, de pessoas competentes com habilidades pra trazer algo pra cá, que nem essa idéia de projetos que eu tenho pra aqui dentro, era isso a função da CRABI fazer, não, eu fazer? Era isso a função da CRABI fazer, trazer projetos de indústrias familiares, projetos de não sei o que lá...[*apesar da expressão ‘sei lá’ não significa que durante a entrevista Adilson não apontasse estes projetos*].<sup>157</sup>

Ou seja, somente o cultivo das terras não garantiria emprego para todos, pois há carência de agroindústrias, de mão-de-obra para o trabalho familiar. Para Adilson, o

---

<sup>156</sup> MORAIS, Ivani de, op. cit. Ainda é válido informar que, neste trecho da conversa, Dona Ivani e seu filho Adilson falavam da possibilidade do reassentamento transformar-se em um latifúndio, pois consideravam os riscos de que nos próximos 10 anos a maioria das pessoas já teria vendido suas terras a fazendeiros de Corbéia.

<sup>157</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

reassentamento deveria contar com indústria porque, na opinião dele, isso evitaria o endividamento dos produtores e o êxodo rural.

Na obra de Giulio Argan<sup>158</sup>, a *cidade real* é estudada a partir da *cidade ideal*. A cidade é lida de diversas maneiras por seus moradores diante das suas percepções do fenômeno da urbanização. A obra referida nos leva a pensar no reassentamento “ideal”, expressa por diversos entrevistados, cada um conforme suas expectativas.

Seu Pedro destaca, ao enaltecer o local escolhido para a construção do reassentamento, as facilidades de estar próximo a Cascavel, pois vê nisso a possibilidade de garantir a o turismo rural e de uma boa produtividade das lavouras. Já Adilson traz nos projetos de beneficiamento e venda da produção agrícola, a importância de estar próximo à estrutura das cidades. Dona Ivani, por sua vez, destaca o desemprego para lembrar que as possibilidades de trabalho encontradas nas indústrias de Cascavel deveriam estar presentes ali no reassentamento. De certa forma, ao se falar do reassentamento “ideal”, fala-se também da relação “ideal” entre reassentamento e cidade e da possibilidade de uma maior urbanização/industrialização no próprio reassentamento.

Os moradores reassentados não sonharam em morar na cidade, mas, a partir do reassentamento, estabelecer relações, se beneficiar dela e inserir-se nela.

Assim, fica evidente o sentimento de conquista do espaço nas memórias dos reassentados. E mais, ainda a existência de diferentes reassentamentos “ideais”, alguns em disputa. Esta conquista da cidade é vista como um elemento que atesta o sucesso de alguns entrevistados. Era uma resposta a uma pergunta produzida indiretamente, mas que parecia enfatizar, no geral, que as coisas deram certo. A idéia de comunidade é atribuída às conquistas da maioria. A própria relação entre campo e cidade, ou aqui em específico, do reassentamento com Corbélia e Cascavel, confirma a vitória, pois, para muitos, conquistar as cidades é sinônimo de uma conquista pessoal dentro dos novos viveres de todo processo de reassentamento pelo qual passaram. Os que ali estão são vistos como vencedores. Aos vencedores existe a oportunidade de usar as cidades.

Quando lemos a obra *As Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, nos provoca o fato de suas cidades não se explicarem pela materialidade, apenas. As “Venezas” que permeavam a descrição do narrador contavam, entre suas metáforas, a da cidade de Zobeide, sonhada e surgida desse sonho coletivo<sup>159</sup>. A cidade sonhada pelos homens não fora encontrada, mas o encontro dos que a sonharam motivou a construção de outra cidade. Uma “cidade armadilha”

---

<sup>158</sup> ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>159</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003. p. 48

feita para quem chegava de fora e não havia sonhado com ela. No lugar onde desaparecera a bela mulher sonhada, uma muralha fora erguida e os muros impediriam fugas. Nenhum morador nunca viu a mulher e a cidade nasceu de um sonho coletivo.

A materialidade, antes de ganhar forma, foi sonhada e disputada por moradores do reassentamento. Por isso, o reassentamento sonhado pode ser percebido exatamente na materialidade que encontramos no São Francisco de Assis e na sua proximidade com as atividades cidadinas. Esse sonho não se esgotou e quando moradores como Osíris lembram de sua trajetória, destacam seus sonhos e a luta para construí-los. Nas memórias do reassentamento, ele estende-se pelo menos até Corbélia e até Cascavel e, ao ser sonhado, tem suas fronteiras estendidas.

### 3.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE CORBÉLIA E CASCAVEL: A CIDADE GRANDE ASSUSTA?

[...] Pra mim Cascavel sempre foi referência. Mas, eu vou dizer uma coisa, tem pessoas, na verdade nós viemos de municípios pequenos, tem o cara que nasceu, se criou, passou sua infância toda em município pequeno, quando ele chega num lugar grande, numa cidade grande, o trânsito pra ele já é um caos. Dirigir, pra dizer a verdade ele nem dirige, em Cascavel nem dirige. Tem pessoas aqui que vai de carro até na entrada, deixa o carro e pega a lotação, não se atreve a dirigir...<sup>160</sup>

De acordo com Roncayolo<sup>161</sup>, os estudos sobre a cidade pautam-se em duas origens clássicas. Uma é a que está ligada ao evoluir da cidade no local e à situação que surgiu. A outra é a que se baseia na biologia, com a comparação da cidade com um corpo. Determinismo físico ou biológico. Determinismo que não abrange todo o fenômeno da urbanização, pois, segundo o autor, a interpretação da cidade está em relação mais ou menos estreita com um espaço que não se pode resumir a um conjunto de objetos urbanos, mas às relações sociais que ali ocorrem. Transitaremos entre estas abordagens ao nos determos em como Corbélia e Cascavel são importantes aos viveres do São Francisco de Assis.

Estar localizado entre Corbélia e Cascavel, ou então, próximo de Corbélia, ou próximo de Cascavel, não deixa de ser uma questão do lugar do qual se observa. E aqui assumimos o lugar por nós ocupado, pois, como já adiantado, também temos nestas cidades um território.

---

<sup>160</sup> DANTAS, op. cit.

<sup>161</sup> RONCAYOLO, M. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v. 8.

O observador pode seguir um dos caminhos. No nosso caso, foi decisivo para o recorte do trabalho o fato de morar em Corbélia e presenciar a chegada do reassentamento. “Delimitado” nosso “objeto de estudo”, restaria então responder: deveríamos entender a cidade por meio das funções e atividades da população? E, entender esta suposta funcionalidade explicaria as relações sociais e significados que os reassentados constroem em relação às cidades? A diferença entre o “tamanho” de Cascavel e de Corbélia daria respostas às escolhas dos moradores por uma ou outra cidade quando constroem seu território?

Os reassentados percorrem as ruas e avenidas desses lugares, contam com estas estruturas para consumir e isso já indica como os sujeitos relacionam-se com a própria materialidade lá, no reassentamento. Na cidade se gasta parte das rendas conseguidas no trabalho com a terra e demais atividades realizadas no São Francisco de Assis. Alguns filhos de reassentados moram ou trabalham nas cidades. E não só isso, o fluxo, o deslocar-se em ruas inicialmente desconhecidas, a procura pela infra-estrutura destes locais, as suas funções, são maneiras de se explicar a cidade e assim explicar parte dessas histórias de vida.

Na obra *Imagem da Cidade*, Kevin Lynch<sup>162</sup> trabalha com o *design* das cidades. Nesta obra, a cidade seria uma arte temporal, não controlada como outras artes. Para ele, os cientistas empenhados na organização da urbs, políticos, urbanistas, arquitetos, por exemplo, não teriam como, através de políticas urbanas, deter o poder do controle total dos viveres citadinos. Esta arte temporal não pode ser alcançada, a priori, com políticas urbanas, mas apenas no uso da própria cidade. A impossibilidade desse controle expressada pelo autor nos alerta para a importância do estudo da cidade através dos usos que as pessoas fazem dela. Afinal, se compreendemos as políticas urbanísticas e seus significados para ordenação das atividades cidadinas, também consideramos como os sujeitos alcançam de modo diferenciado a percepção destes locais.

Ainda de acordo com Lynch, a compreensão das narrativas dos usos e disputas pela cidade é o caminho para compreendermos mais sobre ela, e no nosso caso, sobre a inserção dos reassentados nelas e no próprio reassentamento. De diferentes maneiras, o contraste entre as cidades de origem dos migrantes e o movimento de Cascavel demonstra como o território precisa ser reconstruído diante do desafio da conquista dessa cidade.

O reassentamento São Francisco de Assis pertence política e administrativamente a Cascavel, e foi dessa cidade que se passou a cobrar a infra-estrutura necessária para a existência do reassentamento. Afinal, era dali e para ali que se passou a votar e, esse passou a

---

<sup>162</sup> LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ser o endereço indicado quando se faz um crediário ou, ainda, quando se tinha que descrever o local de moradia. Conhecer a funcionalidade da cidade é um pouco da busca de seu Alcideo ao responder sobre os usos que faz desse lugar:

[...] Olha, as duas. Tanto Corbélia quanto Cascavel, até hoje continua assim, pra comprá, a gente faz em Corbélia.

[...] Ali em Corbélia, porque é mais prático. Assim a gente se sente mais à vontade e a gente vai todo dia.

[...] É, pra dizer bem a verdade, eu tinha até problema pra poder fazer documento de carro, ao consegui fazer no começo porque morava em Cascavel, pagava a luz em Corbélia, daí o departamento lá, por eu morar em Cascavel e pagar luz em Corbélia, daí não daria então...

[...] Hoje uso mais Cascavel. Mas eu tenho meu carro emplacado em Corbélia, a moto do meu filho emplacada em Corbélia, eu comprei em Cascavel, mas eu comprei nova pra ele, mas daí eles tiveram que dar documentada, eles pegaram e levaram ela pra Corbélia, fizeram por ali os documentos, por ali não saía.<sup>163</sup>

Conhecer as cidades significa conhecer a estrutura regional, as hierarquias urbanas das quais escreve Roncayolo<sup>164</sup>. Comprar carro e moto e emplacá-los, ter uma fatura de energia elétrica para comprovar moradia quando se faz aquisições ou se procura as instituições financeiras. Os entrevistados destacam a importância de se dizerem moradores de um município. Pertencer a um município, ao mesmo tempo remete ao uso que se faz dele. Se Cascavel apresenta opções de maquinários, Corbélia, por ser menor e menos movimentada, destaca-se pela facilidade e praticidade para chegar até o comércio.

Uma vida, pelo que nos alerta seu Alcideo, diferente daquela que viveu com seus dois filhos e esposa no Mato Grosso e no Paraguai. Quando se reportava às dificuldades que passou nesses lugares, o entrevistado apresentou o porquê de eles aceitarem passar por dificuldades para se estabelecer no reassentamento. Precisaram comprovar aos demais moradores que contribuiriam dali em diante com a associação e enfrentaram desconfiças. Nesse período, também sofreu com os questionamentos da Copel, pois sua situação, de comprador de terras ali, não estava prevista nos relatórios desta instituição. A princípio, a negociação de terras no reassentamento estava proibida, mas eles conseguiram ser considerados pelo Estado reassentados, pois receberam o aval da associação de moradores e a negociação das terras foi aceita em uma assembléia. Não menos significativo foi demonstrar para moradores das cidades vizinhas que não eram assentados. Então, as cidades também compensariam estas dificuldades iniciais.

---

<sup>163</sup> VOESE, Alcideo, op. Cit.

<sup>164</sup> RONCAYOLO, op. cit.

Seu Alcideo e dona Ana compraram uma terra produtiva, mas também compraram um lugar próximo à rodovia, de onde teriam acesso facilitado às cidades vizinhas. Das cidades provém parte das conquistas que buscaram durante toda uma vida de migrante.

Nessas cidades, as avenidas e os pontos de encontro multiplicam-se à medida que se desvendam os lugares. As pessoas têm que se ambientar em um outro lugar, angústia parecida com a que encontramos na obra *Carne e pedra*, de Richard Sennett<sup>165</sup>. Ao apresentar uma cidade da Inglaterra, a “*nova Roma*”, o autor destaca como as cidades, enquanto categorias historicamente construídas, receberam através da administração e da urbanidade uma preocupação maior com as suas funcionalidades. As cidades modernas foram, então, comparadas pelo autor a um corpo, mas agora na modernidade, a um corpo passivo. Possivelmente Cascavel, considerada pelos entrevistados como uma cidade grande, denote essa aparência de um corpo passivo devido às suas artérias, ou seja, ao movimento das avenidas e a pressa dos passageiros que se dirigem aos terminais de ônibus.

Estas características do cotidiano trabalhadas por urbanistas e arquitetos foram refletidas por Sennet. As marcas no desenho e funcionalidade das cidades seguiria a maneira como a tradição iluminista pensou o corpo, de maneira individual. De tal modo, ruas e avenidas, artérias e veias modernas, representariam a velocidade e conforto, modos de interagir com a cidade e que leva as pessoas a se desvincularem do contato, da própria observação crítica da paisagem.

Seu Alcideo narra seu contato com Corbélia e Cascavel, tecendo diferenças entre elas, resumidas na frase:

[...] Bem mais fácil [*em relação à adaptação e locomoção em Corbélia*], quando nós chegamos aqui, daí logo também na semana nós fomos em Corbélia, conhecer a cidade logo, que aqui é bem mais fácil, uma que é bem mais fácil.<sup>166</sup>

Mais à frente da conversa, ele destaca Corbélia também enquanto um lugar mais fácil de se fazer amigos: *mais fácil, tanto é que a gente vai na igreja em Corbélia*. Esse receio diante dos desafios impostos pela cidade “grande” separa viveres de Corbélia e Cascavel. Como veremos a seguir, os próprios moradores de Corbélia convivem com esta diferença.

Quando conversamos com Maico, 27 anos, morador de Corbélia, pudemos entender melhor as relações entre moradores de cidades da região de diferentes dimensões e

---

<sup>165</sup> SENNET, Richard. **Carne e pedra**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

<sup>166</sup> VOESE, Alcideo, op. cit.

hierarquias, bem como entre estes e os moradores do campo que vão para as cidades. Chegamos nessa questão exatamente quando o entrevistado lembrava-se do tempo de escola, quando estudava com moradores do reassentamento, em Corbélia. Ele afirma lembrar-se de brincadeiras entre alunos *da cidade* com os alunos *do sítio* que vinham estudar ali na cidade. Lembrou-se da hora em que os alunos do interior esperavam o transporte para casa, entre eles os reassentados, momento de chacotas até a chegada do transporte coletivo (lotação). Mas, Maico disse que as brincadeiras eram feitas entre amigos e que não havia preconceito. Ele se inseria entre os moradores do centro da cidade e não entre os moradores do sítio, os *outros*.

Se este exemplo nos ajuda a entender melhor os viveres de Corbélia, já nos ajuda, no mesmo sentido, a compreender mais as dificuldades cotidianas que encontraram os reassentados nessa cidade.

O exemplo de Maico interessou à nossa pesquisa por já conhecer parte de sua trajetória. Em sua entrevista, lembrou que também foi alvo de brincadeiras do mesmo tipo, quando se mudou para Cascavel e para Foz do Iguaçu para estudar. Disse que em Foz do Iguaçu as brincadeiras se limitavam ao ambiente entre amigos e diz que não se importava com elas. Já sobre as que ocorriam em Cascavel, demonstra certa mágoa, pois as brincadeiras vinham de professores do cursinho pré-vestibular. *Eles falavam que em Corbélia no lugar de quebra-mola, tinha um placa escrito “Oh”*.<sup>167</sup>

Nessas chacotas está imbricada a problemática da construção de alteridades e de estigmas. Para este morador de Corbélia, a inserção em Cascavel significou passar por brincadeiras depreciativas, motivadas por ele morar numa cidade pequena<sup>168</sup>. Mas, vimos que ele também se utilizou das mesmas brincadeiras com os alunos que vinham do interior para estudar em Corbélia. Isto é importante para refletirmos a inserção dos reassentados em Corbélia e em Cascavel. Percebemos aqui como a atribuição de identificações depende das relações e situações vividas no contato com o “outro”.

Explicamos: a “mágoa” de Maico, considerado uma pessoa “do sítio” em Foz do Iguaçu e Cascavel, poderia ser comparada com o possível ressentimento vivido pelos moradores reassentados, em Corbélia e Cascavel. Nessa perspectiva, se utilizarmos uma

---

<sup>167</sup> ALDEBRANDE, Maico José. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 28 jul. 2008. Ironicamente, o significante de *Oh* lembraria o sinal sonoro de comando de animais de tração, numa referência ao fato de moradores do interior não estarem adaptados ao movimento das avenidas da cidade.

<sup>168</sup> Ao adotarmos esses termos (pequena e média cidades), acreditamos que estas classificações estão relacionadas ao universo social e cultural dos moradores, que as classificam de uma ou outra maneira. Da mesma forma, conceitualmente, seguimos a perspectiva que entende o porte das cidades de acordo com as características da rede urbana que estas cidades estão inseridas, não considerando apenas o seu percentual de habitantes, mas as estruturas e funções que disponibilizam aos transeuntes e moradores.

questão de hierarquia urbana e atentarmos à funcionalidade desses lugares, perceberemos que isso se deu em graus diferentes. Se Cascavel representa, para muitos reassentados, a cidade grande, e Corbélia, a cidade pequena.

A inserção dos reassentados intensificou-se primeiramente em Corbélia. Isso nos foi explicado nas entrevistas, afinal, Corbélia parecia com as cidades de onde vieram, cidades pequenas. A distinção nesta situação é associada à diferença entre o porte das cidades e nesta comparação os visitantes de cidades “menores” são reconhecidos como portadores de uma espécie de cultura do “interior”, que facilitaria para muitos a aproximação e o convívio.

Ir de uma cidade “pequena” para uma “grande” tem um significado próximo ao de ir do campo para a cidade? Às vezes. Nas diferentes escalas, as relações sociais são permeadas pelo preconceito contra o homem rural. Diferentemente do sentido que o termo *colono* estava sendo apresentado nas entrevistas, aqui, ele ganha um tom preconceituoso e está associado ao ignorante, ao caipira, ao que não é urbanizado.

Todavia, nas memórias desta chegada os receios se dão em diferentes níveis. Não é uma regra, pois os reassentados lidam com o desafio de conhecer a cidade de diferentes maneiras, mesmo porque este receio precisa dar lugar a novas experiências citadinas. Sobre como foram vistos pelos moradores locais, nos diz Adilson:

O pessoal falava Flamapec. Ficava curioso, *mas o povo ser da Flamapec, mas lá o pessoal é sem terra e não sei o que?... O pessoal avacalhava muito mesmo, ali em Corbélia mesmo, eu estudei o segundo grau em Corbélia, os colegas lá que estudavam comigo avacalhavam comigo 24 horas. Chegava o sem terra e não sei o que e não sei o que. E a gente explicava, não é sem terra....*<sup>169</sup>

O tom da resposta pode sugerir a interpretação de que essas brincadeiras poderiam ter causado no entrevistado certo desconforto ao lidar com moradores de Corbélia e de Cascavel. Mas, sua visão sobre o significado destas cidades destaca outras relações na e pelas cidades: “Não, porque a cidade grande de Cascavel já tinha mais de 200 mil habitantes, então não tinha porque, você tava lá, era uma pessoa normal, é claro se você chegava numa loja e falava: *assim, você é da onde?*”<sup>170</sup>

Diferente do que poderia se esperar, no seu caso, Cascavel não era envolta em sentimento de medo ou receio. Cascavel não assustava com seu movimento, pois ali, devido ao fluxo de pessoas, seria mais difícil discernir quem era *sem terra* ou agricultor. A multidão

---

<sup>169</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

<sup>170</sup> Idem, ibidem.

ajudava a não ser reconhecido e isto traria maior liberdade na lida com a cidade. Também não havia apresentava a possibilidade de ser confundido com sem terra, situação desconfortável vivenciada pelos reassentados em Corbélia. Não foi a aversão ao movimento de Cascavel o fator que influenciou Adilson a escolher a qual cidade recorrer diariamente. Foi a facilidade de deslocamento e distância entre o reassentamento e Cascavel que influenciou uma maior frequência das visitas ao centro urbano de Corbélia:

**Pergunta:** Que cidade o senhor usava mais, Corbélia ou Cascavel?

**Adilson:** Olha, as duas. Tanto Corbélia quanto Cascavel, até hoje continua assim, pra comprá, a gente faz em Corbélia.

[...] Bem mais fácil [*refere-se à comparação entre utilizar o espaço urbano de Corbélia em relação a Cascavel*]. Quando nós chegamos aqui, daí logo também na semana nós fomos em Corbélia, conhecer a cidade logo, que aqui é bem mais fácil, uma que é bem mais perto <sup>171</sup>.

Adilson precisa da cidade, ou ainda, necessita conhecê-la para agilizar o trabalho na sua propriedade e para trazer futuros empreendimentos para o local. Sua proposta de investir na agricultura familiar faz com que valorize mais ainda as relações com a cidade. Quando conversávamos, e isso já foi trazido no primeiro capítulo, ele se dizia preocupado com uma questão geracional na política local. Ele faz parte, segundo sua opinião, de uma juventude mais preparada para os desafios do campo. Valoriza o campo, mas um campo conectado com a cidade, moderno, e seus estudos e sua visão técnica enxergam no trabalho familiar, voltado ao cultivo para o mercado, de produtos que ganham a cadeia do agronegócio, a solução para um futuro seguro e rentável para o reassentamento. O próprio fato das pessoas permanecerem ali está associado, segundo ele, a projetos. Nestes projetos o conhecimento da funcionalidade de Cascavel e Corbélia, e da própria região, se demonstra fundamental. Uma pessoa que pleiteia um cargo político no reassentamento, como Adilson, possivelmente deve apresentar-se como alguém preparado para buscar nas cidades as necessidades cotidianas do local.

Nessa abordagem, também destacamos as fisionomias das cidades com a proposta do progresso, o estilo de vida, gírias e sotaques. O próprio modo de se vestir aponta, em certas situações, quem é considerado “de fora”. Seja admitindo o preconceito para com moradores do interior, seja questionando a funcionalidade do corpo da cidade, tratamos de fisionomia. Isso não significa que antes se vivia num campo isolado da cidade e nem que o movimento citadino cause, necessariamente, pânico nessas pessoas. A comparação do antes com o agora

---

<sup>171</sup> Idem, ibidem. Os reassentados enxergam no “agronegócio” - entendido como a tecnificação do campo e melhor comercialização de seus produtos- a evolução para um futuro seguro e rentável para o reassentamento.

faz parte da construção narrativa e possibilita mais interpretações. Seu Vilmar descreve sua relação com a cidade de Boa Vista e, agora, com Cascavel:

[...] Era 11 quilômetros da divisa. Esse lugar que eu falo, nos morava num barranco, então se a gente atravessasse pro outro lado, tava no município. Mas se a gente quisesse ir pra sede do município[Boa Vista] era 30 e poucos quilômetros.

[...] Ia só quando precisava alguma coisa, documentação, prefeitura. Daí tu tinha que subir, qué vê, três quilômetros a pé, estrada de pedra, né, pedreira, ir lá esperar a lotação que passava no Alto Palmares, mais no alto, lá em cima, e daí pegar a lotação e fazer 30 quilômetros até a sede do município.<sup>172</sup>

Quando questionado se já conhece Cascavel, hoje responde:

[...] Já. Eu trabalhei pra associação, né, seis anos, e a associação tinha um Toyota que puxava o pessoal, né. Então, era negócio de banco, loja, farmácia e tal, assistência na saúde, daí precisava ir por tudo, depende o problema que a pessoa tinha, tinha que ir pra determinado lugar, né. Então, hoje eu sei tudo ali dentro, CREA, Posto Central, PAC I, PAC II...<sup>173</sup>

Vilmar dirigia em Cascavel e para tanto precisou conhecer as ruas, as avenidas e os fluxos desse município. Ali dentro, precisava conhecê-la e ao conhecê-la desenvolvia papel importante dentro da administração do reassentamento. Mas, sua concepção de cidade vem da infância e esta construção contrasta com os viveres de hoje. Para ele, um ex-morador de Boa Vista, antes da vinda para o reassentamento, ir à cidade era uma atividade rara. Percorrer os 30 quilômetros entre sua casa e o centro de Boa Vista foi destacado como um sacrifício.

Percorrer esses lugares significou, para seu Genivaldo, uma afirmação de vida. E foi caminhando que os moradores reassentados conheceram Corbélia. E conheceram Cascavel, onde o tempo necessita ser aproveitado de outra maneira, pois o ônibus de volta para casa tem hora marcada e se deslocar nas ruas sem conhecê-las requer mais tempo (os entrevistados destacaram dificuldades, principalmente no primeiro ano no reassentamento, em estacionar e dirigir em um trânsito mais intenso, chegar numa loja e abrir um novo crediário).

---

<sup>172</sup> ALVES, op. cit.

<sup>173</sup> Idem, ibidem.

A “conquista” de Cascavel foi uma das mudanças de maior destaque na trajetória de vida narrada pelo seu Genivaldo. Já o ato de caminhar<sup>174</sup> se demonstrou significativo para seu Agenor:

Você fica perdido [*em relação a Cascavel*], tem que ir num lugar que você não conhece. E até porque Corbélia, apesar de ter muita gente que conheço, é uma cidade acolhedora, né cara, uma cidade, como se fosse parecida com a da gente. Lá, você chega, você deixa teu carro lá, não se preocupa.

**Pergunta:** Mas, nesses dez anos, faltam ainda alguns dias, já deu pra descobrir os lugares mais interessantes de Cascavel?

**Genivaldo:** Ah, com certeza!

[...] Pra conhecer melhor a cidade... Eu vou falar pra você, essa viagem, essa vinda pra mim foi um desafio.

[...] Imagina eu, em 1990, eu vim pra Cascavel comprar uma passagem pra minha prima ir pro Nordeste. Eu sou paranaense, mas a família tá no Nordeste. Vim comprar uma passagem pra ela visitar a falecida vó, que é a mãe dela também, né, e vim comprar uma passagem que naquela época era no início da rodoviária nova. A gente [...] daí eu vim do centro da cidade, de vez em quando eu passo de carro e nossa! Eu vinha marcando com galinho de árvore, né, marcando, *vou jogar aqui, por que como é que eu vou voltar?* No meio da rua pra atravessar aquele redondo da rodoviária ali, meu Deus do céu! Por isso que eu digo, foi um aprendizado. Eu pensava, *nunca vou conseguir chegar ali, de a pé já é difícil, imagina de carro*. Então, hoje eu já acho mais prático entrar de carro. Então por isso que eu digo pra você, dessa diferença do pessoal. Hoje agente já se vira mais, já dá pouca importância, com menos indiferença. O pessoal ali foi uma vez e acha... E aquela questão que a gente fala, é o racismo, né. O racismo, eu sempre falo, o racismo tá na própria pessoa. Imagino preto, eu, o preto, o branco, não tenho discriminação, é tudo igual, eu sempre falo, eu sempre digo, você já viu já preto rico casado com uma preta? Então, quem que tá fazendo o racismo? A mesma raça deles. E a mesma coisa é a gente aqui, as pessoas falam de discriminação... Não, não, não, não, não. O importante é andar na rua, andar de cabeça erguida, não ter rabo preso com ninguém.<sup>175</sup>

O racismo é confundido com a discriminação em relação aos moradores do campo. Mas, mais do que ser discriminado, na fala de seu Genivaldo temos a superação de um sentimento de medo em relação à cidade, de superação das dificuldades de inserção.

Essas imagens da cidade são construções dos sujeitos e as diferentes maneiras como são apropriadas indicam, novamente, as diferenças entre os sujeitos e como eles constroem

---

<sup>174</sup> A respeito das práticas que os sujeitos desenvolvem no cotidiano, ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. Com Certeau pretendemos a superação de uma visão estruturalista de se entender a cidade. O conceito de tática, lançado pelo autor para compreender as práticas dos sujeitos submetidos a estratégias do Estado, mercado, etc., serve à nossa problematização por nos permitir destacar a construção e conquista do espaço pelos sujeitos, em suas táticas cotidianas. As táticas, mais fracas de acordo com o autor que as estratégias, não possuem um lugar e dependem em certo sentido das estratégias. Todavia, por sua vez, possuem a seu favor o tempo. São cotidianas, repentinas e assim ultrapassam as estratégias passadas, por exemplo, pelo Estado. Cozinhar, ler, enfim, está para além de estratégias, por exemplo, o desafio e as conquistas que alcançara com o ato de caminhar por Cascavel.

<sup>175</sup> REIS, 25 jul. 2007, op. cit.

seus territórios. Conhecer a cidade era um sonho, um objetivo de vida e para alcançar esse sonho o entrevistado afirma não ter *baixado a cabeça*. Pelo contrário, sempre andou de cabeça erguida. As táticas para reconhecer os lugares ajudaram a dominar esse espaço. Hoje, já com o carro próprio, o desafio foi conquistado e seu Genivaldo já conseguiu dispor de ofertas e produtos que não encontraria em Corbélia. Doravante, pode passear pelas ruas dessa cidade e, no seu caminhar, se auto-realiza, pois como destaca, já conseguiu dominar um território que se estende para além de sua propriedade. Para tanto, não bastou apenas conhecer o sentido das avenidas ou ter mais prática com sinais de trânsito. Antes, fora necessário a auto-afirmação, vencer o desafio cotidiano.

Quando o entrevistado destaca ter vencido o desafio de se ambientar na cidade de Cascavel, também nos alerta indiretamente para o fato de muitos não terem alcançado este feito. E essa vitória pode ser traçada numa analogia com sua trajetória política. Na política ele também se auto-identifica como um exemplo, pois dentre as atribuições políticas que assumiu estava a necessidade de aprender com as dificuldades e não desistir diante da discriminação. Afinal, nos lembra que a discriminação estava nas próprias pessoas que temiam a cidade. De certa forma, a conquista da cidade explica sua atuação política na localidade. Quando diz que *hoje a gente já se vira mais*<sup>176</sup>, ele alerta para a dificuldade da maioria neste processo de reconhecimento e apoderamento dos espaços, ao mesmo tempo em que afirma que teria mais facilidade nessas questões do que outros do reassentamento, mesmo porque, para ser um bom administrador, era necessário compreender o espaço para onde foram deslocados.

Nas histórias de vida narradas por seu Pedro, Genivaldo, Vilmar, Osiris, Alcideo e Ivani, Adilson e Ana, o novo está presente na reconstrução de identidades. Seja no pavor de atravessar a cidade, na importância de se destacar sua conquista, seja quando se recordam das “brincadeiras” sofridas pelos que ali já viviam antes de sua chegada. As diferenças entre Corbélia e Cascavel e as características das cidades de onde saíram é importante. Mas a questão não se esgotaria na relação de hierarquia entre cidades. É na relação com os moradores de Corbélia e Cascavel que são reconstruídos modos de vida, comportamentos, expectativas, identidades e nesta dialética os reassentados estabeleceram novas relações com o meio e recriaram seus territórios.

Podemos, agora, destacar, e em seguida aprofundar a análise de narrativas sobre algumas características que dão significado a estas trajetórias nas cidades. Primeiro, o espaço urbano não está mais tão distante como antes, nas propriedades atingidas pelas águas do Rio

---

<sup>176</sup> Idem, ibidem.

Iguaçu (afinal, a mecanização das terras e a comercialização da produção são destacadas nas entrevistas enquanto uma melhora). Segundo, agora a facilidade de acesso à cidade é maior (vai-se à cidade para comprar maquinários, insumos, para gastar ou investir o dinheiro da produção). Terceiro, a cidade é construída e narrada pelo trabalho.

A legibilidade de sentidos que se tem de vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos demonstram em um todo, a orientação. Um aprendizado sobre a cidade, adquirido com o uso dela ou no devido tempo<sup>177</sup>. Percebemos nas entrevistas citadas que os reassentados procuraram um reconhecimento primeiro em Corbélia, cidade com um trânsito diferente de Cascavel, pouco movimentado, um espaço urbano não muito distinto do lugar de origem.

Duas ou três avenidas permitem que se chegue aos lugares mais procurados do comércio e voltados à prestação de serviços. E, é na complementação de atividades ligadas ao trabalho que essa procura se intensifica. Mesmo porque, é trabalhando que se aprende o fluxo da cidade, como o “corre-corre” diário e a procura por serviços e instituições (por exemplo, na compra de insumos, maquinários, comercialização da produção). Mas, a categoria trabalho é muito ampla e sua problematização permite uma reflexão da legibilidade da cidade de acordo com os grupos sociais que a ocupam.

### 3.3 O TRABALHO COMO DIFERENCIADOR ENTRE O ASSENTADO E O REASSENTADO

Nas ruas de Corbélia encontramos moradores do reassentamento. Eles as percorrem freqüentemente. No centro urbano encontra-se o mercado, as lojas, a agropecuária, a veterinária, a praça onde ficam os freteiros que levam os produtos adquiridos para as propriedades, a rodoviária de onde sai a lotação que passa em frente ao trevo de entrada do reassentamento. Esses lugares acabam contando muito do movimento gerado pelos reassentados. Nessa construção dos lugares, os reassentados se deparam com a necessidade de se apresentar, explicar de onde vêm e falar de suas trajetórias.

Até aqui insistimos em destacar como os reassentados se incomodam com o fato de serem tratados por assentados. Esta identificação (ser um reassentado) parece necessária à inserção nos laços de sociabilidade da cidade, pois propicia uma aproximação com determinadas formas de trabalho e de se encarar o próprio trabalho.

---

<sup>177</sup> LYNCH, op. cit.

Dizer-se um trabalhador<sup>178</sup> é uma das maneiras mais comuns dos moradores de Corbélia se apresentarem. Também é uma maneira de se identificar (e classificar) os visitantes, os novos moradores. Os reassentados não deixam de se auto-identificarem como trabalhadores, seja na organização do reassentamento, seja em Corbélia. Mesmo porque, quando se vai à cidade, normalmente se conversa e se negocia com pessoas que se dizem trabalhadora. Assim, nos momentos em que os reassentados chegam à praça da igreja e procuram serviços dos freiteiros, ou na hora de abrirem crediário no comércio local, podem ser vistos ou não como pessoas que honrarão o pagamento das futuras dívidas e contribuirão com o desenvolvimento do município.

Mas, além desta relação direta entre prestador de serviço e consumidor reassentado, outras discussões geraram e ainda geram, com menor intensidade, dúvidas entre os moradores de Corbélia sobre os reassentados. Essas dúvidas estão atreladas aos discursos sobre o trabalho.

Enfim, elaboramos quatro abordagens para destacar as maneiras como a categoria trabalho envolve a construção das práticas sociais de moradores de Corbélia e reassentados. Estes posicionamentos se complementam e serão aqui separados apenas por questão de análise. O trabalho será, então, estudado primeiro a partir da valorização do papel do “pioneiro” corbeliense; em seguida, a partir da perspectiva teórica do realce étnico, considerando a origem sulista de moradores; em seqüência, destacaremos as diferenciações nas narrativas entre os pequenos/médios agricultores com os *latifundiários* da região; e por último, o contato dos reassentados com os serviços oferecidos na cidade, necessários à reprodução econômica do reassentamento.

Estas reflexões sobre as relações de trabalho enquanto práticas mediadoras do contato entre reassentados e corbelienses nos ocorreu quando refletíamos os discursos sobre o pioneirismo em Corbélia. As famílias consideradas por parte da população local como pioneiras são lembradas quando se fala de terras, da agricultura, do desenvolvimento da cidade.

Os “pioneiros” são apresentados como responsáveis pelas transformações positivas. Se a safra é boa, o grande agricultor investirá no município, movimentará o comércio. Neste sentido, como boa parte das terras cultivadas na cidade são propriedades de algumas poucas famílias, falar de Corbélia, para muitos, é falar dessas famílias.

---

<sup>178</sup> E neste caso, dizer-se um trabalhador rural, ou ainda, proprietário ou ex-proprietário de terras.

As memórias da colonização do município as disputas e conflitos que influenciam na discussão sobre o São Francisco de Assis. Afinal, com estas questões sobre terra, trabalho, família e colonização, já estaríamos tratando do próprio reassentamento, pois uma das maneiras que se referem os moradores de Corbélia ao reassentamento deve-se ao uso daquela terra.

É o caso dos questionamentos de algumas pessoas de Corbélia a respeito da maneira como são administradas as terras no reassentamento e de dúvidas sobre a capacidade dos reassentados de produzirem da forma como produziriam as famílias corbelienses: se acordam cedo e trabalham na safra, de segunda-feira a segunda-feira, lidando com a terra ou, ainda, se investem todo o resultado da produção na próxima colheita, ao invés de desperdiçarem o dinheiro com outras coisas. Essas características entendidas como positivas são atribuídas aos chamados “pioneiros”<sup>179</sup> de Corbélia e são cobradas dos que chegam à região, em diferentes ocasiões, principalmente em relação aos migrantes ligados à agricultura.

O pioneiro seria aquele que construiu sua vida com o trabalho. Ele é lembrado exatamente por isso, pois assim contribuiu para construir a cidade. Então, se entendermos quem são aqueles considerados pioneiros, poderíamos refletir sobre o papel atribuído aos que chegam à região, os reassentados. Uma breve reflexão sobre o processo de colonização da cidade-região ajuda a entender o dito “pioneirismo” e suas influências nas formas com os reassentados são vistos e com eles se posicionam.

Na aproximação com a geografia urbana, em específico os escritos de Lobato Corrêa<sup>180</sup>, atentamos ao fato de muitos estudos focalizarem os processos de constituição das cidades a partir da análise de suas localizações específicas. Esses estudos consideram especificidades da colonização, que chamamos de funções. E Cascavel e Corbélia têm sua colonização na função “boca de sertão”<sup>181</sup>. Curioso que duas “frentes” se encontraram nesses municípios, mas apenas uma recebe maior espaço nos discursos do pioneirismo. A *frente sulista*, vinda do Sudoeste, caracterizada pela policultura, é formada por famílias que fundaram a sede administrativa da cidade e estiveram envolvidas no processo de emancipação do município. Neste processo, o Estado se fez presente com a FPCI (Fundação Paranaense de Colonização e Imigração), legitimando a ação de companhias colonizadoras privadas formadas por migrantes, hoje chamados de pioneiros corbelienses.

---

<sup>179</sup> Destacamos como a palavra colono deve ser problematizada diante das relações de força advindas da colonização do município e, para não “trazê-la” na perspectiva de um estudo linear, também não podemos deixar de problematizar o colono em relação às referências dos moradores locais sobre o pioneirismo.

<sup>180</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004.

<sup>181</sup> Idem.

Esta leva de colonizadores chegou ainda na década de 1940, no Norte do município, quando ultrapassou o Rio Piquiri e deu origem a Anay, hoje já emancipado de Corbélia, e ao distrito de Ouro Verde. O nome Ouro Verde, percebemos, faz alusão aos cafezais, “responsáveis” pelas transformações políticas, econômicas e sociais que demarcam as relações de poder na região e a própria paisagem desses lugares. Entretanto, pouco se fala sobre a ocupação do Norte do município.



Figura 8: Monumento inaugurado em 2007 em homenagem às famílias “pioneiras” da cidade de Corbélia. Localiza-se na região central da cidade de Corbélia. As vestimentas do casal e do menino representam trajes típicos do gaúcho. O pai segura uma cuia de chimarrão, a mãe uma cesta e o filho brinca com um pássaro. Temos na escultura a harmonia nas atividades cotidianas. Fotografia retratada por Jorge Pagliarini Junior. Corbélia, fev. de 2008.

A *frente cabocla* tem nas relações sociais cultivadas por “nortistas”(formada por migrantes advindos de Estados do das regiões Norte, Centro Oeste, Sudeste e da região Norte do Estado do Paraná), principalmente, significativas transformações econômicas, geográficas e sociais. Mesmo que esta transformação ocorrera primeiro no espaço geográfico hoje pertencente à Corbélia, e com proporcional intensidade as transformações da frente “sulista”, ela acaba sendo “esquecida” por parte dos moradores, ou ao menos pelos discursos da colonização. Muitas vezes estes discursos acabam sendo utilizados como um filtro pelo qual

muitos moradores corbelienses falam dos reassentados. O passado de progresso é construído a partir da ênfase nas contribuições dos colonizadores do Sul.

Os pioneiros foram homenageados em 2007 com um monumento que, simbolicamente, representa a figura dos colonizadores sulistas (*figura 8*). Mineiros, capixabas e migrantes de outras descendências, além dos que já ocupavam a região anteriormente à chegada de sulistas e nortistas, os “bugres”<sup>182</sup>, neste caso, foram “esquecidos”.

Problematizar este processo da colonização da região seria um esforço que foge ao nosso interesse. Importa que neste “jogo de forças” presente nas construções de discursos do pioneirismo esteja um caminho para se pensar a inserção dos reassentados nas disputas cidadinas e reafirmação de territórios e identidades na cidade e no reassentamento<sup>183</sup>.

As pessoas ligadas de alguma forma à “frente do café” também residem na sede do município e, da mesma forma, participam das relações de construção e disputa da cidade. Muitos moradores de Corbélia conhecem moradores do reassentamento ou têm seus familiares e amigos que compraram terras e moram ali e estes compradores não se resumem aos moradores descendentes de famílias de uma ou outra origem destacada (sulista ou nortista). Mesmo assim, nota-se a influência desse discurso de valorização do trabalho, associado ao “pioneiro” sulista. Lidamos com certas classificações e algumas organizam a própria narrativa quando se fala, por exemplo, do **pioneiro** e do **reassentado**, do **colono** e do **sem terra**.

As discussões identitárias que ocorrem na cidade de Corbélia e região são compostas por questões étnicas. Nosso trabalho não se propunha a elaborar uma discussão sobre etnicidade para historicizar a construção de territórios pelos reassentados. Todavia, no contato com as fontes, atentamos ao fato de que, em determinados discursos e narrativas, as relações entre grupos (*nós/eles*), podem ser melhor compreendidas a partir das discussões sobre etnicidade. Para esta breve aproximação, trabalharemos a questão do pioneirismo a partir da questão do *realce*.

Na clássica obra *Teorias da Etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, Poutignat e Streiff-Fenart apresentam significativas propostas para os estudos

---

<sup>182</sup> Referência carregada de preconceito, utilizada por moradores da cidade em relação aos povos que já ocupavam a região antes da atuação do Estado na normalização do acesso às terras do município.

<sup>183</sup> Nossa pesquisa não se preocupou em mapear as origens étnicas dos reassentados. Desta maneira também não podemos problematizar melhor a questão étnica em relação aos reassentados. De momento, podemos adiantar que o contato entre migrantes e pioneiros são permeados por uma suposta autoridade moral atribuída ao migrante sulista, seja pelo tempo que se instalou na região, seja, como veremos a seguir, pelo *status* de etnia trabalhadora atribuído a este grupo.

étnicos. É o exemplo da proposta do realce<sup>184</sup>, que segue a esteira teórica de Barth. Os autores discutem a questão étnica a partir de um questionamento de essencialismos<sup>185</sup>, fundamentado na necessidade do entendimento das relações sociais para a discussão cultural.

A análise do ato do realce permite enfatizar o caráter situacional da etnicidade. Assim, o estudo étnico significa: um modo de identificação em meio a possíveis outros: ela não remete a uma essência que se possui, mas a um conjunto de recursos disponíveis para a ação social<sup>186</sup>. É o que percebemos com nossa pesquisa, nos momentos das narrativas em que os reassentados ora se dizem reassentados, enfatizando direitos a terra e construindo identidades, ora se dizem colonos, para por exemplo, se inserirem nas cidades; outro exemplo, pode ser trazido: os agricultores de Corbélia falam de uma origem comum, a sulista, quando se referem ao pioneirismo e colonização da região, todavia, quando destacam o trabalho com a terra, silenciam sobre a origem sulista específica (alemão, italiano, polonês, etc.) e se reconhecem apenas como colonos.

De fato, percebemos que há um rótulo posto nas relações sociais entre reassentados e corbelienses: o do pioneirismo sulista. A imagem da família “gaúcha” (figura 8), homenageada pelos discursos oficiais locais, é um exemplo disto.

Com o realce étnico, o passado comum do pioneiro gaúcho se mistura com o passado do colono que, nos discursos dos corbelienses, colaborou com seu trabalho para o desenvolvimento da cidade e da região Oeste paranaense.

Além da questão do realce, outros textos lançaram olhar à questão étnica para entender relações de trabalho. No ensaio de Giralda Seyferth, intitulado *A Representação do “Trabalho*

<sup>184</sup> POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

<sup>185</sup> O essencialismo é também problematizado nos estudos de identidade de Stuart Hall e de outros autores contemporâneos. Os sujeitos e as sociedades em que vivem e suas culturas ganham sentido quando o autor se detém a uma compreensão processual, ou seja, uma busca pela interpretação destas categorias a partir da historicidade em que se dão as relações de identidade. Nesta perspectiva, os estudos de identidades devem considerar as implicações políticas e sociais ao dialogar com movimentos sociais e de classe, problematizando a aceitação simplista de essencialismos. A respeito, ver: HALL, op. cit.

<sup>186</sup> POUTIGNAT, op. cit., p. 166. Em síntese, a etnicidade é descrita enquanto forma de organização social, trazida num passado comum e fundamentada na dicotomização (nós/eles). Os posicionamentos dos sujeitos em relação ao grupo étnico e suas fronteiras são permeados por uma relação dialética entre as fronteiras do endógeno e do exógeno ao grupo. Nesta perspectiva, o realce de identidade étnica tem sua explicação no seu significado social e passaria a ser importante após toda uma seleção de rótulos. Não teria significado e não seria utilizado sem que antes estes rótulos fossem conhecidos.

*Alemão” na Ideologia Étnica Teuto-brasileira*<sup>187</sup>, a autora discute como a concepção do “trabalho alemão” se tornou um dos principais elementos fundadores e/ou unificadores de uma identidade teuto-brasileira.

No seu trabalho são destacados contatos interétnicos entre migrantes alemães e outras etnias no Sul do Brasil, em específico no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, no primeiro quarto do século XX. Para a autora, o estudo sobre etnicidade necessita de um olhar do cientista para as posições econômicas ocupadas pelos integrantes do grupo.

Então, podemos estabelecer outro aporte sobre como as problemáticas da etnicidade compunham a construção de identidades dos entrevistados de nossa pesquisa, apresentando a fala de Dona Lurdes. Sem ser provocada com uma pergunta direta, a entrevistada destacou a diferença entre italianos e alemães. Foi quando falava a respeito da herança que recebera de seu pai: “Mas isso na linha italiana [*em referência à partilha desigual da herança entre filhos homens e mulheres*]. O alemão costuma dividir por igual, o italiano sim, a mulher só ganha enxoval [...] Vai morar com marido e só”<sup>188</sup>,

Com este fragmento destacamos a existência de um discurso pronto sobre o pioneirismo, no qual, o grupo não sulista está esquecido. Ou seja, ela, assim com outros entrevistados, silencia sobre a presença de nortistas em Corbélia. Afinal, quando a etnicidade servia aos entrevistados para organizar suas narrativas, a referência que se fazia era apenas aos sulistas. O outro com o qual a entrevistada compara seu grupo, alemão, é o italiano. Os corbelienses entrevistados, que se dizem sulistas e/ou gaúchos, não fizeram referências aos nortistas ao narrarem o passado da cidade.

A questão étnica serve quando refletimos sobre como os grupos buscam em uma origem comum, caracterizada pelo trabalho, elementos para afirmar identidades. Todavia, na maioria dos casos, a ênfase nesta origem voltou-se apenas ao passado de trabalho na terra.

---

<sup>187</sup> SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional de História**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, out. 1982. De acordo com esta obra, os membros do grupo alemão pregaram, de acordo com o trabalho e suas condições econômicas, a igualdade entre os membros do grupo e superioridade em relação a brasileiros diante da proposta de construção de uma “cidadania nacional”. O próprio termo teuto-brasileiro resulta da ênfase na herança étnica germânica (teuto) e a conquista política da cidadania brasileira. Pautada principalmente em discursos de jornais e almanaques da época retratada (discursos esses ideologicamente alterados somente no período entre guerras, de 1937-1945 com a política de nacionalização dos governos brasileiro), o germânico passou a ser apresentado enquanto herdeiro de uma cultura de homem “trabalhador” e “eficiente”, principalmente quando comparado aos luso-brasileiros. Daí a ênfase da obra em destacar que, à lógica dessa ideologia, não bastava para o desenvolvimento da sociedade e do grupo (germânico) herdar esta cultura. Era necessário, sim, continuar com ela. A ligação do migrante alemão com a terra (mesmo os trabalhadores das indústrias mantinham uma ligação com a terra e com a agricultura familiar), reforçaria esses discursos étnicos.

<sup>188</sup> FISCHER, Lurdes. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 14 de março de 2008.

Apesar de se reconhecerem enquanto um grupo (os sulistas), alguns depoentes destacam conflitos internos, principalmente quando se remetem às divisões de terras. As principais críticas direcionam-se aos que hoje possuem grandes propriedades. Acompanhando esta discussão, pretendemos indicar como estas disputas entre os próprios *colonizadores* interfere nos viveres dos reassentados.

Os “pequenos” agricultores de Corbélia reconhecem nos reassentados as mesmas virtudes que atribuem a si próprios, ou seja, o fato de terem uma vida ligada ao trabalho na terra- *Trabalho* aqui, não significa apenas o labor humano, mas também uma categoria imbuída de significados distintos. Este reconhecimento está pautado numa crítica aos latifundiários da região, considerados pioneiros gananciosos.

Outro trabalho de Giralda Seyferth<sup>189</sup> foi significativo para discutirmos a construção da categoria colono, em específico a apresentação do “*colono-forte*” e “*colono-fraco*”. A categoria colono seria uma categoria monolítica, idealizada nas representações dos pequenos agricultores na reprodução do campesinato da região do Vale do Itajaí (SC), local de seu estudo.

De acordo com a autora, a questão implica, principalmente, uma discussão étnica, pois os colonos destacam um passado comum, descendentes dos “pioneiros” europeus que chegaram à região nas últimas décadas do século XIX.

Uma das diferenciações destacadas pela autora entre o “*colono-forte*” e o “*colono-fraco*” é que cabe ao “*colono forte*” não depender exclusivamente do trabalho assalariado, pois tem a garantia de uma safra. Era comum, entre os colonos, a importância dada às virtudes morais e à preservação da policultura. Assim, a colônia seria um microcosmo auto-suficiente, com passado comum, ligado aos descendentes de europeus.

Este é um posicionamento próximo à discussão elaborada por Woortman a partir da etnografia para entender o ideal da lógica camponesa em diferentes “contextos”<sup>190</sup>. Ele busca

---

<sup>189</sup> SEYFERTH, As contradições ... op. cit.

<sup>190</sup> Ver: WOORTMANN, op. cit.

nas relações camponesas com a terra não *o valor de uso, mas o uso enquanto valo* <sup>191</sup>.

Nesta perspectiva, deixar algo para a família e reivindicar a terra enquanto herança seria uma maneira dos *pequenos e médios agricultores fortes* enfatizarem o merecimento de todo esforço na lida com a terra. Diferente dos *fracos*, eles podem garantir a reprodução da colônia e as atividades agrícolas sem recorrer ao trabalho assalariado.

Dona Lurdes Fischer, se diz uma *pequena forte* agricultora e destaca a ganância dos latifundiários, diante das dificuldades econômicas vividas na região. Chegou à cidade com a família nos anos 1970. Para falar da sua história, recorre à própria história de desenvolvimento da agricultura regional:

[...] E o pior, o pior do grande é o seguinte, é... Eu me considero uma pequena-forte, entendeu, isso que, Jorge, hoje, o grande estragou, a... Como eu vou dizer, estragou pra mim, Lurdes, arrendar um pedaço de terra, porque ele chega lá no agricultor e ofereceu 50 sacas por alqueire...<sup>192</sup>

Ao narrar sua vida ligada à agricultura, a entrevistada destaca como está inserida nas relações desiguais de propriedade de terras na região. Tem destaque nesta narrativa uma vida de conquistas pessoais, marcadas também pelas dificuldades da vida no campo. O fato de ela ter conseguido acumular terras demonstra, em parte, sua vitória diante das dificuldades. A compra de terras pauta cada fase lembrada. Anos e décadas nos foram apresentados a partir da aquisição ou perda de alguma quantia de terras. Dona Lurdes se auto-identifica como *pequena-forte*, que não cedeu às pressões e desigualdades das políticas econômicas e de terras.

Para a entrevistada, a terra não é só o capital acumulado. Ela significa algo mais: futuramente representará a herança deixada aos filhos. Este acúmulo de terra é apresentado

---

<sup>191</sup> Idem, p. 3. De acordo com Woortmann, a modernidade que influencia a produção não significa uma modernidade também nos valores camponeses. Valores estes que são trazidos ao presente, no seu estudo cotidiano. O uso da terra não significaria apenas a produção de mercadoria, mas um valor, uma moralidade, e implica em reflexões tanto para falarmos dos reassentados como para tratar dos colonos de Corbélia. O colono, nesta aproximação antropológica, não pode ser entendido somente pelos seus meios de produção, mas enquanto pessoa que traz nesta moralidade a organização social. Importante destacar que em Corbélia, e isso não está distante do que se encontra em discursos do pioneirismo na região Oeste do Paraná, o “colono”, hoje, está associado a poder e representatividade. Uma força política, econômica, moral<sup>191</sup>. Força com a qual os reassentados tomaram contato. A respeito desses sentidos que a palavra colono ganha enquanto categoria cultural entendida diante da própria constituição de forças de poder da luta de classe nos diferentes momentos do processo de colonização do território brasileiro, ver: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>191</sup> A respeito, ver também: BOSI, op. cit. Importante na obra são os significados da palavra colono nos diferentes processos históricos da colonização brasileira, uma carga cultural entendida na própria constituição de forças de poder da luta de classe.

<sup>192</sup> FISHER, Lurdes. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 14 mar. 2008.

como um ideal, como sinal de vitória e é colocado em perigo pelo latifundiário. O latifúndio significa uma ameaça ao resultado do trabalho, do colono.

Foi importante para alguns entrevistados demonstrarem que toda a sua vida foi construída a partir do trabalho com a terra. No caso de dona Lurdes, ela diz ter conhecido a história do reassentamento quando buscou comprar ou arrendar terras ali. Seus planos de estender seu trabalho àquele lugar não foram possíveis devido aos grandes fazendeiros da cidade. Como destacado, o latifúndio assume, assim, o sentido de ameaça não só para as pequenas propriedades, mas para as formas de vida e trabalho<sup>193</sup>.

Dizer-se *pequeno* ou *grande* possibilita à entrevistada uma leitura da cidade. Ela, além de ser crítica em relação aos grandes, também se posiciona no próprio uso que a terra acumulada significa. Por exemplo, lembra dos comentários que se fazem na cidade sobre pessoas que acumulam muita terra e pouco desfrutam de lazer, viagens, festas, e, então, elabora seu julgamento. Toda a importância trazida até então ao trabalho e acúmulo de terras ganha ressalvas e isso a leva a falar de sua família.

O capital ou valor da terra deixa de ser o mais importante diante da crítica aos ambiciosos. Nas suas memórias, temos o esforço e reconhecimento de quem trabalhou e conquistou mais terras. Mas, mesmo neste reconhecimento, ainda se diferencia dos grandes:

Não, eu... Jorge eu acho que isso foi assim [*em referência ao fato de muitos agricultores se preocuparem com a acumulação de capital e terras e pouco desfrutarem deste dinheiro com viagens, lazer*], eu tenho experiência, eu vou dizer pra você: meu pai, quando ele sentiu que ele tinha um pouco, digamos que ele pudesse assim, é suspirar aliviado [...] Ele viu que tavam tudo maduro, os filhos tava encaminhados, que nenhum ia cair pra lado nenhum, né, tava seguindo os conselhos dele, né, daí ele me disse que tinha um sonho, um sonho de viajar com avião grande [*ou seja, o sonho só foi alcançado após a conquista de terras da família*]. Ele já tinha viajado, ele também já tinha programado essa viagem, ele foi.

A narrativa marcada pela emoção trazia seu pai enquanto um homem que ensinou e cobrou dos filhos que trabalhassem. Apesar de não ter feito a viagem que programou, num avião “grande”, ele pôde viajar, mesmo que em aviões pequenos, ou seja, conseguiu uma estabilidade financeira e, principalmente, ensinou o valor dado ao capital acumulado com o trabalho. Soube conseguir capital e soube usufruí-lo. A terra foi uma das heranças, a outra foi o exemplo de como alcançá-la, com o trabalho e sem ganância.

---

<sup>193</sup> Também Woortman traz, nas suas problemáticas da moralidade do camponês ou, como o autor prefere, da camponêsidade, esta diferenciação entre pequenos e grandes agricultores.

Atentemos ao fato da narrativa não associar a herança a um esforço que levasse o pai a pouco desfrutar do dinheiro. Continuando sua narrativa, dona Lurdes novamente exemplificou a diferença entre aqueles que souberam aproveitar o capital acumulado e os que pouco desfrutaram dele, trazendo o exemplo de vida de seu pai, médio produtor, com o de um grande produtor local (classificação da própria entrevistada). De acordo com dona Lurdes, seu pai era amigo deste senhor, detentor de muitas terras.

A herança deixada por este amigo foi muito superior àquela que seu pai deixou. Mas, ele, diferente de seu pai, pouco teria aproveitado o dinheiro. Mesmo quando este senhor presenciou a morte de seu grande amigo (o pai de dona Lurdes), ele não teria mudado sua postura:

[...] Aí eu vou falar pra você de um amigo nosso, amigo do meu pai, amigo nosso, esse homem entrou aqui dentro [*refere-se ao dia do velório de seu pai*] e gritou, gritou! Nossa! Era carpê [*o piso da casa*] e ele deixou uns rastros assim, deixou a marca dele em volta do caixão, ele era muito amigo, extremamente... Ele tinha esse tipo do pai, né. Aí eu vejo esse senhor, uma pessoa extremamente poderosa, poderoso, esse homem não conheceu nada, não sei se ele conheceu Cascavel, acho que por um acaso. [...] Não conheceu o mar, não conheceu Brasília, né, não conheceu o Brasil dele que poderia ter conhecido<sup>194</sup>.

Segundo dona Lurdes, acumular terra dá-se pelo trabalho, mas ser trabalhador não deve implicar em ganância e nem em se deixar de aproveitar a vida. A morte é referência para a entrevistada explicar, por um lado, a importância de se deixar uma herança, e por outro, a decepção de não se aproveitar melhor a vida.

As narrativas de vida construídas a partir do valor do trabalho seguem com o exemplo de um casal de agricultores, seu Ari e dona Ineide. Agora residentes em Corbélia, e dedicaram a vida à agricultura e moraram até há poucos anos no interior (*no sítio*) do município. Seu Ari, hoje, lembra da época em que tinha saúde e o trabalho ainda podia ser realizado por ele. Trabalhar não era apenas necessário, era algo prazeroso, de acordo com suas memórias. Assim, lembra do serviço e de sua vinda do campo para a cidade de Corbélia: “*eu poderia trabalhar mais [...]*”<sup>195</sup>. Então, complementa sua esposa: “*ah, tem que dar uma vida melhor pra mim!*”<sup>196</sup>

A vinda para a cidade está associada não ao fato de não querer mais trabalhar *no sítio*, mas à procura de uma vida mais tranqüila para a esposa. A insegurança do interior acabou

---

<sup>194</sup> FISHER, op. cit.

<sup>195</sup> WINTER, Ari. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 23 jul. 2007.

<sup>196</sup> WINTER, Ineide. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 23 jul. 2007.

sendo fator relevante nesta escolha. Mesmo com essa opção, o trabalho na roça faz bem: “*agora, quem trabalha assim, na sombra, sem levantar e tudo, ele fica doente, né?*”.

Os entrevistados fazem uma releitura de sua vida por meio do trabalho. Ele trabalhou e soube administrar suas terras. Não foi ganancioso e o trabalho, de certa forma, foi suficiente para a sobrevivência. Ela também trabalhou na roça junto com o pai e, posteriormente, com o marido, e conseguiu formar o patrimônio da família.

Seu Ari e dona Ineide se consideram médios agricultores e, a partir desse *status*, procuram se diferenciar dos grandes proprietários de terra. Lembra-nos seu Ari, ao analisar a situação do agricultor brasileiro: *A maioria é a ganância... Por isso, o médio da roça tá mal.*

Diante dessa apresentação de sua trajetória de vida (no destaque dado ao trabalho) e da sua crítica ao latifúndio, chegamos ao seu parecer sobre os reassentados. Diferente de sua esposa, seu Ari ainda confundia assentamento e reassentamento, mas desfeita a dúvida, opinou sobre o futuro do reassentamento. De início, refere-se aos integrantes do acampamento do MLST, próximo ao reassentamento: “*Eles mesmo não sabem tocar [...] eles por conta, não sabem administrar, tem que ter um que comanda eles. Eles mesmo não sabem tocar*”<sup>197</sup>.

Posteriormente, o entrevistado analisa as trajetórias dos reassentados para diferenciá-los dos integrantes do acampamento do MLST. Dona Ineide complementa: “*por isso que tá bem, que vai bonito [ou seja, por não serem sem terras, mas reassentados, e demonstrarem com isso o costume de lidar com a terra]*”. Já seu Ari, dizendo agora entender a diferença, complementa: “*esses sim. Mas quem não conhece [...]*”<sup>198</sup>.

Desta maneira o outro foi construído. Então, para ser merecedor da posse de terra ele deve saber *trabalhar bem*. E, mais do que isso, já ter uma cultura de trabalhador da roça. *Trabalhar bem* pode, neste caso, também significar não invadir terras (em alusão à maneira como, geralmente, são designados os membros de movimentos sociais), ou também, cultivar uma região e transformá-la sem ganância e assim não ser um grande agricultor, ou mesmo ter vontade, gostar de trabalhar, ou de já se ter uma origem no campo. O tempo destinado ao cultivo da terra diferencia, para o casal, as trajetórias daqueles de quem falam. Para eles e outros entrevistados de Corbélia, que já conhecem a trajetória dos reassentados, as terras do reassentamento estavam sendo bem administradas, pois já eram agricultores antes de migrarem<sup>199</sup> à região.

---

<sup>197</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>198</sup> WINTER, Ari, *op. cit.*

<sup>199</sup> Esta migração diferencia-se da de seu Ari e dona migraram para a cidade para buscar uma vida mais confortável. No caso do reassentamento, desde o início estivemos tratando de uma migração forçada.

De acordo com muitas falas presentes na cidade, o colono é o responsável pelo bom rendimento do comércio, por ser a pessoa que sabe aplicar as rendas no próprio cultivo da terra, favorecendo melhores colheitas, as quais significam o progresso da localidade. E mais, o colono possui uma imagem de pessoa pacífica, cristã. Nesta linha de reflexão, as fronteiras entre pequenos e médios *fortes* com os latifundiários se torna novamente tênue.

O trabalho, ou melhor, serem reconhecidos como trabalhadores, atribui à narrativa de seu Ari e dona Ineide uma autoridade que lhes possibilita falar do lugar onde moram. Construíram esse território com o trabalho no decorrer de décadas. Por isso, esperam dos possuidores de terra no reassentamento uma conduta parecida.

Os reassentados enfatizam um passado de trabalho com a terra e desta maneira se auto-identificam colonos, como os corbelienses. Eles se apropriam, estrategicamente ou não, deste discurso de boa imagem do agricultor ao se inserirem na cidade e região. Se possuir terra normalmente é sinônimo de ser trabalhador, ao afirmar que *já tinha terra*, o reassentado procura uma aproximação com estes traços associados ao colono. É a busca pela aceitação no novo local. Ter terra implica, então, ter algo conquistado com o trabalho e, por conseguinte, facilitamento de uma inserção proveitosa na cidade já que dependem dela.

Os trabalhadores ou colonos já teriam demonstrado com seu trabalho porque possuem terras, pois, terra, família e trabalho são categorias que se ligam nas práticas dos colonos. Expressam uma preocupação sobre a maneira como a terra ocupada por reassentados seria administrada. Os reassentados, em determinado momento e para muitos moradores, chegaram a oferecer um risco de quebrar essas relações oriundas da colonização, presente no administrar a terra, quando não se sabia se eram ou não pessoas da terra e “bom trabalhadores”.

Ao lutarem por uma inserção na localidade, os reassentados tiveram que lidar com isso, rejeitando estereótipos, se apropriando de traços culturais dos corbelienses, afirmando uma espécie de *ethos* para o trabalho. Com uma identidade camponesa, aproximam-se da vida apresentada pelos corbelienses que se diziam colonos pequenos ou médios *fortes*. Viveram e vivem da terra. Não conseguiram acumular grandes extensões, mas provaram que se já contribuíram com seu trabalho em outra região, podem então contribuir com esta.

Contudo, o trabalhador não é apenas aquele que se ocupa com o cultivo da terra. Além das pessoas ligadas à agricultura, sejam os “pequenos”, “médios” ou “grandes” agricultores, sejam os reassentados, outros trabalhadores de Corbélia dizem conhecer o reassentamento por intermédio do trabalho que realizam e, por outro lado, são procurados justamente por exercerem essas atividades. Além do comércio local, um dos principais lugares de encontro

entre reassentados e corbelienses é a Praça Brasil. Em Corbélia, ela é mais conhecida como praça da igreja. Quando um morador do interior chega à cidade, geralmente vai à praça da igreja, pois ali se está ao lado da rodoviária e no centro comercial local. É ali que trabalha Luiz, um dos nossos entrevistados e que mora há muitos anos em Corbélia. Ele diz que conhecia o local onde está o reassentamento antes mesmo do próprio reassentamento existir. Durante a entrevista, acentuou o fato de ter nascido na cidade. *O senhor mora em Corbélia?* Pergunto ao entrevistado e ele interrompe a pergunta e afirma: *sou morador e nascido na cidade*<sup>200</sup>. E sem este conhecimento, afirmam, teria dificuldades na profissão que ocupa, pois é encarregado de chegar a lugares muitas vezes desconhecidos pelos que contratam seu serviço.

Ser freiteiro significa ter a facilidade para entender a funcionalidade na cidade. A cidade de Corbélia, para Luis, significa um conjunto de lugares conhecidos e conquistados com seu trabalho e isto pesou quando teve os primeiros contatos com o reassentamento.

Pensar na cidade como categoria e objeto de estudo leva a dialogar mais uma vez com Lynch<sup>201</sup>, quando descreve mapas feitos por transeuntes que usam e circulam sobre a cidade. Esses mapas falariam mais das pessoas que os desenham do que da própria cidade. Luis desenhou um mapa para explicar onde se localizava o reassentamento e como eu poderia chegar até a casa de alguns de seus conhecidos. Todavia, antes de falar sobre o contato que tem com pessoas reassentadas, procurou demonstrar o conhecimento que tem do local. Ele se apresenta como detentor de uma autoridade para falar da história do local e, para tanto, se reporta a momentos anteriores à construção do São Francisco de Assis:

Não, no começo ali, quando eu tinha 20 anos de idade, naquela época eu, onde hoje é a casa lá, eu arrancava pinhão no mato, era tudo pinheiro araucária. Era uma fazenda muito grande. Há 30 anos, do meu conhecimento, de 35 anos atrás. Mas, há 40 anos atrás, tinha uma fazenda no centro ali daquela... Que era um grupo muito grande, eles, eles é exploraram a madeira, tudo a madeira que tinha ali, deu mais de 20 anos pra explorar só a madeira que tinha ali. Era praticamente só pinheiro. Uma área tinha peroba, cedro, lá não usava, mas na maior parte era só pinheiro. Daí eles colocaram uma madeireira, exportaram, era um lugar muito, digamos assim, rígido na parte de fazendeiro, assim, com entrada, pra lá. Então, da época dos, dos pistoleiros, né. Então, formar fazenda...<sup>202</sup>

O fato de eu ser sobrinho do entrevistado influenciou nossa conversa. Antes de gravarmos a entrevista, ele se mostrava preocupado com aquilo que eu o perguntaria. Luis

---

<sup>200</sup> MEDEIROS, Luis Carlos. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 26 jun. 2008.

<sup>201</sup> LYNCH, op. cit.

<sup>202</sup> MEDEIROS, op. cit.

sabia que eu era historiador e, conhecia parte de minha pesquisa e que, inclusive, já havia produzido algumas entrevistas com moradores do São Francisco de Assis. Seria diferente falar do local para mim do que para outros desavisados da história dali. E foi exatamente pelo fato de perceber que poderia falar com autoridade da história da região, pois vivia ali antes da formação do reassentamento, que se sentiu, após certa resistência, à vontade para gravar.

Quando pedi para contar mais sobre como conhecera o reassentamento ou seus moradores, iniciou a conversa a partir de sua vida, como se fosse uma introdução para chegar ao reassentamento. Sua história de vida, contada linearmente, voltava-se às suas experiências de trabalho. Fala sobre como organizou sua vida, o fato de sair da cidade e ter retornado, sua conquista material, a constituição da família e o contato com os moradores do reassentamento, tudo a partir de sua experiência de trabalho.

Diz ter saído de Corbélia ainda jovem para se afastar das muitas amizades e festas, fato que, segundo ele, dificultava a constituição da família, talvez porque não estivesse economizando o suficiente, mesmo com seu casamento já planejado. Essa mudança teve não apenas um objetivo financeiro, mas também social. Teria de controlar as “saídas” e as amizades. Se ele sempre trabalhou, agora teria que trabalhar mais ainda:

[...] Trabalhei na J. Tozzo nessa época, por seis anos. Depois eu, pra poder, como a gente pega certa idade, a gente pega, jovem, né, e acompanha certas pessoas, e... Não costuma economizar muito, gasta às vezes sem muitas vezes, além do que ganha, né, e daí a gente arrumô uma namorada e tal, uma pessoa que a gente, vai servir pra ser uma companheira, na vida, né, aí a gente foi um certo momento, de pôr na cabeça, pensando assim: tem que arrumar alguma coisa, tem que construir alguma coisa pra mim poder...  
 [...] Dar uma estabilizada pra poder casar, ou ficar junto com essa pessoa. Daí eu vi que aqui em Corbélia não dava. Por causa de muito companheirismo e muita festa, baile e tal, e na época, falei: *não, eu vou...* né. Daí me surgiu uma proposta em Campo Mourão. Em Campo Mourão e fui pra lá. Fiquei pra tocar uma firma. Foi onde que fiquei um ano e seis meses morando sozinho. Economizando e tudo, pensando em casar. Deu certo, sobrou uma verba, né, daí até que eu me esgotei, e falei pra mulher: *vamo, vamos casar que eu não agüento mais!*<sup>203</sup>

Para o entrevistado, falar de sua relação com o reassentamento necessitou dessa introdução, na qual demonstrou ser um trabalhador. Com essa opção de vida, de largar as festas e trabalhar para constituir uma família, demonstrou como chegou ao trabalho que exerce hoje. Foi a partir do trabalho que Luiz conquistou amizades e relacionamentos profissionais com moradores reassentados. Mesmo que para o entrevistado o reassentamento

---

<sup>203</sup> Idem, ibidem.

seja um direito alcançado pelas pessoas desapropriadas, ainda era necessário para o relacionamento entre esta localidade e Corbélia que seus proprietários fossem bons trabalhadores. A diferença entre os reassentados trabalhadores e os não trabalhadores foi destacada na narrativa quando se reportou às diferentes maneiras como os moradores do São Francisco de Assis reagiram aos estragos de um vendaval:

[...] Os reassentados vieram ali, com todo o direito, já vindo, quando eles vieram já começaram a oferecer serviço pra Corbélia. Os cara vieram aqui, teve firma que pegou aqui, 20, 30 casas, umas foram de Cascavel o serviço, outras não, o comércio... No começo foi repartido, né.

[...] Porque essa pessoa... Sempre morô nos rancho lá, e não tem... Ah pra gente tá bom, se a vaca tá aí, se molhá, molhô... [lembrou do exemplo de um vendaval que em 2000 destelhou boa parte dos barracões do reassentamento]. Então não tem aquela visão de quanto custa um barracão daquele lá e não tem a inteligência de aproveitar, em vez de deixar no caso, se descobriu um lado, arrumar... Agora, tem muita gente que cobriu o barracão e fez mais um puxado de cada lado. Ele ampliou o espaço. Ampliou, digamos assim, de um barracão de 20 por 30, o barracão deles é grande, tem gente que agora tem um barracão de 30 por 30. Ele puxou as duas lateral. Ali eles tem ordenhadeira, tem motor pra forrageira, pra fazer farelo, tem triturador, tem circular pra cortar uma madeira[...]<sup>204</sup>

As diferenças entre os reassentados são marcadas pelos seus trabalhos. Podem ser considerados trabalhadores ou não trabalhadores. Talvez, por isso a necessidade do entrevistado em identificar quem eram os trabalhadores lá de dentro:

[...] Lá, se tratando de gente do reassentamento, há dois, três anos atrás, eu tava assim com o pé atrás. Passava por um processo de... *Vamos ver, vamos ligar pra lá pra ver como é que tá, pra poder vender [refere-se à desconfiança dele na hora de prestar um serviço aos reassentados e dos comerciantes na hora de aprovarem um crediário]*. Já cheguei a carregar produtos na minha caminhoneta e ficar esperando lá dentro. Mesmo o pessoal dando um cheque, nos íamos consultar.

[...] Não, ali foi uma coisa que a pessoa vendo não acredita. Olha, hoje, toda gente que ficou ali, pra mim é gente boa. Com a cidade de Corbélia, não vai dizer que Corbélia é tudo gente boa de lida, mas considero assim, normal.<sup>205</sup>

Foi o caso de um morador, sobre o qual destacou sua amizade com ele:

Não, é um rapaz lutador. O pai dele foi da vistoria, da associação. Não tenho muita amizade com o pai dele, mas conheço. E ele toca a terra dele, arrenda, toca bastante arrendado e é um cidadão lutador. Ali que eu conhecido tenho com um cara lutador, é esse cidadão [*sobre um dos amigos que tem no reassentamento proprietário das terras onde, no dia seguinte à entrevista,*

---

<sup>204</sup> Idem, ibidem.

<sup>205</sup> Idem, ibidem.

*estaria trabalhando com o transporte de alguns animais em sua caminhoneta*].<sup>206</sup>

Curioso lembrarmos que essa é uma opinião próxima a de alguns moradores reassentados quando falavam da construção da comunidade, citados no início do capítulo. O trabalho, inclusive, está mais que presente nas previsões futuras de reassentados. Quando os reassentados se diziam detentores de *raízes* no campo, enfatizavam o fato de merecerem terras e serem reconhecidos desta maneira, tanto no reassentamento quanto em Corbélia. A desconfiança com os outros aponta para esta momentânea perda de um *status* de agricultor, uma confiança readquirida pelos reassentados exatamente pelo trabalho. Pudemos entender que parte das relações vividas pelos reassentados se deu na cidade. Por isso a importância de realizar entrevistas também com os moradores de Corbélia.

Uma última ressalva: nem todos os moradores de Corbélia trazem no trabalho tanta importância quando falam de suas vidas. Até destacamos entrevistados que criticam os que passam a vida preocupados em demasia com o trabalho e que pouco tempo dedicam ao lazer ou descanso, por exemplo, quando falam que *não aproveitam a vida*.

Minha própria inserção social em Corbélia, sendo estudante e me voltando à pesquisa em horários que necessariamente não correspondem ao do comércio, pode ser refletido. Não foi difícil deparar-me com brincadeiras de vizinhos sobre o fato de eu “não trabalhar” e “só estudar”.

Provavelmente, as pessoas reassentadas que destacam a importância do trabalho na maneira como organizam suas propriedades realmente valorizam o trabalho. Mas, o que queremos destacar é que era necessário demonstrar aos moradores das cidades vizinhas que eram eles também trabalhadores.

Energia elétrica, parabólicas, estradas, elementos da cultura urbana estão presentes na vida do campo. Mas, devemos atentar para a maneira como esta “cultura urbana” ganha destaque nas memórias das pessoas quando lembram de como viviam antes do processo pelo qual passaram. Paradoxalmente, na reconstrução de vidas, o território se dá nas cidades e as cidades são reconstruídas também dentro do reassentamento/colônia.

Nas narrativas, a materialidade alcançada e disputada demonstra as muitas maneiras como se apresentam as relações entre os próprios moradores e deles com moradores da região. Esses lugares nos falam também dos sonhos, das conquistas, das transformações possíveis e as que não foram alcançadas.

---

<sup>206</sup> Idem, *ibidem*.

No quarto e último capítulo apresentaremos disputas e encontros entre os próprios reassentados e destes com compradores de terras e moradores da região. Ou seja, este encontro com o outro da cidade se dá, hoje, dentro do próprio reassentamento.

## CAPÍTULO IV

### NÓS ESTAMOS AQUI, NO SÃO FRANCISCO, NÃO NA COLÔNIA OU NO REASSENTAMENTO: DISPUTAS EM TORNO DA DENOMINAÇÃO

Desde o primórdio do contato, a chefia havia usado tabus para regular o tráfico com o europeu, fazendo assim uma extensão de propósitos rituais para a prática, justificada pelas funções e os significados antigos de precedência dos chefes. O grande Kamehameha, entre 1795 e 1819, impôs essas interdições às épocas e aos termos de comércio com navios estrangeiros, com o interesse de evitar negócios com a população ou, pelo menos, de garantir que as demandas do consumo político e aristocrático teriam prioridade sobre os interesses populares por bens domésticos.. No caso, o conceito tabu, de coisas colocadas à parte para o deus, passou por uma extensão lógica até haver uma transformação funcional.<sup>207</sup>

A sede do reassentamento localiza-se aproximadamente a dois quilômetros do trevo de acesso à localidade. Tem destaque no trevo a placa que nomeia a localidade, na qual se lê: *Colônia São Francisco de Assis, desenvolvendo o turismo rural*. Uma estrada pavimentada com paralelepípedos liga estes espaços. A sede encontra-se na comunidade Alto Alegre e é utilizada por moradores de todo reassentamento<sup>208</sup>. Ali está localizado o Colégio Estadual de Ensino Fundamental São Francisco de Assis, o posto de saúde, a igreja católica com salão de festa, a igreja evangélica, o campo de futebol e uma área de lazer, composta pelo lago, conhecido por Prainha, e ao lado, o jôquei clube ou a hípica. Em frente ao lago foi construída uma lanchonete, local utilizado principalmente por visitantes das cidades vizinhas. Já ao lado da igreja, um bar, freqüentado pelos moradores do reassentamento.

A Copel procurou manter as relações de vizinhança na distribuição espacial das famílias no reassentamento. Esta divisão pode ser percebida, inclusive, nos jogos de futebol que ocorrem no campo ao lado do colégio e do lago, onde as comunidades<sup>209</sup> jogam entre si ou se juntam para desafiar outras equipes que representam localidades das regiões Oeste e Sudoeste do Estado.

Todos os entrevistados no reassentamento ressaltaram a boa estrutura do local. A construção do colégio, ainda no segundo ano do reassentamento; o posto de saúde, entregue

---

<sup>207</sup> SAHLINS, op. cit., p. 179. O contato da sociedade havaiana com o Capitão Cook reconfigurou as relações sociais locais. Ao destacar esta sociedade enquanto um tipo ideal de sociedade performática, Sahlins demonstra como as estruturas de sentido, por exemplo, o tabu, são “colocadas em risco” com o empírico.

<sup>208</sup> Ver figura 3.

<sup>209</sup> Aqui, por comunidade referimo-nos à divisão espacial e administrativa do reassentamento, as oito comunidades do São Francisco de Assis.

no ano seguinte, os bailes que organizam no salão de festa da igreja católica; a infra-estrutura da igreja evangélica; as disputas de futebol de campo; as quadras de futsal. Tal infra-estrutura não existe somente na sede, pois nas comunidades foram também construídas capelas da igreja católica, campo de futebol e salão de festa.

Os moradores de Corbélia com os quais conversamos igualmente enfatizam a existência de uma boa infra-estrutura. Não foram raras às vezes em que o São Francisco de Assis foi destacado por todos esses personagens enquanto um exemplo de organização. Para alguns, exemplo de eficiência prestado pela organização do Estado; para outros, resultado da organização de moradores diante das reivindicações perante a Copel, ou de ambas, para a maioria dos que se propõem a falar sobre o reassentamento. Essa ênfase no resultado positivo e a ausência de reclamações nos levou a questionar se lidávamos com um silêncio dos entrevistados ou com uma aceitação geral, pois pouco se ouvia sobre conflitos locais.

Pretende-se neste capítulo discorrer sobre nossa aproximação com efetivo uso e funcionamento dessa infra-estrutura e, assim, dialogar com as atuais propostas de desenvolvimento do reassentamento (ou da colônia). Para tanto, destacaremos



Figura 9: Imagem Google Earth, da sede do Reassentamento São Francisco de Assis. Hípica e Prainha.

O momento atual em que se encontra o processo histórico de construção do território do São Francisco de Assis, agora identificado por alguns por Colônia São Francisco de Assis. Não pretendemos responder se a criação da colônia representa ou não um estágio final do reassentamento, resultado dos movimentos de lutas por terra, inserção regional, reivindicações

de um movimento social e da construção de identidades. Da mesma maneira, não podemos concluir se o nome colônia representa, de fato, as expectativas da maioria dos sujeitos envolvidos no processo, nem por outro lado, defender que esta designação seja uma estratégia momentânea da administração local para a inserção nos discursos e políticas do agronegócio ou das iniciativas de agregar valor à mão-de-obra familiar. O que pretendemos apresentar são as disputas sociais, administrativas e identitárias envolvidas neste processo.

Se as opiniões não divergem a respeito da “boa estrutura”, a atual administração enfrenta disputas e divergências quanto ao uso da sede local, da Prainha e da construção da hípica. Há de se considerar que os visitantes geram rendas, consomem e dão lógica ao funcionamento do agronegócio e de demais iniciativas que visam agregar valor à produção familiar. Para compreendermos este momento atual do processo de construção do reassentamento, é necessário atentar para mais iniciativas coletivas, além daquelas ligadas à administração da sede local. De maneira geral, a problemática deste capítulo gira em torno da mudança do nome para Colônia São Francisco de Assis e que envolve disputas de interesses, expectativas e de memórias.

Desse modo, construímos este capítulo retomando problemáticas já apresentadas nos anteriores. Afinal, a criação da colônia reflete como se encontra o dilema em torno do ideal comunitário local. Percemos as dificuldades dos moradores para se dizerem membros atuantes de uma comunidade. Esta dificuldade, este dilema, como nos alertou Bauman, serve tanto para os que construíram a mudança dos nomes (reassentamento para colônia) como para os que desconfiam ou negam esta mudança.

Outra problemática que retoma a escrita deste capítulo é o contato com o outro. O morador da cidade segue sendo destacado quando os reassentados e/ou colonos falam de suas vidas. Todavia, o encontro agora se dá no reassentamento, nas visitas à Prainha e à hípica.

Ao historicizar o São Francisco de Assis seguimos com nossa preocupação de destacar as lutas, inclusive identitárias: disputas com o visitante ou contra os que compram terras ali; disputas pelas escolhas e designações na lida com a terra, ou seja, ser designado reassentado, colono, agricultor ou mesmo empreendedor.

Em síntese, a questão que se coloca é refletir o que significaria para os entrevistados, ser um reassentado ou ser um colono. Entretanto, antes de conclusões, uma indagação: de fato, existe uma “Colônia” São Francisco de Assis? Quais os significados, concordâncias e discórdias no momento atual?

#### 4.1 EXISTE UMA “COLÔNIA” SÃO FRANCISCO DE ASSIS?

“*Nós estamos aqui, no São Francisco, não na colônia ou no reassentamento*”<sup>210</sup>. Nas palavras de seu Djair, a mudança de nome de reassentamento para colônia não significaria uma mudança radical que atingiria a estrutura e organização local, mesmo porque, na sua opinião, das duas propostas, seja reassentamento ou colônia, sobressai a organização e passado de grupo que originou e organiza o local. Todavia, os demais entrevistados que falaram sobre a questão posicionaram-se criticamente. Foi o caso de seu Zequinha. Sua opinião representa o amálgama de relações que norteiam a questão:

É, penso eu, pra visitas, colônia seria uma boa coisa, mas não podemos descartar o que foi essa Colônia São Francisco, não descartar da história, da origem, você não pode esquecer da origem, você nasceu, você tem uma identidade, você tem uma origem, então porque da origem.<sup>211</sup>

Da mesma forma que viemos defendendo, este posicionamento pode ser entendido se considerarmos o lugar social ocupado pelo entrevistado no reassentamento. Definir o nome de um lugar implica também isso. Então, seguindo os significados das políticas internas do reassentamento, podemos destacar a placa instalada na entrada da localidade, a qual informa: “Colônia São Francisco de Assis”. A Colônia São Francisco de Assis oferece aos visitantes da região um espaço de lazer e de compras de produtos beneficiados na localidade, como artesanato e alimentos.

O ecoturismo ainda está sendo implantado, mas a utilização da “praia” local é procurada freqüentemente por visitantes. E isso gera rendas, pois são cerca de 800 visitantes por final de semana. Elas consomem bebidas e, em menor número, compram produtos artesanais produzidos ali, pagando R\$ 3,00 pela entrada<sup>212</sup>.

Outros projetos, na opinião de Seu Zequinha<sup>213</sup>, poderão agregar valor à produção local e concretizar a implantação da colônia, favorecendo o desenvolvimento local:

[...] É, turismo rural, daí o nome: Colônia São Francisco de Assis. Aqui ficou Colônia São Francisco de Assis. É um nome turístico, né, e o povo, deu 90% aqui que aprovaram.

---

<sup>210</sup> OLIVEIRA, op. cit.

<sup>211</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

<sup>212</sup> Valor cobrado na temporada de 2007/2008.

<sup>213</sup> Seu Zequinha, morador advindo do município de Três Barras, acompanhou o processo de mobilização dos moradores e adquiriu terras no reassentamento em meados de 2001. Vide nota 123.

[...] A palavra colônia, que nem diz lá, uma colônia italiana, uma colônia... Nós viemos de todo um processo de barragem, formamos uma colônia aqui, né.

[...] E outra, aqui já tem, a Colônia Sapucaia, Colônia Esperança, Colônia Barreto.... Por que nós não vamos transformar a Colônia São Francisco?

[...] Agora a Barateira ali, não sei se é Nossa Senhora dos Navegantes, não tem nada de reassentamento. Agora nós ali fica: *reassentamento*... Reassentamento é o processo. Agora é nome?

**Pergunta:** Uma colônia e um reassentamento tem suas diferenças?

**Zequinha:** Sim, mas eu falei assim, um processo de reassentamento, e nós vamos continuar falando, dessa luta, de tudo, agora, nós não podemos... Até pro próprio comércio ficou melhor, eles vão lá e falam: *eu sou lá da Colônia São Francisco, é diferente falar, sou lá do reassentamento*. Muita gente ainda fala dos sem terra. Entende?

[...] O pessoal aqui, quando saiu essa palavra ali, Colônia São Francisco, muitos gostaram por causa disso. Tem gente que fez questão de já fazer ficha com o nome Colônia São Francisco. A gente tinha uma placona, coisa mais linda, caiu de lá, né, com o vento. Mas nós vamos tentar recuperar.<sup>214</sup>

As disputas em torno do nome reassentamento ou colônia são materiais e simbólicas. As reticências e o emprego da palavra *agora* marcam as divergências locais. O entrevistado reconhece o significado presente na palavra reassentamento, a qual faz referência a um passado de luta, do enfrentamento. Todavia, alerta para as confusões entre assentados com reassentados e por isso, defende a mudança para colônia. E mais interpretações estão relacionadas à sua fala.

A palavra colônia faz referência à concepção de unidade, uma porção de terras (10 alqueires), formada por pessoas de uma mesma origem, no caso, participantes do movimento em torno dos atingidos por barragem de Salto Caxias. O passado evocado, como nos lembra Hobsbawn<sup>215</sup>, pode afirmar ou modificar o presente e futuro. Neste caso, o passado comum do colono também autorizaria a mudança do nome de reassentamento para colônia. Para seu Zequinha, isso não implica no esquecimento do outro passado, ligado ao movimento dos atingidos por barragem. As disputas em torno da designação local propiciam diferentes leituras que têm em comum exatamente as disputas internas.

Ao se dizer representante dos moradores nas políticas de desenvolvimento local, seu Zequinha defende a efetivação da colônia, pois esta mudança andaria ao lado das novas necessidades locais (advindas do turismo rural). Seguindo as palavras do entrevistado, a situação poderia ser lida do seguinte modo: os colonos atingidos pelas políticas energéticas do Estado foram indenizados com terras e continuaram com sua cultura, seu trabalho, mas em outras terras, formando outra colônia.

<sup>214</sup> MEURER, José, op. cit.

<sup>215</sup> HOBSEBORN, op. cit.

Isso implica diferenças e aproximações com as outras duas leituras possíveis, já destacadas nos capítulos anteriores. Uma delas: os reassentados têm no nome Reassentamento São Francisco de Assis a demonstração da vitória contra o Estado, nome que representa o passado comum, de luta. E a outra: os reassentados foram alvos de desconfiança dos moradores da região e muitas vezes tiveram o direito de receber terras questionado. Por isso, precisam demonstrar aos que desconhecem sua trajetória que, ser reassentado, significa ser também colono.

A placa na entrada aparece enquanto um símbolo para alguns moradores, visto que há divergências quanto à sua legitimidade. Também é um símbolo para os visitantes e para aqueles que passam por ela na rodovia que liga Cascavel e Corbélia. Mas, para os reassentados, a mudança no nome remete, muitas vezes, à história do grupo.



Figura 10: Placa presente no trevo de acesso ao reassentamento, nas margens da rodovia 369, entre Cascavel e Corbélia. Fotografia retratada por Jorge Pagliarini Junior

Lidamos com disputas internas e o posicionamento de outros moradores corrobora com a visão de seu Zequinha. É o caso de seu Alcideo e de sua esposa, dona Ana. O casal adquiriu terras no reassentamento e hoje frequenta as reuniões da associação de moradores

local. Dizem, inclusive, que já são reconhecidos pela Copel enquanto reassentados. Sobre a mudança de nome para colônia, eles afirmam:

**Ana:** Mas, é porque mudou, o nome foi mudado pra colônia São Francisco....

**Pergunta:** Mudaram né, me falaram, mas é... Essa mudança foi pra melhor, para o senhor?

**Alcideo:** Eu acho que foi pra melhor.

**Pergunta:** Melhorou em qual sentido?

**Alcideo:** Eu acho que você chegava no comércio e fala: *you mora aonde? Eu moro na Colônia São Francisco*. Eles já não, não confundem tanto as coisas...

**Ana:** Que eles confundiam aqui muito os assentados com os reassentados. Agora, que mudou o nome, em vez Colônia São Francisco, então já não é assentado, já não vai dizer: *é os assentados, né*.

**Pergunta:** E pro pessoal que visita aqui, será que muda?

**Alcideo:** Muda, eu acho que muda. No meu ponto de vista eu acho que muda, até pra quem vem de visita, é... Dizer Colônia São Francisco você, fica melhor do que.... Se tivesse a placa lá dizendo reassentamento São Francisco, bastante gente ia ficar naquela, né...[...] É: *reassentamento, o que é reassentamento? Que quer dizer?*<sup>216</sup>

Aqui, a referência ao comércio demonstra a preocupação em serem reconhecidos como autônomos que têm crédito. Nos questionamos, diante deste depoimento, se não está posta uma vontade de tentar apagar esse passado de discriminação.

Estas divergentes formas de usos do espaço e do passado que formam o reassentamento seguem nas memórias dos moradores. Na entrevista com seu Agenor, um fragmento de nossa conversa resume essas divergências, principalmente políticas, em torno da mudança do nome para colônia e já nos indica caminhos para problematizar a questão:

**Pergunta:** Quando eu cheguei lá estava escrito *Colônia São Francisco* e eu me lembro que no outro trabalho, quando eu conversava com um senhor, ele me falava: *'olha, lê lá na placa da entrada, Reassentamento São Francisco de Assis, [...] as pessoas tem que saber o que é isso!'* E agora, quando voltei, esta lá: *Colônia São Francisco*. Resumindo, o que o senhor acha de tudo isso, o nome não ajuda ou...?

**Agenor:** Ele, ele atrapalha, esse nome atrapalha, sabe porque, colônia, no meu ver, a colônia é coisa de 50, 60 anos atrás.

[...] É aonde você adquiriu uma área de terra, através do Inca, do governo federal, onde você... Uma colônia de terra, daí ele titulava depois, porque essa aqui foi uma conquista, foi uma luta e sem luta você não chega a lugar nenhum...

[...] A colônia é diferente, *co-lo-ni-za-ção*, é diferente, hoje não existe isso mais. [...] A confusão, quem confunde é a cabeça das pessoas, pessoas que não conhece a luta, não sabe da luta, não sabe o porquê do reassentamento, eles confundem, ele tá pensando que aquilo foi uma colonização do governo.

---

<sup>216</sup> VOESE, Ana, op. cit. e VOESE, Alcideo, op. cit.

[...] Porque eu acho assim, no meu entender, que na verdade, quem colocou aquilo ali são pessoas que não é da luta, pessoas que compraram aquilo, não é pessoas que veio do início.

[...] Na colônia... Pra quem tá comprando, isso é bom, porque a colônia é diferente do reassentamento, pra quem tá comprando, não tá comprando do reassentado ou do assentado, tá comprando do colono...<sup>217</sup>

Questões políticas, como a luta, ainda estão na pauta e a fala de seu Agenor, de certa forma, desautoriza a fala de seu Zequinha. Seu Agenor se coloca entre aqueles que têm autoridade para falar em nome dos demais, uma autoridade possivelmente legitimada pelo fato dele ter participado da luta. Para expressar sua opinião, remete-se a outra acepção da palavra colônia: significa, para ele, o resultado de um projeto de colonização pleiteado pelo Estado. Algo do passado, que não condiz com os viveres e desafios de hoje. Diferente de seu Zequinha (naquele momento da conversa vice-presidente do Conselho Unificado), seu Agenor se diz afastado das reuniões locais. Ele é crítico das propostas implantadas na localidade, em específico, a de mudança de nome. Uma questão política e de identidade se coloca e a luta remete às políticas estatais de distribuição de terras e à preocupação com a venda de terras, pois, na denominação colônia, segundo seu Agenor, encontra-se uma estratégia que facilitaria a negociação de terras: comprar áreas de reassentamento é diferente de comprar de uma colônia.

Outro ponto relevante, que complementa a interpretação da fala de seu Agenor, é que ele esteve e está ligado à CRABI. Ou seja, atuou na implantação das primeiras iniciativas que resultaram na constituição do São Francisco de Assis. Ele diz que estava presente desde os momentos de enfrentamento e posterior negociação com a Copel. Assim, reconhece no nome reassentamento a necessidade de se destacar todo o processo de luta.

Seu Zequinha, que adquiriu terras no reassentamento em 2004, sendo para tanto aceito e reconhecido pela associação de moradores a qual pertence, reconheceu a luta em torno da constituição do São Francisco de Assis, mas alertou: *reassentamento é o processo*. As diferentes trajetórias dessas pessoas, de conhecimento e envolvimento no reassentamento, ou na política local, nos indicam caminhos para tais divergências.

Diferentemente de seu Zequinha, seu Alcideo e de dona Ana, seu Agenor participou da “luta”. Esteve envolvido com o processo de reassentamento desde as primeiras mobilizações ainda nas terras alagadas. Tomando esta diferença de envolvimento no processo de chegada ao reassentamento, poderíamos considerar que as ex-lideranças da CRABI fariam

---

<sup>217</sup> DANTAS, op. cit.

parte do grupo contrário à mudança de nome. Porém, esta afirmação não teria fundamento, pois alguns ex-membros da CRABI também vêem como proveitosa a mudança para colônia. É o caso de seu Pedro:

[...] É normal, se debatia... Então, tem Colônia Esperança, tem Colônia Barreto, tem Colônia Sapucaí e por que não Colônia São Francisco, eu dizia? Por que São Francisco, reassentamento São Francisco? E sempre debatia, sempre, só que dava maioria e eu perdia sempre, né.  
 [...] Foi, porque é rodeado de colônia, colônia... Barreiro, Colônia Sapucaia, então dava tudo colônia, né.  
 [...] Quer dizer, reassentamento até ficava o nome que até hoje, se chega em Cascavel, às vezes nem tá... Os grande tão lá: *ah, os sem terra, os sem terra. O assentamento da Flamapec, quer dizer, o assentado do São Francisco. Queira ou não queira, eles sabem, quer dizer, Colônia São Francisco, eles vão esquecer que nós não pertence mais aquele vínculo lá do sem terra, não é que a gente tenha coisa contra os sem terra, não...*<sup>218</sup>

Seu Vilmar tem opinião parecida:

Ah, eu acho que até seria melhor essa idéia de colônia, porque reassentamento, eles costuma confundir com assentamento.  
 [...] É, até hoje o comércio de Cascavel, Corbélia, o pessoal, não todos, mas alguns confunde. *Cê mora onde, no reassentamento? Ah, você é lá dos sem terra....*<sup>219</sup>

Os entrevistados não teceram críticas diretas aos moradores que possuem opinião contrária às suas em relação à mudança de nomes, nem tão pouco citam nomes ao questionarem outras administrações. Inclusive, reconhecem méritos e concordam que as divergências são comuns em um processo dito democrático. Todavia, nos nomes colônia e reassentamento, temos disputas materiais (em relação ao uso e administração do local) e simbólicas (dentro das atribuições que o nome apresenta).

As falas de seu Pedro e seu Vilmar, de seu Zequinha e de seu Agenor são significativas, principalmente, quando pensamos nos lugares que ocupam dentro do reassentamento. Todos estão ou já estiveram próximos à coordenação e administração local. Suas queixas sobre as confusões dos moradores da cidade sobre suas trajetórias, ou sobre o risco de esquecimento do passado de luta, são os principais argumentos favoráveis ou contrários à denominação Colônia São Francisco de Assis. Mesmo entre os moradores que participaram de todo o processo de reassentamento, incluindo-se aqui todo período de

---

<sup>218</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>219</sup> ALVES, op. cit.

incertezas e manifestações desde o conhecimento de que suas terras seriam submersas, são constantes as disputas políticas internas<sup>220</sup> dos reassentados.

#### 4.2 A PRAINHA E A HÍPICA: LUGARES DE ENCONTROS E DESENCONTROS

Estabelecida administrativamente e simbolicamente a colônia, o convívio entre reassentados e os moradores da região dentro do reassentamento ou colônia evidencia a atual polêmica sobre o uso deste local. A utilização do lago existente na sede do reassentamento e a construção de uma hípica gera discussões. Abrir ou não as portas para moradores das cidades vizinhas é o eixo da polêmica. As opiniões divergem e, além da questão de se sentir ou não à vontade diante de pessoas estranhas, a problemática remete às políticas internas.

Ao lado do lago encontramos a lanchonete estruturada, principalmente, para atender aos visitantes. Pouco acima existe um bar, este mais freqüentado pelos moradores do local. O primeiro espaço é o que se tornou para os de fora; já o segundo, com infra-estrutura mais simples, é onde ocorrem as confraternizações entre as pessoas que preferem não freqüentar o mesmo lugar ocupado pelos visitantes. Alguns moradores questionam quem teria o direito de administrar a lanchonete do lago. Já em relação ao bar, uma comissão de pessoas é escolhida e/ou convidada para administrá-lo. A renda do bar é investida na localidade e, parte dela, paga a moradores que nele trabalham. Esta renda não se compara à da lanchonete, local muito mais procurado devido ao movimento das visitas. Todas as verbas arrecadadas nestes espaços devem ser investidas na manutenção e melhoramento da infra-estrutura do local. A existência destes dois locais indica uma separação entre reassentados e visitantes e, mais que isso, conflitos sobre a administração local, revelando mais disputas pelo lugar.

Um dos assuntos que mais divergentes nas entrevistas é exatamente o uso desses espaços. O ressentimento em relação às disputas pelo uso e administração do reassentamento marca as falas. Seu Agenor se posiciona a respeito:

[...] Então, quando a gente veio pra cá, a Copel mandou primeiro recursos pra limpar aquele lago, e foi aberto o lago, foi, a gente abriu ele, secou, limpou, tirou o que tinha dentro, pauleira, coisa, foi limpadado, aí foi investido, pnhado areia pra construir uma praia, foi construída aquela lanchonete, se pode ver que ela tá dentro do lago ali, foi feito um aterro ali. E construído aquela lanchonete, isso foi uma conquista, eu, a gente teve, foi dinheiro

---

<sup>220</sup> Políticas internas, evidentemente, ligadas a políticas regionais e nacionais de terras e também ao envolvimento com entidades e movimentos sociais.

público, não é um dinheiro particular, público que a Copel mandou... [...] Aí entrou um outro pessoal ali, e privatizou [*critica a abertura do espaço a visitas*].<sup>221</sup>

Para apresentar uma contraproposta à utilização do local por não moradores, seu Agenor destaca a proposta da criação de um clube:

Exatamente, e se você fosse inscrito, tivesse uma carteira, uma carteirinha como se fosse de identificação, que você fosse sócio daqui e tava contribuindo pra manter aquilo ali limpo, ter pessoas, zelador, tudo ali, né, com aquela contribuição de cada um, entendeu, pra evitar de vir pessoas lá de Cascavel. Inclusive até drogas traz ali, sabe, é...

[...] Ali, digamos, que não é do nosso caso ali, o cara vem ali e leva a menina fazer sexo lá dentro...

[...] Então, a gente não queria isso, a gente queria até abrir espaço, não só pro reassentado, mas pra pessoas de fora também, de Cascavel, de Corbélia, de onde for, mas pessoa de bem, pessoas que contribuísse com um valor diferenciado, entendeu, se nós aqui, digamos, que são realmente os proprietário, se nós paga dez real ou quinze por semana, o outro o que vem de fora teria que pagar o dobro, até porque evita desses mal acabado vir pra cá. Se você põe um precinho muito baixo, não evita desse povo vir aí.

[...] Sem dúvida, não me sinto à vontade, como é que você vai tá num ambiente que você vai tá se cuidando de um indivíduo ali, que não sabe quem é...<sup>222</sup>

Cobrar um preço maior garantiria que somente fossem até lá pessoas responsáveis pela organização do local. Um clube reúne pessoas dispostas a pagar por um ambiente controlado, organizado, vigiado, com regras sobre proibição do uso de drogas, embriaguez, atitudes que não condizem com certa moral, como é o exemplo trazido das relações sexuais em lugar público. Ou ainda, um clube permitiria que houvesse um controle sobre os participantes e garantiria um predomínio de freqüentadores locais. Até poderia ter gente de fora, mas, nessa lógica, a maioria seria reassentados.

Sua opinião sobre a construção da hípica segue sugerindo conflitos:

[...] É que todas as hípicas que tinha lá onde a gente morava sempre morreu gente...

[...] Sempre dava rolo. Eu cheguei ver gente, o cara derrubar, desciam de um cavalo, entendeu, matar assim, a tiro, o outro por causa de aposta lá e...

**Pergunta:** E o 'rolo' que dava, geralmente era com pessoas de raiais ou... Com os de fora com os dali?

**Agenor:** Com os de fora e com os dali. Mas, envolve todo mundo e a fama, a fama do que não presta, por aí abrange tudo, quem não tinha nada a ver com a história, acaba atingido também, entendeu. Aconteceu em tal lugar, o cara, o povo dali que vai levar a fama, então, eu acho... Olha, briga de galo,

<sup>221</sup> DANTAS, op. cit.

<sup>222</sup> Idem, ibidem.

rinha de galo e hípica de cavalo, isso pra mim não serve. Tem outras maneiras de você se divertir.<sup>223</sup>

Além das divergências quanto ao aproveitamento do lugar pela comunidade, a reputação do local estaria em questão. De acordo com o entrevistado, esta atividade sempre deixa a comunidade *mal falada*, pois envolve apostas. Além disso, não é uma atividade que, tipicamente, os moradores freqüentam, ou seja, é uma atividade que serve, basicamente, para *corredores* de fora. Próximas às opiniões de seu Agenor são a de dona Ivani e Adilson. Primeiro, dona Ivani questiona o funcionamento:

Você sabe quantas vezes eu fui lá nessa praia? Duas vezes [...].Vem maconheiro, ficam aqui no encruzo esperando, aqui ó, fumando no meio da rua aqui, como você vai passar, que nem o namorado dela [*de sua filha*] veio e teve que voltar, 10 horas da noite, que tavam fumando no meio da rua e não queriam que passasse.<sup>224</sup>

Em seguida, Adilson complementa a fala de sua mãe:

[...] Os cara saíam ali de noite, faziam fogo no meio do calçado ali, e ficam... Pessoas, fica perigoso de você sair sozinha de noite até.  
 [...] Não é fácil, porque você quando tem algo que trás pessoas de fora, desconhecidas, que não é familiar, e você vê que tem algo de errado, com as pessoas, daí só os cegos que não vêem [...]  
 [...] São mil pessoas por fim de semana, pode pegar e vim um dia ali num sábado, pode hoje à tarde, o senhor vir ali [...]  
 [...] Porque se você vai ali, você vê pessoas aí que você nem...  
 [...] As pessoas até vão participar ali, olhar, só que apostar... Que isso aí é um jogo, que ninguém aposta quase, que benefício trás um haras? Que benefício trás um haras pra sociedade, sendo que não dá condição nenhuma pra ninguém daqui de dentro, dá condição pra quem tem lá, as estrebarias é pros cavalos velhos de fazendeiros da região?  
 [...] Não, eu sei, é a cultura, se você vai em Cafelândia, tal tem, se vai tem um haras. Mas, nós aqui não é cultura, mesmo que tinha cultura de alguém, lá era particular, na propriedade do cara, só que aqui não é da cultura do povo... Você não vê nada construído pra sociedade!<sup>225</sup>

As preocupações não envolvem somente disputas em torno da administração, mas também questões de cunho moral. *Os de fora* seriam ameaça à integridade moral dos reassentados. E nesta classificação do outro, encontramos também a crítica ao latifundiário, afinal, os cavalos são de grandes fazendeiros, não são de pequenos agricultores ou dos

---

<sup>223</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>224</sup> MORAIS, Ivani de, *op. cit.*

<sup>225</sup> MORAIS, Adilson de, *op. cit.*

reassentados. Outro aspecto que envolve as críticas de Adilson e de dona Ivani diz respeito ao próprio hábito de colocar cavalos para correr, associado a uma prática de latifundiário.

As disputas pelos lugares, denominada por Arantes de *guerra dos lugares*<sup>226</sup>, implicam na aceitação de territórios flexíveis, marcados pela ordem simbólica e moral, encontrada nos discursos oficiais destes lugares, e pelos usos e disputas por esses lugares.

Implícito nesta discussão temos o exemplo de como os reassentados procuram recriar territórios pautados, de alguma maneira, na vida de antes. E jogam com estas possibilidades, de acordo com as diferentes situações.

Na fala de Adilson, o haras (hípica) não se enquadra como prática comum dos moradores das cidades do Sudoeste atingidas pelas águas do Rio Iguaçu: “*mesmo que tinha cultura de alguém, lá era particular, na propriedade do cara*”<sup>227</sup>. O fato de alegar que esta prática não era típica da cultura do povo justificaria a crítica ao funcionamento da hípica. O *lá* e o *aqui* são trazidos na narrativa e diferentes lugares e temporalidades servem para que, através de uma explicação cultural, Adilson posicione-se.

Mesmo os moradores responsáveis pela implementação desses projetos apresentam ressalvas contra os visitantes. Percebemos isto, primeiro, com seu Pedro Rocha:

Quem construiu aquilo ali, eu tô te dando uma entrevista, mas, eu fui presidente de tudo essa associação ali, quem construiu tudo aquelas lanchonete ali, aquelas praia, até podia passar por lá e olhar, fui eu, fui eu, na minha gestão, né.

[...] Ali, quem quisesse levava uma batata pra vender, um queijo, um mel de abelha, sabe, ali era pra ter, até foi feito, tem uma casinha pra vender, não é do meu tempo, a casinha, pra vender um... Mercado, então, ali eles vendem as coisas, então, era lá dentro do mercado que vendia e tal, mas tava ruim, aquilo ali tem dias que você não pode andar ali, não pode estacionar um carro, de tanto movimento.<sup>228</sup>

Diante de sua fala, perguntamos: mas o senhor não acha que o fato de muita gente de fora usar ali, não atrapalha vocês a usarem? Sua resposta:

Não. Na realidade atrapalha, porque já dá muito roubo aqui...

[...] Porque ali, não sabe quem vem. Ali tem gente boa, tem gente que não presta, daí não sabe quem vem, já alta horas da madrugada aí passa carro aí,

---

<sup>226</sup> ARANTES NETO, op. cit. Na obra em destaque, o passeio que Arantes nos convida a fazer pela Praça da Sé, em São Paulo, ajuda-nos a compreender como os sujeitos se utilizam, atravessam lugares e marcos de cenários híbridos.

<sup>227</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

<sup>228</sup> ROCHA, op. cit.

às vezes a 100 por hora, que tem esse desvio ali que liga a 277 com a 369, e tem isso sabe, desvia da balança, desvio de carga, né...<sup>229</sup>

Mesmo que a hípica signifique rendas para o local, a adesão dos moradores às corridas de cavalo é pequena. Seu Pedro admite:

[...] Meu Deus do céu! Tem gente de toda parte, nunca vi falar, é uma das melhor raia do Brasil!

[...] Assim diz os caras que entendem. A gente não entende nada, eu mesmo nem gosto de corrida de cavalo.

Quando perguntado se assistia às *carreiras*, responde: “*de vez em quando vai. Vem gente de toda região, né, de todo lado, então a gente fica curioso pra vê*”<sup>230</sup>. Assistir pela curiosidade significa não participar de atividades de maneira efetiva, pois, vai-se apenas para ver o movimento.

De fato, a Prainha é mais procurada pelos visitantes do que pelos moradores reassentados. Mesmo assim, com exceção da sugestão de seu Agenor, os entrevistados não propuseram o fechamento do local para visitas. Já a hípica, essa já foi fechada no passado, devido a certos desentendimentos gerados pelo seu uso. Após certo período, uma assembléia optou por reabri-la. Foi o que nos contou seu Alcideo:

Aquilo ali, a raia mesmo, virou uma polêmica muito grande, porque aquilo ali tava meio abandonada, porque sempre alguém tem que tomar a frente, daí conseguiu tomar a frente, pela associação, daí da diretoria foi tirado uma diretoria que chama Conselho Unificado, só que as 8 diretorias faz parte, daí foi decidido então de alugar essa lanchonete. Tinha outras pessoas, daí foi aberto pras pessoas trazer as propostas, daí ia ser analisado e quem trouxesse a proposta melhor conseguia, então, daí foi alugado pro rapaz lá, ele já queria logo, que fosse fazer a raia. Daí como nós não queria, eu aqui e o seu Pedro, nos já sabia que o nosso pessoal aqui não ia aceitar a raia, né.

[...] Olha, eu da minha parte, não tenho nada contra...

[...] E que nem eles alegaram que ali, o pessoal que cuida os animal ali, que vem muito esse pessoal que corre ali...<sup>231</sup>

Ao ser perguntado se não haveria controle, respondeu comentando sobre uma interdição que ocorrera:

[...] É, não tem controle, tem meio malandrão, que já aconteceu isso no passado [...] Aconteceu ali briga com o pessoal daqui com gente que cuidava... [...] Por isso que fechou, daí eles não queriam abrir, daí na época

<sup>229</sup> Idem, ibidem.

<sup>230</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>231</sup> VOESE, Alcideo, op. cit.

foi que dali um ano era pra se pensar e dali um ano o homem começou de novo a... e então, dali um ano foi feito uma assembléia pra ver se abria ou não, como numa assembléia sempre a maioria ali presente decide...

[...] É, eu mesmo fui até ali e falei: *oh, da minha parte pode abrir, não tem problema nenhum*. Depois passaram ali com um abaixo-assinado pra não deixar abrir e eu no dia, votei lá que no dia, abrir, se vocês conseguir não abrir, eu não tenho nada contra e se abrir também não.<sup>232</sup>

O fato de a hípica ter sido fechada indica que as divergências tomaram forma e mobilizaram os moradores, que exigiram um posicionamento da administração. Adilson nos falou sobre estas confusões que levaram ao fechamento da hípica e também classificou os “cuidadores de cavalo” como “malandros”:

Não, fechou, tava dando incômodo com os próprios cuidador dos cavalos...

[...] Tinha casos aqui de colegas meus de sair corrido, colega meu sair corrido, deixar a moto, abandonar a moto e sair corrido e os caras correndo de atrás com faca e tudo, escapou não sei como. E além de tudo o cara nem pagou lá que precisava, o cara gastou mais de 1.000 reais com a moto, ali na frente do colégio os cara vinha ali incomodar as meninas, os pais não podem acompanhar as meninas 24 horas por dia.

[...] O cuidador, malandro, pra mim é malandro, vem ali daí as meninas não tem cabeça, né, vai na conversa de qualquer um e sai com muita meninada aí, isso gerava muita polêmica.<sup>233</sup>

Tivemos o cuidado de perguntar para seu Agenor, seu Pedro, Alcideo e dona Ana sobre como seus filhos usam os espaços apresentados e eles nos disseram que esses também pouco freqüentam o lago e a Prainha. Adilson e Vilmar, mais jovens, assim como já adiantamos, pouco vão à Prainha. Adilson diz o mesmo sobre seus irmãos. Logo, não se trata de uma rejeição que se remeta a uma questão geracional. Em relação à hípica, a rejeição está mais explicada, afinal, as corridas de cavalo envolvem apostas inacessíveis à situação econômica dos reassentados, além de alguns, como vimos, apontarem problemas ligados à utilização da hípica como por exemplo, o movimento de pessoas estranhas na localidade e possíveis brigas. Nestes casos de contradições internas, os “transtornos” são mais lembrados do que o lazer.

Podemos, então, trazer um resumo sobre como a sede do reassentamento passa a ser entendida nesses conflitos. Os reassentados com quem conversamos pouco usam o lago e a hípica. A polêmica gira em torno do contato que teriam nestes locais com pessoas desconhecidas e, principalmente, com transtornos causados por parte destas pessoas que

---

<sup>232</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>233</sup> MORAIS, Adilson de, *op. cit.*

procuram esses espaços para transgredir as condutas legais e morais. E ainda, a aceitação ou não do visitante envolve disputas políticas e administrativas.

#### 4.3 O COLETIVO HOJE: SÓ NO FUTEBOL E NA IGREJA?

*O que se faz nos finais de semana aqui no reassentamento?* Ao se esforçar para responder esta pergunta, Zequinha falou da organização interna do São Francisco de Assis. Para tanto, trouxe exemplos de como se dá a união dos moradores em torno de comunidade:

Mas era o objetivo nosso. Em vez de deixar um filho nosso ir lá pra cidade, que fique aqui, oh. Oh, nós temos, agora no outro domingo nós começamos outro campeonato de futebol, domingo vai ter jogo. [...] Eu sou treinador até. Mas, daqui a pouco nós vamos ter um treininho ali. E no caso, domingo vamos jogar contra o Juvínópolis e o Alto Alegre também tá no campeonato, mas tão só com aspirante, nós temos titular e aspirante...<sup>234</sup>

Apesar da rivalidade esportiva com a comunidade do Alto Alegre, o interesse do entrevistado era demonstrar a união que o futebol propicia no reassentamento. Estas atividades são tão significativas que foram eleitas pelo entrevistado como introdução de sua fala sobre a importância da construção comunitária a partir das iniciativas de produção interna. Ou seja, foi esta união em torno do lazer e religiosidade o exemplo a ser seguido, de acordo com o entrevistado, nas atividades produtivas locais.

O futebol e a religiosidade não se separam quando tratamos com os entrevistados da organização social das comunidades de onde saíram e da organização nas comunidades onde vivem agora. Estas práticas foram trazidas e isso foi facilitado pela decisão de, dentro do possível, se manter as vizinhanças. Todavia, para seu Agenor, o envolvimento de agora não é o mesmo de antes:

A única coisa que a gente tá faltando mais, eu acho até que é porque a gente é mais velho, porque lá eu me envolvia muito com diretoria de igreja e esporte. Você sai jogar e coisa, então, aqui a gente já não tem muito, mas um pouco eu acho que é porque que a gente não quer...<sup>235</sup>

A comunidade religiosa e as relações de vizinhança, em parte, ainda existem, mas não é a mesma coisa:

---

<sup>234</sup> MEURER, José, op. cit.

<sup>235</sup> DANTAS, op. cit.

É que nós aqui quase não tamo indo [à igreja], até porque a gente tem as vacas pra tratar, pra cuidar, não dá tempo, às vezes.  
 [...] Tem ali a igreja, mais pra frente, daqui lá dá 5 quilômetros.  
 [...] Não, não é mesma coisa.<sup>236</sup>

Se já não é a mesma coisa, ainda é uma das práticas que reúnem a “comunidade”. Talvez, esta afirmativa de seu Agenor esteja relacionada aos amigos que ficaram e, ainda, à toda mudança vivida:

Isso foi implantado aqui [sobre a política de se manter as comunidades e atividades coletivas de antes], mas, na verdade, bastante do companheirismo a gente deixou pra lá, a gente tem aqui, mas a gente não tem o suficiente, pessoas de confiança, como se fosse um irmão, uma pessoa da família, a gente deixou pra lá, porque eles não foram... Atingidos. O terreno deles não foi diretamente atingido pelas obras, mas na verdade foi, porque eles perderam a gente lá, a vizinhança, quem foi atingido veio pra cá, e eles ficaram, né, então no começo a gente teve uma briga com a empresa, Nós queria que todos que estivessem ali fossem indenizados...<sup>237</sup>

Estas atividades são significativas para os entrevistados na reconstrução e afirmação de vida. No entanto, muito se modificou com a mudança espacial. Podem até jogar com moradores de Aliança do Oeste (cidade atingida pela barragem e de onde vieram muitos dos moradores do São Francisco de Assis) e este jogo ocorre anualmente, como nos informou outro morador, *mas não é mais a mesma coisa*. Assim, também ocorre com a igreja católica. Ela foi reconstruída, continua a paróquia com o mesmo nome, São Francisco de Assis, os moradores, possivelmente na maioria, são cristãos e principalmente católicos (o nome das comunidades mostra isso), mas, o morador já não vai à missa com a mesma frequência.

As diferenças entre as celebrações religiosas de antes e de hoje, assim como o jogo que disputavam lá e as partidas de agora, provavelmente estejam no fato, entre outros, de que nem todos os antigos participantes dos locais de origem estejam agora presentes nessas atividades no reassentamento. Mas, além da falta destes vizinhos, sua fala ainda reflete uma crítica à organização atual da “comunidade”. Quando seu Agenor diz *todos dali*, na verdade, refere-se a todos os pequenos agricultores e apresenta a “comunidade” enquanto um lugar-espaco físico e reunião de trajetórias- de iguais, os pequenos agricultores.

Com este raciocínio é necessário voltarmos às críticas já citadas de seu Agenor sobre a venda de terras e transformação do local numa colônia, fato que favoreceria, em sua opinião,

---

<sup>236</sup> Idem, ibidem.

<sup>237</sup> Idem, ibidem.

a entrada de agricultores que não participaram do processo de luta. Foi diante desta postura que lemos sua fala sobre o fato das coisas já não serem as mesmas. De certa forma, ele segue com a crítica à administração atual, que favorece a entrada de mais pessoas estranhas na comunidade. Portanto, neste raciocínio, cada vez mais as celebrações religiosas e os jogos seriam compostos por outros.

E mais coisas mudaram, de acordo com o entrevistado, além do futebol e da religião na comparação entre ontem e hoje, ou entre lá e cá:

**Pergunto:** Inclusive, aqui tem uma questão interna, é... Nem sempre os nomes que estão no papel, é como as pessoas se chamam. Por exemplo, acho que a Vargem Bonita, era Aliança do Oeste, não?

**Agenor:** Como é que é... A Aliança do Oeste era Barra Bonita [...]. É aqui onde que o Genivaldo mora, na época era Maroto e agora é Vargem Bonita. [...] Lá era Maroto. O São Lucas, não era São Lucas, era Rato.

**Pergunto:** Rato?

**Agenor:** Rato, o pessoal do Rato...

**Pergunto:** Mas, era um nome fantasia ou era...

**Agenor:** Exatamente, nós jogava bola, nós saía jogar bola, vamos no Rato, comunidade do Rato, aí depois que mudou, aqui, aí eles quiseram mudar, né. Na verdade, só os daqui do Pinheirinho que continua...

**Pergunto:** Quem que propôs esses nomes todos aí, Aliança, Vargem Bonita...

**Agenor:** Aqui foi o seguinte, quando a gente veio pra cá, porque cada um era de uma localidade e cada localidade tinha aquele nome, daí quando vem pra cá, aí mudaram, né, o São Lucas que era Rato, mudou pra São Lucas...

**Pergunto:** Mas quem mudou foi a Copel?

**Agenor:** Não, foi o pessoal de lá. Até porque o padroeiro que eles tinham lá da igreja de lá, era São Lucas, daí eles ponharam o nome de...

**Pergunto:** Ah, tá! Então, cada um tem uma situação diferente.

**Agenor:** Exatamente. O padroeiro era São Lucas, eles ponharam o nome da comunidade deles de São Lucas. Aqui na Santa Luzia não foi diferente: Santa Luzia era o Laranjal no começo, lá era o Laranjal, daí a padroeira da igreja de lá era Santa Luzia, daí eles vieram pra cá e mudaram pra Santa Luzia.

**Pergunto:** O senhor ainda fala: *vamos ali no pessoal do Laranjal*, ou hoje em dia já...?

**Agenor:** Hoje não falo porque fica eu falando e às vezes tem gente que nem tem noção...<sup>238</sup>

Novamente as mudanças vividas são trazidas criticamente. Reparamos que, ao citar o jogo que faziam contra a comunidade do São Lucas, o entrevistado referia-se a ela com o nome como esta era conhecida em Boa Vista da Aparecida, o Rato (esta foi nomeada por São Lucas no reassentamento, em homenagem ao padroeiro da comunidade). Somente os que moravam lá conheciam, inicialmente, os nomes das comunidades do processo de alagamento.

---

<sup>238</sup> Idem, ibidem.

Desta maneira, podemos seguir a idéia de que, nem o futebol, nem as reuniões na igreja e nem mesmo o tratamento entre os membros de comunidades vizinhas tem agora o mesmo significado. Provavelmente, ao destacar esta outra diferença entre a vida em comunidade, que poucos conhecem o nome original estas comunidades submersas, seu Agenor novamente tece uma crítica à venda de terras para estranhos a luta dos reassentados, pois, de acordo com ele: *hoje não fala porque fica eu falando e às vezes tem gente que nem tem noção.*

As entrevistas nos falam de ausências e mudanças. Mesmo a igreja, estando próxima de sua casa, mesmo os jogos ocorrendo e mesmo que as vizinhanças foram, dentro do possível, mantidas, já não é a mesma coisa. A mudança espacial significou mudanças nas sociabilidades. Mas, as divergências não são novidades para os moradores que vieram para o reassentamento.

Percebemos que a vida nas barrancas do Rio Iguaçu e na região próxima não era desprovida de conflitos, por isso, as discordâncias de agora não são algo novo para seu Pedro. Elas foram apenas intensificadas diante das novas situações que se apresentaram:

[...] É que maioria é com o grupinho, confusão, a outra maioria é dívida...

**Pergunto:** Mas, por que que lá não havia brigas se eram os mesmo vizinhos?

**Pedro:** Tinha, tinha, só que era meio... Não tinha como ele vender o pedacinho que ele tinha. [...] Não valia nada. Se ele vendia aquele pedacinho que ele tinha, onde é que ele ia? E aqui, hoje, do jeito que tá as terras, hoje se eu quiser vender agora, eu ligo prum cara e ele me dá 1.500 sacas de soja por alqueire. Então, é um monte de dinheiro, então os caras não güentam sabe, começam a colocar na cabeça, esse monte de terra vai dar tanto, eu compro umas 10 vezes mais terras lá naquela região que nós morava, ou pra lá, e sobra muito dinheiro, então os cara colocam minhoca na cabeça<sup>239</sup>.

Ressentimentos e conflitos existiam, mas a “necessidade” de agora, de se demonstrar uma origem na terra e de ser um “empreendedor” gera novas relações e coloca outras possibilidades.

Não teria sentido afirmar que as coisas não mudaram, até porque ficou explícito nas reivindicações dos moradores o fato de que algo foi “deixado para trás” e, a partir desta perda, o processo de reassentamento iniciou-se. Mesmos nos momentos em que, ao invés de saudosismo, era presente nas memórias a descrição de um processo de mudança marcado pelas dificuldades e conquistas, ou mesmo de luta, o hoje não poderia ser mais o mesmo que o vivido nas terras submersas.

---

<sup>239</sup> ROCHA, op. cit.

Nos diálogos anteriores podemos ter uma noção geral da sociabilidade de antes e de agora. Nesta apresentação de atividades coletivas, chegamos a algumas considerações que “amarram” a problemática deste tópico. Primeiramente, o futebol e religiosidade geravam as principais formas de sociabilidade das famílias antes de migrarem. Também percebemos que foi com estas atividades que se buscou formar uma comunidade também no reassentamento. Outra questão importante: tanto o futebol quanto a igreja já não são a mesma coisa e esta observação está permeada pelas disputas pelo território. Seu Agenor reforçou esta crítica ao narrar como as disputas entre as comunidades não têm mais a mesma rivalidade de antes. Provavelmente, a ausência de algum companheiro e a compra de terras por pessoas da região influencia nesta diferença. Por fim, as divergências de hoje não “controladas” pelo futebol e pela igreja não significam algo novo socialmente falando. As *confusões*, como nos lembra seu Pedro, sempre existiram e, agora, no reassentamento, ganham novas formas e arranjos, seja na hora do futebol ou em qualquer atividade que vise à coletividade.

#### 4.4 REASSENTADOS: COLONOS OU EMPREENDEDORES?

Durante a escrita deste capítulo, destacamos as novas possibilidades de construção de uma coletividade dentro do reassentamento, reestruturadas após a transformação deste local numa “colônia rural”. Apontamos como o uso da sede local a partir de novas propostas inseridas pelo turismo rural tornam-se motivos de divergências e os próprios espaços de sociabilidade, como o jogo de futebol e a igreja não dão conta destas disputas pelo lugar. Neste último tópico, pretendemos reunir o problema da construção comunitária a partir das maneiras como o empreendedorismo está sendo cobrado e/ou questionado pelos reassentados. Esta discussão, como veremos, novamente remete à problemática em torno de uma identificação: ser colono.

Uma das preocupações que ocupam as discussões no reassentamento é a continuidade e a aplicação de projetos voltados à agricultura familiar, ou seja, que tragam renda à pequena propriedade e que busquem a diversificação da produção, haja vista os riscos que a monocultura apresenta à reprodução da mão-de-obra familiar e às pequenas propriedades. Nos capítulos anteriores, trouxemos esta discussão, por exemplo, com a fala do diretor do colégio, seu Dejair, e também com seu Genivaldo, quando ele nos demonstrou que foi empreendedor e melhorou suas instalações, comprou carro e moto. Adilson também nos alertou a respeito quando destacou a necessidade de surgirem novas lideranças, formadas por jovens que trazem

em sua capacitação profissional uma visão mais técnica. Seja por parte dos que até o momento se dedicaram à administração, quando questionavam a falta de participação da maioria, seja dos que afirmam carências nas políticas até o momento aplicadas, esta ênfase no empreendedorismo foi marcante.

A respeito, seu Zequinha destaca a necessidade de certas famílias empreendedoras tomarem a frente para demonstrar na prática, com o lucro conquistado, a efetivação destes negócios:

Porque hoje o grande problema nosso aqui, esses dias eu tava debatendo com o pessoal da Emater, o pessoal sabe às vezes produzir, às vezes com tanta qualidade, mas não sabe vender. Se você trazer um turista aqui na propriedade, oh, apanhou um limão e coisa e tal, *cobra!* E hoje vem o pessoal da cidade, quer apanhar uma fruta, um limão, o cara pega e enche um carro e leva tudo de graça.

[...] É isso que nós queremos fazer. Transformar aqui dentro em... E outra, em cooperativa ou associação. É fácil, se juntam, vamos tentar fazer um rótulo... Vamos tentar fazer um rótulo...

[...] Não, e outra, você sabe que 100% nunca vai ter, né. Então, você é que começa ali com 10%, os outros 90, eles vão de atrás. Porque não adianta, é eu tenho o pensamento, que nem o outro lá: *ah, vou ficar por aqui, tenho medo... Ah! Isso aí não vai dá certo.* Então tem que pegar esses que tão a fim de começar, e quando der certo...<sup>240</sup>

O entrevistado ressalta que não estaria na própria cultura das pessoas do reassentamento o ato de vender, fazer preço e organizar-se para montar, por exemplo, uma marca, uma associação. O rural deve ser agora o lugar do turismo, um lugar também para a “pessoa da cidade”<sup>241</sup> pode circular e consumir. A relação coma cidade agora, portanto, não deve ser mais só a busca pelo crédito, mas a venda de produtos e até mesmo de paisagens.

A Colônia São Francisco de Assis foi pensada por moradores e esta construção não está dissociada das possibilidades de afirmações identitárias. Os reassentados ou colonos, como alguns preferem, dialogam neste processo de afirmação identitárias com as possibilidades presentes em relações de poder. Estas relações de poder são percebidas diante da luta com o Estado, das negociações com moradores da região e com seu envolvimento com integrantes de outros movimentos sociais. Relações ainda do poder demandado das políticas regionais do agronegócio. Então, ser empreendedor significa a afirmação da agricultura familiar diante das cobranças do agronegócio.

---

<sup>240</sup> MEURER, José, op. cit.

<sup>241</sup> Na proposta do entrevistado, a venda de produtos não deverá se resumir somente aos produtos típicos da monocultura, mas deverão estar relacionados ao agronegócio.

No artigo intitulado *Entrando nos territórios do território*, Bernardo M. Fernandes<sup>242</sup> problematiza as relações de poder presentes na construção de território a partir de uma visão que, segundo ele, pretende ir mais além da do espaço governamental. A importância deste estudo sobre território é justificada pelo autor exatamente pelas relações de poder que se dão no social, entre territórios, aquilo que designa de *territórios em escalas*. Neste sentido, o território do agronegócio adentra as fronteiras físicas, geográficas e políticas e cobra dos moradores novas iniciativas ao administrarem as suas propriedades. Tal perspectiva contribui para o entendimento daquilo que nos falaram os reassentados a respeito de empreendedorismo e possibilita diálogos com a preocupação dos reassentados em relação aos diferentes projetos para a administração de sua propriedade e das demais da localidade.

Normalmente, a resposta dos reassentados a estes jogos de poderes da constituição e reprodução de territórios foi o próprio trabalho familiar, o qual, para alguns moradores, necessitaria de empreendedorismo. Complementa esta discussão outra fala de Adilson:

É, penso eu, pra visitas, colônia seria uma boa coisa, mas não podemos descartar o que foi essa Colônia São Francisco, não descartar da história, da origem, você não pode esquecer da origem, você nasceu, você tem uma identidade, você tem uma origem, então porque da origem.<sup>243</sup>

Esta origem, já destacamos, refere-se não apenas à camponesa, mas à capacidade de produzir na e pela terra. Poderíamos completar a frase de Adilson e afirmarmos que, assim como não se deve esquecer as origens, é necessário saber produzir. Em outras palavras, ele referiu-se a esta necessidade:

É... Agora se ficar aí, você tem cinco alqueire de terra produzindo, se você é uma família grande que nem a nossa aqui, cinco, seis na família, como você vai sobreviver em cima de um commodities de 5 alqueire de terras. É que nem um pecuarista, um grande produtor que tem ali 50 alqueire de terra, em ali 150, 200 hectares de terra, que colhe aí 10 mil sacas de soja, 20 mil sacas de soja, daí sim tem uma grande receita, né, pela grande escala de produção, pode trabalhar nas commodities. Agora, nós aqui, temos que trabalhar voltados no sistema da agricultura familiar, na diversificação, na agropecuária leiteira, que está sendo forte aqui dentro, mas não só nisso,

---

<sup>242</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos territórios dos territórios*. In: TOMIASI, Eliane Paulino; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP - Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. p. 273-302. Na proposta de escalas de territórios, as disputas de poder ocorrem diante de um jogo de escalas de fronteiras. Essas fronteiras materiais e simbólicas vão das fronteiras do Estado às do capital. São exemplos destas fronteiras as relações políticas e administrativas de influência do Estado, o domínio das propriedades privadas, as áreas de influência dos territórios camponeses e as exigências do agronegócio, no qual sociedades são subordinadas aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas multinacionais. Estas fronteiras são atravessadas e reformuladas em diferentes escalas. Uma espécie de tipologia importante para entendermos os conflitos destas relações de poder.

<sup>243</sup> MORAIS, Adilson de, op. cit.

buscando outras coisas, agregar valor também, tirar matéria-prima e mandar lucro embora, mas, sim, tirar matéria-prima e gerar lucro aqui dentro.<sup>244</sup>

Não seria difícil citarmos outros entrevistados que corroboraram com esta afirmativa. Todos eles, de alguma maneira, procuraram destacar suas capacidades na lida com a terra e na produção de capital e muitos criticaram os não empreendedores. De maneira geral, os reassentados se dividiam em duas visões ao destacarem a importância do empreendedorismo. Uma estava pautada na individualidade daqueles que apresentavam suas histórias de vida como exemplo de empreendedorismo, quando falavam de suas propostas para o futuro do reassentamento. Na outra, os reassentados apropriavam-se de discursos sobre multinacionais, transgenia, preço dos insumos, êxodo rural, enfim, das mazelas materializadas no cotidiano da vida rural e urbana para cobrar mudanças na administração do reassentamento. Em ambas as propostas as disputas demonstram que é a sobrevivência na terra que está em jogo.

Enfim, disputas que se dão em níveis materiais e simbólicos. Nas narrativas que trabalhamos, os entrevistados, geralmente, procuraram se destacar enquanto pessoas ou proprietários preparados para enfrentar os desafios do território (do Estado, privado, camponês, do agronegócio). Ser empreendedor significou, para alguns, o investimento na produção familiar.

Isto implica uma necessidade de auto-afirmação diante do vizinho de propriedade, do comprador que passa a ser também um reassentado, e também diante da ameaça dos “latifundiários”, que adquirem as terras do reassentamento. E ainda, diante dos moradores das cidades vizinhas quando, nas entrevistas, os reassentados faziam questão de destacar que, assim como muitos deles, em certas situações eles também eram agricultores ou colonos.

Acompanhando o processo de construção do reassentamento, desde a instalação de famílias até a atual proposta de transformação numa colônia, tivemos uma noção de como o território ganhou sentido na reconstrução de vidas. A nova organização aponta para estes encontros e desencontros entre os reassentados com outros reassentados, entre reassentados com moradores da região. Questões políticas e econômicas se colocam em um estudo do social, no qual relações de sociabilidade são reconstruídas ou se colocam diante de novas identidades.

Território implica lidar com poderes e remete, assim, a um modos de vida polivalente, de ser, ao mesmo tempo, o proprietário (aquele que deve saber produzir na terra), fazer parte de uma comunidade e posicionar-se politicamente e socialmente e ter que produzir e

---

<sup>244</sup> Idem, *ibidem*.

demonstrar saber como produzir. Para tanto, foi necessário posicionar-se (internamente e fora do reassentamento), resultando em auto-identificação que se sobrepõem, mas que são realçados em diferentes momentos, de acordo com a situação. Ou seja, ser um reassentado, um colono, ou empreendedores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi problematizar a construção de territórios pelos moradores que, a partir de um processo de migração forçada, são designados e passam a se designarem como reassentados. Para tanto, dividimos o trabalho em quatro capítulos. Atentando-se aos lugares sociais dos entrevistados, diante das possibilidades do estudo da história oral, destacamos a afirmação de um passado comum ligado a um movimento social, as disputas identitárias, os usos e conquistas das cidades e, por fim, o atual momento de construção do reassentamento, com a proposta da formação da Colônia São Francisco de Assis.

O fato desta pesquisa ser continuação de outra, concluída em graduação há aproximadamente quatro anos, contribuiu para que pudéssemos perceber disputas e configurações internas do processo de reassentamento. Da mesma forma, ser morador da cidade de Corbélia e vivenciar a construção destes territórios dos reassentados somou-se aos resultados alcançados.

Nossa proposta foi dialogar com possibilidades de uma escrita sobre reconstrução de territórios, levando em conta o estudo de identidades. Todavia, também dialogamos com outras questões centrais, entre elas a relação campo e cidade e diferentes maneiras e intensidades de se conquistar as cidades. Nestas disputas, presenciamos os usos de discursos de afirmação do pioneirismo, políticas urbanas e diferentes formas de se usar a *urbs*.

Já sobre os viveres no reassentamento, as memórias dos moradores indicam a relevância das atuais construções simbólicas em torno do passado de luta comum do grupo reassentado, ou seja, do movimento em torno da CRABI, atitudes influenciadas também pela existência do acampamento do MLST, localizado em frente ao reassentamento. Estas disputas organizam-se ainda em torno do dilema da construção comunitária, no qual a segurança presente na idealização comunitária pouco pode ser alcançada diante das políticas atuais de trabalho, seja no campo ou na cidade. Na administração das suas terras ou nas ruas e avenidas das cidades, a construção de territórios recorre à construções identitárias quando é valorizado o passado na e pela terra. Estas problemáticas foram retomadas no último capítulo, quando refletimos a organização do reassentamento diante de disputas pela administração e uso das terras, esforço que se deve à apresentação dos limites do empreendedorismo na atual proposta de construção da Colônia São Francisco de Assis.

Implícito nas narrativas produzidas esteve o olhar para os poderes relacionados à economia e à administração local, bem como ao futuro político pleiteado por alguns

reassentamentos. Em suma, as representações que os entrevistados narraram (sejam os reassentados, sejam os compradores de terras no reassentamento ou mesmo os corbelienses) indicam caminhos para a discussão destas questões ao estudarmos políticas e poderes presentes na construção territorial.

Foi desafiadora na organização do trabalho a necessidade de dividir discussões em capítulos e parágrafos. Afinal, quando um capítulo estava sendo traçado, os demais já estavam influenciando sua escrita.

As respostas que não respondemos nos quatro capítulos seguirão abertas. Acreditamos que estes questionamentos estão ligados por uma questão central, muitas vezes respondida pelos entrevistados, mesmo quando não questionados a respeito: valeu ou não a pena vivenciar todo o processo de reassentamento? A dificuldade de alguns para responder e a certeza de outros explicam nosso posicionamento.

Não caberia ao leitor a escolha de tal resposta. Afinal, demos pistas durante toda nossa escrita de como, durante tempos, a ciência buscou dissecar, mapear e traçar respostas aos objetos de estudo ao partir de essencialismos.

Construir um território remete ao entendimento de viveres marcados por disputas, resistências e cooperação e remete, também, ao entendimento dos lugares sociais ocupados e disputados, às identidades disputadas e negociadas, às políticas agrárias, energéticas e econômicas e à própria estrutura regional. Enfim, lidamos com um universo de questões e tratar destas relações de poder presentes na reconstrução de territórios significou entender que, também, os entrevistados leram de diferentes maneiras o processo de reassentamento e leram o trabalho de história que estavam ajudando a construir.

Responder todas as perguntas e demonstrar caminhos seguros não esteve entre nossos objetivos. Historicizar um processo de construção de territórios, ou seja, no plural, seja tão desafiador quanto captar a subjetividade de uma entrevista, ou a própria relação entre história e memória, sabendo-se que, no final, os recortes teóricos, temáticos, temporais, etc. acabam também por se apropriar desta subjetividade.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES NETO, Antonio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BERNARDI, Eugênia Aparecida. **Transformações do espaço agrícola do Corbélia 1970 a 1985**. Marechal Candido Rondon, 1994. Monografia (Especialização em Geografia do Brasil) - UNIOESTE.
- BÍBLIA, AT. Ezequiel. Português. **Bíblia sagrada**. Trad. Centro Bíblico Católico. 34. ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1982. Cap. 31. Ezequiel teria recebido a palavra no décimo primeiro ano e deveria levá-la ao faraó.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo, Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.
- CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: Experiências de Viveres Urbanos Uberlândia 1938–1990**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 184, jan./abr. 1991.
- CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios dos territórios. In: TOMIASI, Eliane Paulino; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP - Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. p. 273-302.

FROTSCHER, Meri. **Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)**. Blumenau: Edifurb, 2007.

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. v. 1 e 2.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). **Espaço da diferença**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. de 2004. 20 p. Disponível em: <<http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216-231.

HOBBSAWM, Eric. O que os historiadores devem a Karl Marx? In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 155-170.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.

KARPINSKI, César. **Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividade durante a implantação da hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**. Florianópolis, 2007. 145p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

LIMA, Jandir Ferreira de et al. A Região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento microrregional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 108, p. 87-111, jan/jun. 2005. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/108/jandir\\_outros.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/108/jandir_outros.pdf)>. Acesso em 05 ago. 2008.

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAKOSKI-LOMBARDI, Scheila Priscila. **Desenvolvimento rural e gênero: o papel da mulher na organização de um movimento social: o caso da CRABI**. Toledo, 2006. 140p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - UNIOESTE.

MENESES, Ulpiano T. B. A História, cativa da memória? **Revista do IEB**, São Paulo, n. 34, p. 12-14, 1992.

MENESES, Eder. **A Luta pela terra contra as forças das águas: a ação dos atingidos (as) pela barragem de Salto Caxias**. Niterói, 2003. 145p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. **Reassentamento São Francisco de Assis: tradições da terra**. Marechal Cândido Rondon, 2003. Trabalho Acadêmico (TCC) – História - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

PIACENTI, Carlos Alberto et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 104, p. 103-123, jan./jun. 2003. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/104/piacenti.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/104/piacenti.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2008.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as questões de perda de identidades e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 89-112.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RONCAYOLO, M. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. v. 8.

SAHLINS, M. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos e reassentamentos rurais (Região Oeste/Sudoeste do Paraná). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional de História**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, out. 1982.

SEYFERTH, Giralda. As contradições sobre identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 7, n. 18, fev. 1992.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOORTMANN, Klaas Axel. A. W. *Com parente não se negueia*. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais Humanas. Departamento de Antropologia.

#### DOCUMENTOS CONSULTADOS

Ata de reunião do Grupo Vargem Bonita do Reassentamento São Francisco de Assis, do dia 23/07/2001. Acervo pessoal de seu Genivaldo dos Reis.

Ata de reunião do Grupo Vargem Bonita do Reassentamento São Francisco de Assis, do dia 04/11/2202. Reassentamento São Francisco de Assis. Acervo pessoas pessoal de seu Genivaldo dos Reis.

Estatuto da Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais de Caxias Grupo Vargem Bonita (Fazenda Flamapec).

Forum de Ciências e Cultura- Rio de Janeiro: *I Encontro Ciências Sociais e Barragens*. UFRJ/IPPUR, Rio De Janeiro. Junho 2005.

Projeto Político Pedagógico do Colégio São Francisco de Assis. Cascavel, mar. 2007. 17p.

Relatório da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Departamento do Reservatório Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Programa de Reassentamento: Determinação do Público, maio de 1995.

Relatório de reunião do Conselho da CRABI de 30 de janeiro de 1998, p. 01. Acervo pessoal do morador do reassentamento seu Pedro Rocha.

Seminário do Reassentamento. Grupo de Estudos Disciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias-GEM-SX, p. 26. Acervo pessoal de seu Pedro Rocha, morador do reassentamento São Francisco de Assis.

## ENTREVISTAS PRODUZIDAS:

ALDEBRANDE, Maico José. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 28 jul. 2008.

ALVES, Vilmar. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 01 mar. 2008.

BERNARDI, Nico. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 18 jul. 2007.

DANTAS, Agenor. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 05 mar. 2008.

FISHER, Lurdes. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 14 mar. 2008.

MEDEIROS, Luis Carlos. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 26 jun. 2008.

MEURER, José Rossi. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 25 jul. 2007.

MORAIS, Adilson de. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 08 mar. 2008.

MORAIS, Ivani de. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 08 mar. 2008.

OLIVEIRA, Djair Márcio. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 27 jul. 2007.

REIS, Genivaldo dos. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 25 jul. 2007.

ROCHA, Pedro. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 01 mar. 2008.

SEIDEL, Larissa Bee. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 20 mar. 2008.

TAVARES, Osiris. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 19 jul. 2007.

VOESE, Alcideo. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 03 mar. 2008.

VOESE, Ana. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Reassentamento São Francisco de Assis, 03 mar. 2008.

WINTER, Ari. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 23 jul. 2007.

WINTER, Ineide. **Entrevista cedida a Jorge Pagliarini Junior**. Corbélia, 23 jul. 2007.